

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

**E**

## **NOTAS ÀS CONTAS**

## 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010
			Reexpresso
Juros e proveitos similares	5	384 161	322 188
Juros e custos similares	5	307 664	238 552
<b>Margem financeira</b>		<b>76 497</b>	<b>83 636</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		1 061	2 385
Rendimentos de serviços e comissões	6	158 779	158 138
Encargos com serviços e comissões	6	(27 312)	(18 395)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	86 805	(8 941)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	47 658	23 810
Resultados de reavaliação cambial	9	(71 502)	25 155
Resultados na alienação de outros activos	10	(24 071)	2 592
Outros resultados operacionais	11	(12 555)	(11 118)
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>235 360</b>	<b>257 262</b>
Custos com pessoal	12	109 218	87 652
Gastos gerais administrativos	14	63 866	46 741
Depreciações e amortizações	25 e 26	5 519	3 443
Provisões líquidas de anulações	34	7 425	10 206
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	32 798	30 107
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18, 19, 20 e 22	3 040	139
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	906	(1 850)
<b>Custos operacionais</b>		<b>222 772</b>	<b>176 438</b>
Resultados de associadas	27	2 574	1 650
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>15 162</b>	<b>82 474</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	35	4 110	24 138
Diferidos	35	1 779	(6 439)
		<b>5 889</b>	<b>17 699</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>9 273</b>	<b>64 775</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>9 061</b>	<b>60 375</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>		<b>212</b>	<b>4 400</b>
		<b>9 273</b>	<b>64 775</b>
Resultados por acção básicos (em Euros)	15	0,16	1,68
Resultados por acção diluídos (em Euros)	15	0,16	1,68

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas  
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

**Demonstração Consolidada do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Resultado líquido do exercício</b>		
Atribuível aos accionistas do Banco	9 061	60 375
Atribuível aos interesses que não controlam	212	4 400
	<b>9 273</b>	<b>64 775</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>		
Benefícios de longo prazo	5 445	396
Diferenças de câmbio	( 21 682)	24 497
	<b>( 16 237)</b>	<b>24 893</b>
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	37 106	725
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 44 627)	( 23 474)
Impostos diferidos	( 4 238)	6 232
	<b>( 11 759)</b>	<b>( 16 517)</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>( 18 723)</b>	<b>73 151</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>( 11 855)</b>	<b>63 982</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>( 6 868)</b>	<b>9 169</b>
	<b>( 18 723)</b>	<b>73 151</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

*Relatório e Contas 2011*
**Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso	01.01.2010 Reexpresso
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	1 893	12 078	29 748
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	75 716	49 369	31 940
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 977 051	2 012 802	1 365 581
Activos financeiros disponíveis para venda	19	303 220	695 005	528 678
Aplicações em instituições de crédito	20	246 691	372 610	747 085
Crédito a clientes	21	2 257 945	2 244 842	2 072 859
Investimentos detidos até à maturidade	22	727 998	717 736	436 445
Derivados para gestão de risco	23	88 071	104 039	111 126
Activos não correntes detidos para venda	24	1 255	1 283	1 311
Outros activos tangíveis	25	20 315	20 292	8 728
Activos intangíveis	26	69 565	63 936	16 561
Investimentos em associadas	27	35 226	35 335	29 182
Activos por impostos correntes		3 464	870	9 745
Activos por impostos diferidos	35	49 177	27 905	20 379
Outros activos	28	702 198	654 167	462 035
<b>Total de Activo</b>		<b>6 559 785</b>	<b>7 012 269</b>	<b>5 871 403</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	29	64 007	264 604	-
Passivos financeiros detidos para negociação	18	791 761	626 472	456 511
Recursos de outras instituições de crédito	30	2 452 209	2 313 561	1 657 092
Recursos de clientes	31	859 247	1 338 765	833 456
Responsabilidades representadas por títulos	32	1 299 619	1 172 281	1 941 066
Passivos financeiros associados a activos transferidos	33	31 498	53 815	-
Derivados para gestão de risco	23	127 582	81 256	54 879
Provisões	34	23 663	23 768	13 219
Passivos por impostos correntes		8 666	5 554	4 590
Passivos por impostos diferidos	35	18 624	3 697	10 810
Passivos subordinados	36	90 304	109 473	104 140
Outros passivos	37	186 187	390 707	274 956
<b>Total de Passivo</b>		<b>5 953 367</b>	<b>6 383 953</b>	<b>5 350 719</b>
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	38	226 269	180 000	180 000
Prémios de emissão	38	8 796	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	38	3 731	50 000	-
Reservas de justo valor	39	( 5 779)	3 819	18 446
Outras reservas e resultados transitados	39	285 018	244 599	203 075
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco		9 061	60 375	50 384
<b>Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>		<b>527 096</b>	<b>547 589</b>	<b>460 701</b>
Interesses que não controlam	39	79 322	80 727	59 983
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>606 418</b>	<b>628 316</b>	<b>520 684</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>6 559 785</b>	<b>7 012 269</b>	<b>5 871 403</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas

Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento			Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
				Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento	Total				
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)</b>	<b>180 000</b>	<b>8 796</b>	<b>-</b>	<b>18 446</b>	<b>203 075</b>	<b>221 521</b>	<b>50 384</b>	<b>460 701</b>	<b>59 983</b>	<b>520 684</b>
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 14 627)	-	( 14 627)	-	( 14 627)	( 1 890)	( 16 517)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	396	396	-	396	-	396
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	17 838	17 838	-	17 838	6 659	24 497
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	60 375	60 375	4 400	64 775
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 14 627)</b>	<b>18 234</b>	<b>3 607</b>	<b>60 375</b>	<b>65 982</b>	<b>9 169</b>	<b>75 151</b>
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 38)	-	-	50 000	-	( 94)	( 94)	-	49 906	-	49 906
Constituição de reservas	-	-	-	-	29 044	29 044	( 29 044)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	( 5 660)	( 5 660)	( 21 340)	( 27 000)	-	( 27 000)
Outras variações em interesses que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	11 575	11 575
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	<b>180 000</b>	<b>8 796</b>	<b>50 000</b>	<b>3 819</b>	<b>244 599</b>	<b>248 418</b>	<b>60 375</b>	<b>547 589</b>	<b>80 727</b>	<b>628 316</b>
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 9 598)	-	( 9 598)	-	( 9 598)	( 2 161)	( 11 759)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	5 445	5 445	-	5 445	-	5 445
Diferenças de câmbio e outras	-	-	-	-	( 16 763)	( 16 763)	-	( 16 763)	( 4 919)	( 21 682)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9 061	9 061	212	9 273
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 9 598)</b>	<b>( 11 318)</b>	<b>( 20 916)</b>	<b>9 061</b>	<b>( 11 855)</b>	<b>( 6 868)</b>	<b>( 18 723)</b>
Aumento de capital	46 269	-	-	-	-	-	-	46 269	-	46 269
Constituição de reservas	-	-	-	-	60 375	60 375	( 60 375)	-	-	-
Reembolso de instrumentos de capital	-	-	( 46 269)	-	-	-	-	( 46 269)	-	( 46 269)
Juros de outros instrumentos de capital, líquido de imposto (b)	-	-	-	-	( 3 175)	( 3 175)	-	( 3 175)	-	( 3 175)
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	( 5 463)	( 5 463)	-	-	5 463	5 463
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>226 269</b>	<b>8 796</b>	<b>3 731</b>	<b>( 5 779)</b>	<b>285 018</b>	<b>279 239</b>	<b>9 061</b>	<b>532 559</b>	<b>79 322</b>	<b>611 881</b>

<sup>(a)</sup> Corresponde a um dividendo por acção de 0,75 euros em 2010.

<sup>(b)</sup> Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.





*Relatório e Contas 2011*

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		384 161	212 559
Juros e custos pagos		( 301 437)	( 164 279)
Serviços e comissões recebidas		158 779	158 138
Serviços e comissões pagas		( 27 313)	( 18 396)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 173 084)	( 134 737)
		<b>41 106</b>	<b>53 285</b>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em Bancos Centrais		10 188	17 676
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		337 928	( 497 006)
Aplicações em instituições de crédito		125 867	374 765
Recursos de Bancos Centrais		( 200 597)	264 604
Recursos de instituições de crédito		138 593	655 674
Crédito a clientes		( 57 677)	( 128 045)
Recursos de clientes e outros empréstimos		( 471 548)	443 119
Derivados para gestão de risco		12 211	33 205
Outros activos e passivos operacionais		( 111 950)	48 773
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>			
		<b>( 175 879)</b>	<b>1 266 050</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 3 593)	( 14 299)
		<b>( 179 472)</b>	<b>1 251 751</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	( 6 086)
Dividendos recebidos		1 061	2 385
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		( 24 078)	( 218 671)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		409 804	108 216
Investimentos detidos até à maturidade		( 27 516)	( 244 640)
Compra de imobilizações		( 10 845)	( 66 285)
Venda de imobilizações		2 874	57
		<b>351 300</b>	<b>( 425 024)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações de caixa		904 369	613 951
Reembolso de obrigações de caixa		(1 049 847)	(1 446 171)
Emissão de outros instrumentos de capital		-	50 000
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	( 27 000)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>			
		<b>( 145 478)</b>	<b>( 809 220)</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	( 72)
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>			
		<b>26 350</b>	<b>17 435</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>			
		49 385	31 950
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>			
		75 735	49 385
		<b>26 350</b>	<b>17 435</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	16	19	16
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	75 716	49 369
<b>Total</b>		<b>75 735</b>	<b>49 385</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## **2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

### **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**

#### **NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO**

O **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Nova Iorque e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.



## Relatório e Contas 2011

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	Interesse económico Grupo BESI	Método de consolidação
<b>BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A. (BESI)</b>	1983	-	Portugal	Banca		
ESSI Comunicações SGPS, S.A.	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI SGPS, S.A.	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Essi Fin, SGPS, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Espírito Santo Investment Sp. z o.o.	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100%	Integral
Espírito Santo Securities India	2011	2011	India	Corretagem	75%	Integral
Espírito Santo Investment Holding Ltd	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65%	Integral
Execution Holding Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65%	Integral
Execution Noble Holding LLC - U.S. Holding	2002	2010	EUA	Gestão de participações sociais	65%	Integral
Execution Noble Limited	2000	2010	Reino Unido	Corretagem	65%	Integral
Execution Noble (Hong Kong) Limited	2005	2010	China	Corretagem	65%	Integral
Noble Group Holding Limited	2006	2010	Ilha Man	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Noble Advisory India Private Ltd	2008	2010	India	Prestação de serviços de research	65%	Integral
Noble Corporate Advisory	2000	2010	Escócia	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Noble Financial Holding Limited	1980	2010	Escócia	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Execution Noble & Company Limited	1990	2010	Escócia	Actividades advisory on investments	65%	Integral
Noble Fund Advisers Limited	1997	2010	Escócia	Gestão de fundos	65%	Integral
Noble Venture General Partner Limited	2003	2010	Jersey	General Partner	65%	Integral
Clear Capital Group Limited	2007	2010	Reino Unido	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Execution Noble Research	2003	2010	Reino Unido	Prestação de serviços de research	65%	Integral
Clear Info-Analytic Private Ltd	2004	2010	India	Prestação de serviços de research	65%	Integral
Espírito Santo Investimentos, S.A.	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BES Investimento do Brasil, S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
2B Capital S.A.	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45%	Eq. Patrimonial
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	40%	Integral (b)
BES Refran Invest Agente Autônomo de Investimento Ltda	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80%	Integral
BES Refran Consultoria Financeira Ltda	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80%	Integral
FI Multimercado treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
BES Securities do Brasil, S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
Gespar Participações, LDA	2001	2008	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
BES Absolute Return FIM LP	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	26%	Integral (b)
BES FIM Moderado	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	45%	Integral (b)
Espírito Santo Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobília	2009	2010	Brasil	Intermediação Financeira	75%	Integral
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (ES CAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
HLC - Centrais de Cogeração, S.A.	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	25%	Eq. Patrimonial
Coporgest S.A.	2002	2005	Portugal	Imobiliário / Financeiro	25%	Eq. Patrimonial
Só Peso Restauração e Hotelaria SA	2000	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	23%	Eq. Patrimonial
Synergy Industry and Technology SA	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	15%	Eq. Patrimonial (a)
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Imobiliário / Financeiro	52%	Eq. Patrimonial (a)
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
Polish Hotel Company SP	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Capital SP	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Management Company	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	25%	Eq. Patrimonial
Fin Solutia Consultoria e Gestão de Créditos SA	2007	2007	Portugal	Gestão e Recuperação de Créditos	30%	Eq. Patrimonial
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	39%	Eq. Patrimonial
BRB Internacional, S.A.	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, S.A.	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
Cominvest-SGII, S.A.	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral (b)

- (a) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.
- (b) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo de têm o controlo sobre as suas actividades.



No decorrer do exercício de 2011 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BESl, das quais se destacam as seguintes:

- No dia 01 de Dezembro de 2011, a ESSI SGPS S.A. adquiriu 2 582 000 acções da sociedade Espírito Santo Securities India Pvt Ltd, SL pelo montante de 500 milhares de dólares, passando o Grupo BESl a deter na totalidade 75% da sociedade;
- Em Janeiro de 2011, o BES Investimento do Brasil SA, passou a deter directamente 100% das sociedades BES Refran Investimento LDA e BES Refran Consultoria Financeira Lda;
- Em Agosto de 2011, ocorreu a incorporação do Fundo BES FI Multimercado pelo Fundo BES FIM Moderado. Em 31 de Dezembro de 2011 o Grupo detinha 45,35% deste fundo.
- A sociedade Kutaya foi vendida pelo montante de 1€ a uma sociedade denominada “NIELTON SA” com sede em Montevideo, Uruguai;
- No dia 20 de Outubro de 2011, a ESSI SGPS adquiriu 817.769 acções ao valor unitário de 1,25 GBP da sociedade Espírito Santo Investment Holding, Limited. Em 22 de Dezembro de 2011 adquiriu mais 20 000 000 acções ao valor unitário de 1,0 GBP, totalizando um número de acções com direito a voto de 46 117 159. Em 31 de Dezembro de 2011 a ESSI SGPS passou a deter 65.40% do capital social desta Sociedade.
- Em Agosto de 2011, foi alienada a participação detida na sociedade Neumáticos Andrés a Andrés Grupo Empresarial SL.

## **NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **2.1. Bases de apresentação**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco, BESl ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BESl agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010. Contudo, em

*Relatório e Contas 2011*

2011 o Grupo alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 44.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 45, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 45.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2012.

## 2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BESI e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BESI), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

### Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa

## **Relatório e Contas 2011**

associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

### **Fundos de investimento geridos pelo Grupo**

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

### **Goodwill**

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.



O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

### **Transacções com interesses que não controlam**

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BESI.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.



## **Saldos e transacções eliminadas na consolidação**

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

## **2.3. Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## **2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

### **Classificação**

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### **Reconhecimento e mensuração**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 28) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i. À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii. Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii. A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv. Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## **2.5. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## **2.6. Outros activos financeiros**

### **Classificação**

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 18 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.



## Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

## Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

## Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

## **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

## **2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos**

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

## **2.9. Garantias financeiras**

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

## **2.10. Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## **2.11. Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.



## 2.12. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

## 2.13. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



## **2.14. Activos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## **2.15. Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### **Locações financeiras**

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **2.16. Benefícios aos empregados**

### **Pensões**

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 44, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 “Benefícios a empregados”, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

**Relatório e Contas 2011**

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefícios definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

**Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BESI assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

O BESI e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI e das suas subsidiárias tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

### **Remunerações variáveis aos empregados**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## **2.17. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

## **2.18. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.



São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

### **2.19. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

**2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

**2.21. Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

**2.22. Reporte por segmentos**

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

**2.23. Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

#### **2.24. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

### **NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### **3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- i. Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- ii. Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

### 3.4. Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

### 3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### 3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.



## *Relatório e Contas 2011*

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.7. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## **NOTA 4 - Reporte por Segmentos**

### **4.1. Descrição dos segmentos operacionais**

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

#### ***Project Finance***

As suas funções principais consistem (a) na intervenção em operações *non-recourse* e *limited-recourse*, ligadas a projectos de investimento, envolvendo entre outros modelos contratuais, concessões e parcerias público-privadas; e (b) em proporcionar aos clientes do Grupo BESI um serviço de alta qualidade e inovação técnica, quer numa perspectiva de *advisory*, quer numa perspectiva de *arranging* e *lending*, proporcionando-lhes acesso às estruturas de financiamento ideais, nas melhores condições de mercado. Compete-lhe a gestão do portfolio de projectos em regime de *Project Finance* em que o Grupo BESI participa. Este segmento é, ainda, responsável pelo desenvolvimento da actividade de securitização, tendo por principais funções (a) a participação na originação e estruturação de operações de securitização para o Grupo BESI e para clientes; e (b) o desenvolvimento de estruturas de financiamento óptimas com a conjugação de formatos *off-balance*, *asset-based* e *limited recourse*, com recurso preferencial ao mercado de capitais para obtenção de fundos para os clientes do Grupo BESI nas melhores condições de mercado.

**Acquisition Finance**

A função principal deste segmento consiste em apoiar os clientes do Grupo BESI em operações de aquisição com recurso a operações estruturadas de endividamento (nomeadamente, *leverage buy-out* e *management buy-out*) e em operações de financiamento de activos em *non-recourse* ou de *releverage*. O Banco procura posicionar-se nestas operações como *Mandated Lead Arranger* e seu tomador firme, procedendo depois à sua sindicância se e quando a dimensão e características das mesmas o justificam.

**Fixed Income**

Este segmento está subdividido em duas áreas distintas.

- Distribuição e *Trading*

Esta Área tem por principais funções (a) efectuar *trading* para Clientes de títulos da dívida pública portuguesa, de títulos da dívida estrangeira, de outros títulos do Euromercado e de produtos de dívida de empresas; e (b) colocar os produtos de dívida estruturados por outros segmentos do Banco, junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros.

- Gestão de Risco

À Área de Gestão de Risco compete o estudo, a montagem e a gestão de novos produtos estruturados (derivados) relacionados com as operações referenciadas no ponto supra, bem como de produtos de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro para imunização de Balanços, quer do Banco, quer dos seus Clientes.

**Global Markets**

A principal função deste segmento consiste nas actividades de (i) gestão das carteiras próprias de acções e obrigações do Banco, (ii) arbitragem de acções e *equity derivatives* e (iii) de gestão do livro de derivados *Over the Counter* (OTC).

**Brokerage**

A missão deste segmento é desenvolver as actividades de *trading* e vendas nos mercados organizados em que o Banco está presente, designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, Polónia e Nova Iorque.

Este segmento integra ainda, se bem que completamente segregada, uma unidade de *equity research* que tem a seu cargo o estudo, acompanhamento e produção de informação sobre as principais empresas do mercado ibérico, com realce para a cobertura das que integram os índices PSI20 e IBEX35.

## **Centro Corporativo**

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento Estratégico, Contabilidade, Controlo de Risco, Clientes, entre outras.

## **Outros**

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Serviços Financeiros, Médias Empresas, Mercado Capitais Originação, Gestão de Activos, Tesouraria, *Private Equity*, Assessoria em Estrutura de Capitais, *Private Banking* e outros centros de proveitos)

## **4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos**

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

## **Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos**

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

## **Estruturas do BESI dedicadas ao Segmento**

A actividade do BESI abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de

captação de recursos e da concessão de crédito); estas margens são atribuídas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

### **Juros activos e passivos**

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

### **Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial**

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do BESI. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

### **Activos não correntes**

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, inclui os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

### **Activos por impostos diferidos**

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

### **Activos por benefícios pós-emprego**

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os activos por impostos diferidos, sendo afectos ao segmento Centro corporativo. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

### **Áreas Doméstica e Internacional**

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Polónia e Nova Iorque e as subsidiárias BES Investimento do Brasil, BES Securities do Brasil, BESAF, 2bCapital e Espírito Santo Investment (Polónia).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.



*Relatório e Contas 2011*

## Informação retrospectiva

O Grupo, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem substancialmente das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação de forma a torná-la consistente com as exigências do IFRS 8.

(milhares de euros)

	31.12.2011									
	Project Finance	Acquisition Finance	Corporate Finance	Origination	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	15.880	17.366	11	154	2.932	(36.999)	518	-	76.635	76.497
Serviço a Clientes	19.449	8.515	32.070	21.877	2.088	(10)	38.913	-	13.316	136.218
<b>PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL</b>	<b>35.329</b>	<b>25.881</b>	<b>32.081</b>	<b>22.031</b>	<b>5.020</b>	<b>-37.009</b>	<b>39.431</b>	-	<b>89.951</b>	<b>212.715</b>
Resultados Op Financeiras e diversos	(461)	(128)	(2.680)	(650)	25.671	31.423	(1.641)	-	(26.315)	25.219
Proveitos Operacionais Intersegmentos	516	3.794	(6)	(4.031)	332	172	(2.376)	-	1.599	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO TOTAL</b>	<b>35.384</b>	<b>29.547</b>	<b>29.395</b>	<b>17.350</b>	<b>31.023</b>	<b>-5.414</b>	<b>35.414</b>	-	<b>65.235</b>	<b>237.934</b>
<b>Custos Operativos</b>	<b>7.413</b>	<b>2.071</b>	<b>10.493</b>	<b>6.053</b>	<b>6.326</b>	<b>8.027</b>	<b>47.687</b>	<b>75.687</b>	<b>14.846</b>	<b>178.603</b>
Custos com Pessoal	4.674	1.396	7.491	3.765	3.631	4.000	29.704	44.971	9.586	109.218
Outros custos administrativos	2.604	626	2.799	2.205	2.572	3.924	16.945	27.234	4.957	63.866
Depreciações e Amortizações	135	49	203	83	123	103	1.038	3.482	303	5.519
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>27.971</b>	<b>27.476</b>	<b>18.902</b>	<b>11.297</b>	<b>24.697</b>	<b>-13.441</b>	<b>-12.273</b>	<b>-75.687</b>	<b>50.389</b>	<b>59.331</b>
Imparidade e Provisões	2.971	-33.061	-600	0	-1.276	-870	-22	-4.682	-6.629	-44.169
Imparidade de crédito	1.941	(32.578)	(100)	-	-	-	(30)	(738)	(1.293)	-32.798
Imparidade de títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.031)	-3.031
Provisões líquidas e outras imparidades	1.030	(483)	(500)	-	(1.276)	(870)	8	(3.944)	(2.305)	-8.340
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>30.942</b>	<b>-5.585</b>	<b>18.302</b>	<b>11.297</b>	<b>23.421</b>	<b>-14.311</b>	<b>-12.295</b>	<b>-80.369</b>	<b>43.760</b>	<b>15.162</b>
Activo Líquido	1.315.647	927.690	-	34.881	217.917	2.660.263	58.167	806.908	538.312	6.559.785
Passivo	-	31.498	-	-	129.001	-	-	248.091	5.544.777	5.953.367
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	35.226	35.226

(milhares de euros)

	31.12.2010									
	Project Finance	Acquisition Finance	Corporate Finance	Origination	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	16.665	20.206	8	422	3.670	25.098	639	-	16.928	83.636
Serviço a Clientes	51.718	9.687	23.858	11.959	10.423	-1.364	19.488	-	21.347	147.116
<b>PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL</b>	<b>68.383</b>	<b>29.893</b>	<b>23.866</b>	<b>12.381</b>	<b>14.093</b>	<b>23.734</b>	<b>20.127</b>	-	<b>38.276</b>	<b>230.752</b>
Resultados Op Financeiras e diversos	(280)	(1.250)	30	(205)	21.860	(16.845)	(2.335)	-	27.185	28.160
Proveitos Operacionais Intersegmentos	778	-	2.230	(1.281)	568	489	(2.562)	-	(222)	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO TOTAL</b>	<b>68.881</b>	<b>28.643</b>	<b>26.126</b>	<b>10.895</b>	<b>36.521</b>	<b>7.378</b>	<b>15.230</b>	-	<b>65.239</b>	<b>258.912</b>
<b>Custos Operativos</b>	<b>7.785</b>	<b>1.986</b>	<b>8.058</b>	<b>2.889</b>	<b>5.667</b>	<b>6.657</b>	<b>16.094</b>	<b>77.279</b>	<b>11.421</b>	<b>137.836</b>
Custos com Pessoal	5.019	1.358	5.548	1.909	2.980	3.508	8.520	52.264	6.546	87.652
Outros custos administrativos	2.629	583	2.352	930	2.549	3.018	7.091	22.871	4.718	46.741
Depreciações e Amortizações	137	45	158	50	138	131	483	2.144	157	3.443
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>61.096</b>	<b>26.657</b>	<b>18.068</b>	<b>8.006</b>	<b>30.854</b>	<b>721</b>	<b>-864</b>	<b>-77.279</b>	<b>53.818</b>	<b>121.076</b>
Imparidade e Provisões	-2.240	-23.360	78	2	-1.879	-3.775	52	-11.798	4.318	-38.602
Imparidade de crédito	(1.070)	(23.467)	70	-	367	(2)	55	(5.976)	(84)	-30.107
Imparidade de títulos	-	-	-	-	-	95	-	-	(371)	-276
Provisões líquidas e outras imparidades	(1.170)	107	8	2	(2.246)	(3.868)	(3)	(5.822)	4.773	-8.219
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>58.856</b>	<b>3.297</b>	<b>18.146</b>	<b>8.008</b>	<b>28.975</b>	<b>-3.054</b>	<b>-812</b>	<b>-89.077</b>	<b>57.791</b>	<b>82.474</b>
Activo Líquido	1.376.850	853.011	-	33.862	313.771	2.030.925	19.073	741.886	1.642.892	7.012.269
Passivo	-	53.815	-	-	308.021	-	11.081	412.646	5.598.391	6.383.953
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	35.335	35.335



O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

<b>31.12.2011</b>				
	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	( 7 239)	( 10 234)	26 534	9 061
Activo líquido	3 140 026	776 108	2 643 651	6 559 785
Investimentos em activos	-	-	-	-
tangíveis	398	1 616	1 162	3 176
intangíveis	6 553	973	143	7 669

(1) Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco após eliminação de transações intragrupo

(milhares de euros)

<b>31.12.2010</b>				
	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	29 711	4 196	26 468	60 375
Activo líquido	3 692 108	679 979	2 640 182	7 012 269
Investimentos em activos	-	-	-	-
tangíveis	3 681	10 857	2 142	16 680
intangíveis	2 568	48 276	229	51 073

(1) Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco após eliminação de transações intragrupo

## NOTA 5 - Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	<b>31.12.2011</b>			<b>31.12.2010</b>		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito	123 775	-	123 775	99 887	-	99 887
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	163 196	163 196	-	98 018	98 018
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	5 157	-	5 157	14 258	-	14 258
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	21 294	-	21 294	21 266	-	21 266
Juros de derivados para gestão de risco	-	21 205	21 205	-	23 979	23 979
Juros de investimentos detidos até à maturidade	47 397	-	47 397	63 142	-	63 142
Outros juros e proveitos similares	2 137	-	2 137	1 638	-	1 638
	<b>199 760</b>	<b>184 401</b>	<b>384 161</b>	<b>200 191</b>	<b>121 997</b>	<b>322 188</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	39 747	21 822	61 569	7 024	45 264	52 288
Juros de recursos de clientes	82 623	-	82 623	77 740	-	77 740
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	135 341	-	135 341	81 235	-	81 235
Juros de derivados para gestão de risco	-	21 472	21 472	-	21 247	21 247
Juros de passivos subordinados	6 382	-	6 382	5 523	-	5 523
Outros juros e custos similares	277	-	277	519	-	519
	<b>264 370</b>	<b>43 294</b>	<b>307 664</b>	<b>172 041</b>	<b>66 511</b>	<b>238 552</b>
	<b>( 64 610)</b>	<b>141 107</b>	<b>76 497</b>	<b>28 150</b>	<b>55 486</b>	<b>83 636</b>

A rubrica de juros de crédito inclui 22.071 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1.440 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

*Relatório e Contas 2011*

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.1.9. os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.6 e 2.8.

**NOTA 6 - Resultados de Serviços e Comissões**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	82 262	105 965
Por operações realizadas com títulos	68 337	46 455
Por garantias prestadas	8 180	5 718
	<b>158 779</b>	<b>158 138</b>
<b>Encargos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	8 261	1 983
Por operações realizadas com títulos	19 051	16 410
Por garantias recebidas	-	1
Outros custos com serviços e comissões	-	1
	<b>27 312</b>	<b>18 395</b>
	<b>131 467</b>	<b>139 743</b>

## NOTA 7 - Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	62 765	28 369	34 396	55 344	33 679	21 665
De outros emissores	13 651	5 685	7 966	13 052	6 221	6 831
Acções	62 749	60 792	1 957	68 113	69 032	( 919)
Outros títulos de rendimento variável	195	212	( 17)	10	18	( 8)
	<b>139 360</b>	<b>95 058</b>	<b>44 302</b>	<b>136 519</b>	<b>108 950</b>	<b>27 569</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados de negociação</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 178 666	1 149 061	29 605	1 002 061	1 081 076	( 79 015)
Contratos sobre taxas de juro	1 412 920	1 403 742	9 178	1 105 153	1 079 068	26 085
Contratos sobre acções/índices	137 643	133 181	4 462	245 885	242 942	2 943
Contratos sobre créditos	7 984	5 724	2 260	57 705	57 481	224
Outros	36	922	( 886)	1 117	2 647	( 1 530)
	<b>2 737 249</b>	<b>2 692 630</b>	<b>44 619</b>	<b>2 411 921</b>	<b>2 463 214</b>	<b>( 51 293)</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados para gestão de risco</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	5 076	5 232	( 156)	12 906	17 807	( 4 901)
Contratos sobre taxas de juro	16 836	17 471	( 635)	2 118	1 476	642
Contratos sobre acções/índices	16 460	42 525	( 26 065)	19 020	30 364	( 11 344)
Contratos sobre créditos	15 265	38 492	( 23 227)	824	10 704	( 9 880)
	<b>53 637</b>	<b>103 720</b>	<b>( 50 083)</b>	<b>34 868</b>	<b>60 351</b>	<b>( 25 483)</b>
<b>Passivos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>(1)</sup></b>						
Recursos de outras instituições de crédito	215	235	( 20)	15	1 612	( 1 597)
Responsabilidades representadas por títulos	51 206	6 665	44 541	44 014	1 842	42 172
Outros passivos subordinados	3 501	55	3 446	-	309	( 309)
	<b>54 922</b>	<b>6 955</b>	<b>47 967</b>	<b>44 029</b>	<b>3 763</b>	<b>40 266</b>
	<b>2 985 168</b>	<b>2 898 363</b>	<b>86 805</b>	<b>2 627 337</b>	<b>2 636 278</b>	<b>( 8 941)</b>

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor desta rubrica inclui um efeito positivo de 3 626 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 3 954 milhares de euros de efeito positivo) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver Nota 23).

## NOTA 8 - Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	2 557	535	2 022
De outros emissores	2 451	3 145	( 694)	1 367	1 330	37
Acções	48 372	-	48 372	21 764	-	21 764
Outros títulos de rendimento variável	-	20	( 20)	-	13	( 13)
	<b>50 823</b>	<b>3 165</b>	<b>47 658</b>	<b>25 688</b>	<b>1 878</b>	<b>23 810</b>

## NOTA 9 - Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	84 524	( 156 026)	( 71 502)	93 856	( 68 701)	25 155
	<b>84 524</b>	<b>( 156 026)</b>	<b>( 71 502)</b>	<b>93 856</b>	<b>( 68 701)</b>	<b>25 155</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

### NOTA 10 – Resultados na Alienação de Outros Activos

A 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluía o montante de 25 135 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 863 mil euros) relativo a perdas reconhecidas no âmbito da venda de contratos de crédito.

### NOTA 11 – Outros Resultados Operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Outros serviços clientes	4 751	7 374
Impostos directos e indirectos	( 9 791)	( 6 476)
Perda na transferência das responsabilidades para a Segurança Social	( 438)	-
Outros resultados de exploração	( 7 077)	( 12 016)
	<b>( 12 555)</b>	<b>( 11 118)</b>

### NOTA 12 - Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	85 089	70 551
Remunerações	84 924	70 108
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	165	443
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	1 683	1 597
Outros encargos sociais obrigatórios	12 286	8 328
Outros custos	10 160	7 176
	<b>109 218</b>	<b>87 652</b>



*Relatório e Contas 2011*

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BESI são como segue:

			(milhares de euros)
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
<b>2011</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	5 854	3 612	9 466
Prémios de antiguidade	64	14	79
Remunerações variáveis	2 086	2 629	4 714
<b>Total</b>	<b>8 004</b>	<b>6 255</b>	<b>14 259</b>
<b>2010</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 544	3 456	8 000
Prémios de antiguidade	37	-	37
Remunerações variáveis	2 141	1 866	4 007
<b>Total</b>	<b>6 722</b>	<b>5 322</b>	<b>12 044</b>

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Grupo BESI ascendia a 322 mil euros e 370 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo BESI analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	402	354
Funções de chefia	4	4
Funções específicas	382	268
Funções administrativas	72	55
Funções auxiliares	10	7
	<b>870</b>	<b>688</b>

## **NOTA 13 - Benefícios a Empregados**

### **Pensões de reforma e benefícios de saúde**

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

*Relatório e Contas 2011*

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	<b>Pressupostos</b>	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	2,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 (ajustada)	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos	240	238
Reformados	20	21
Sobreviventes	7	7
<b>TOTAL</b>	<b>267</b>	<b>266</b>

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, conforme explicado na Nota 44, a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	3.612	301	3.913	8.143	529	8.672
Activos	29.070	1.398	30.468	22.866	1.486	24.352
	<u>32.682</u>	<u>1.699</u>	<u>34.381</u>	<u>31.009</u>	<u>2.015</u>	<u>33.024</u>
<b>Saldo dos fundos em 31 de Dezembro</b>			46.686			35.164
Excesso de cobertura/(valores a entregar ao fundo/passivos) reconhecidos			12.305			2.140
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro			12.175			-
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro</b>			<u>24.480</u>			<u>2.140</u>
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral			160			7.853

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

*Relatório e Contas 2011*

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>31.009</b>	<b>2.015</b>	<b>33.024</b>	<b>28.910</b>	<b>1.879</b>	<b>30.789</b>
Custo do serviço corrente	1.701	121	1.822	1.606	120	1.726
Custo dos juros	1.659	110	1.769	1.559	103	1.662
Contribuições dos empregados	156	-	156	167	-	167
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(13.265)	(535)	(13.800)	(650)	(87)	(737)
- Alteração dos pressupostos actuariais	(4.300)	(279)	(4.579)	-	-	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	(8.965)	(256)	(9.221)	(650)	(87)	(737)
Pensões pagas pelo fundo	(667)	-	(667)	(583)	-	(583)
Responsabilidades por serviços passados associados a benefícios atribuídos durante o ano	12.275		12.275			-
Outros	(186)	(12)	(198)	-	-	-
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>32.682</b>	<b>1.699</b>	<b>22.304</b>	<b>31.009</b>	<b>2.015</b>	<b>33.024</b>

No âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Grupo ao Estado ascendeu a 4 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 438 mil euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 4 milhões de euros, cerca de 3,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 438 mil euros directamente pelo Grupo. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante a liquidar, devendo o remanescente ser pago no primeiro semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 327 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 310 milhares de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 37 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 36 milhares de euros).



A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo dos fundos em 1 de Janeiro</b>	<b>35.164</b>	<b>32.711</b>
Rendimento real do fundo	(4.199)	1.682
Contribuições do Grupo	16.447	1.187
Contribuições dos empregados	156	167
Pensões pagas pelo fundo	(667)	(583)
Outros	(215)	-
<b>Saldo dos fundos em 31 de Dezembro</b>	<b>46.686</b>	<b>35.164</b>

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	% Carteira	
	2011	2010
Obrigações	35,91%	54,60%
Acções	33,85%	37,50%
Investimento alternativo	4,14%	5,90%
Liquidez	26,10%	2,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro</b>	<b>7.853</b>	<b>8.552</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- Alteração de pressupostos actuariais	(4.579)	-
- (Ganhos)/Perdas de experiência	(3.114)	(628)
Outros	-	(71)
<b>Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>160</b>	<b>7.853</b>

*Relatório e Contas 2011*

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Custo do serviço corrente	1.822	1.726
Custo dos juros	1.769	1.662
Rendimento esperado do fundo	(1.908)	(1.791)
<b>Custos do exercício</b>	<b>1.683</b>	<b>1.597</b>

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>2.140</b>	<b>1.922</b>
Custo do exercício	(1.683)	(1.597)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	7.693	628
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	16.603	1.187
Outros	(273)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>24.480</b>	<b>2.140</b>

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(32.682)	(31.009)	(28.910)	(27.722)	(26.462)
Benefícios de saúde	(1.699)	(2.015)	(1.879)	(1.802)	(1.720)
	(34.381)	(33.024)	(30.789)	(29.524)	(28.182)
Saldo dos fundos	46.686	35.164	32.711	27.752	25.834
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>12.305</b>	<b>2.140</b>	<b>1.922</b>	<b>(1.772)</b>	<b>(2.348)</b>
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(8.965)	(650)	449	(168)	(403)
Benefícios de saúde	(256)	(87)	(11)	-	(63)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(6.107)	109	(2.255)	7.983	764

### Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Responsabilidades a 1 de Janeiro</b>	<b>1 845</b>	<b>1 457</b>
Custo do exercício	166	443
Prémios pagos	( 97)	( 55)
<b>Responsabilidades a 31 de Dezembro</b>	<b>1 914</b>	<b>1 845</b>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

### Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 <sup>(a)</sup>
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700 000	1 159 988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1 806	

<sup>(a)</sup> Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

*Relatório e Contas 2011*

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 257 milhares de euros (2009: 597 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o seu justo valor era nulo (31 de Dezembro de 2009: 55.2 milhares de euros).

**NOTA 14 - Gastos Gerais Administrativos**

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e alugueres	10 688	8 145
Publicidade e publicações	2 549	2 058
Comunicações e expedição	16 094	7 213
Deslocações e representação	9 403	8 053
Conservação e reparação	1 285	1 137
Seguros	638	472
Serviços especializados		
Informática	5 214	3 512
Mão de obra eventual	493	329
Trabalho independente	1 778	2 510
Outros serviços especializados	8 117	6 892
Outros custos	7 607	6 420
	<b>63 866</b>	<b>46 741</b>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com informação, consultores e auditores externos e judiciais. A rubrica Outros custos inclui, entre outros, custos com formação, custos com serviços de contencioso e notariado, custos com segurança e vigilância e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	1 232	1 077
De um a cinco anos	2 025	1 076
	<b>3 257</b>	<b>2 153</b>

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 e 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC		
Revisão legal das contas anuais (BESI)	81	78
KPMG & Associados, SROC		
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	238	411
Outros serviços de garantia de fiabilidade	450	61
Consultoria fiscal	189	62
	<b>877</b>	<b>534</b>
<b>Valor total dos serviços facturados</b>	<b>958</b>	<b>612</b>



## NOTA 15 - Resultados por Acção

### Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco <sup>(1)</sup>	6 044	60 375
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	36 659	36 000
<b>Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)</b>	<b>0,16</b>	<b>1,68</b>

<sup>(1)</sup> Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

### Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

O número médio ponderado de acções em 2011 reflecte o aumento de capital do Banco efectuado durante o mês de Dezembro.

## NOTA 16 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	19	16
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 301	8 008
Outros bancos centrais	573	4 054
	<b>1 874</b>	<b>12 062</b>
	<b>1 893</b>	<b>12 078</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1,00% (31 de Dezembro de 2010: 1,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 4 milhões de euros.

## NOTA 17 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	27 798	12 758
	<u>27 798</u>	<u>12 758</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	47 918	36 611
	<u>47 918</u>	<u>36 611</u>
	<u>75 716</u>	<u>49 369</u>

## NOTA 18 - Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Activos Financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	760 310	925 470
De outros emissores	348 662	280 182
Acções	24 279	69 833
Outros títulos de rendimento variável	727	538
	<u>1 133 978</u>	<u>1 276 023</u>
<b>Derivados</b>	843 073	736 779
	<u>1 977 051</u>	<u>2 012 802</u>
<b>Passivos Financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	9 485
Acções	865	-
	<u>865</u>	<u>9 485</u>
<b>Derivados</b>	790 896	616 987
	<u>791 761</u>	<u>626 472</u>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 3 meses	45 027	298 894
De 3 meses a um ano	106 982	67 949
De um a cinco anos	263 987	292 159
Mais de cinco anos	692 976	546 650
Duração indeterminada	25 006	70 371
	<b>1 133 978</b>	<b>1 276 023</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação inclui: 5 600 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2010: 17 735 milhares de euros), (ver nota 40).

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Títulos</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	760 310	-	760 310	925 057	413	925 470
De outros emissores	-	348 662	348 662	-	280 182	280 182
Acções	24 279	-	24 279	69 833	-	69 833
Outros títulos de rendimento variável	727	-	727	538	-	538
<b>Total valor de balanço</b>	<b>785 316</b>	<b>348 662</b>	<b>1 133 978</b>	<b>995 428</b>	<b>280 595</b>	<b>1 276 023</b>

Durante o exercício de 2011 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Dotações	-	5
Diferenças de câmbio e outras	-	( 5)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



*Relatório e Contas 2011*

A rubrica instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
Forward	1 448 034	11 524	-	1 198 138	-	47 352
Fx Swaps	252 258	573	-	243 918	-	211
Interest Rate Futures	58 029	-	-	319 608	-	-
CIRS	39 304	183	10 095	4 211 725	187 003	52 892
Fx Options	1 490 382	10 528	13 069	1 330 853	16 638	8 481
	<b>3 288 007</b>	<b>22 808</b>	<b>23 164</b>	<b>7 304 242</b>	<b>203 641</b>	<b>108 936</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Forward Rate Agreements	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	27 058 289	717 895	656 640	25 468 664	465 170	408 443
Swaption - Interest Rate Options	341 000	-	-	394 000	-	-
Interest Rate Caps & Floors	4 525 524	20 473	19 542	3 898 337	20 511	20 288
Interest Rate Futures	3 573 796	-	-	17 207 167	-	-
Interest Rate Options	1 893 558	25 473	31 715	32 310 535	194	28 261
	<b>37 392 167</b>	<b>763 841</b>	<b>707 897</b>	<b>79 278 703</b>	<b>485 875</b>	<b>456 992</b>
<b>Contratos sobre ações/índices</b>						
Equity / Index Swaps	472 980	41 479	43 151	609 798	25 625	26 412
Equity / Index Options	208 579	8 705	8 395	310 050	15 852	17 124
Equity / Index Futures	142 690	-	-	50 216	-	-
	<b>824 249</b>	<b>50 184</b>	<b>51 546</b>	<b>970 064</b>	<b>41 477</b>	<b>43 536</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	221 636	6 240	8 289	284 741	5 786	7 523
	<b>221 636</b>	<b>6 240</b>	<b>8 289</b>	<b>284 741</b>	<b>5 786</b>	<b>7 523</b>
<b>Total</b>	<b>41 726 059</b>	<b>843 073</b>	<b>790 896</b>	<b>87 837 750</b>	<b>736 779</b>	<b>616 987</b>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	20 270	13 989	7 584	6 959
De 3 meses a um ano	34 433	30 160	217 663	131 304
De um a cinco anos	221 793	229 429	136 505	166 108
Mais de cinco anos	566 577	517 318	375 027	312 616
	<b>843 073</b>	<b>790 896</b>	<b>736 779</b>	<b>616 987</b>



## NOTA 19 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 495	-	( 579)	-	3 916
De outros emissores	217 135	200	( 9 609)	( 2 319)	205 407
Acções	16 401	2 931	( 2 064)	( 2 078)	15 190
Outros títulos de rendimento variável	85 007	3 266	( 1 449)	( 8 117)	78 707
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>323 038</b>	<b>6 397</b>	<b>( 13 701)</b>	<b>( 12 514)</b>	<b>303 220</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 214	-	( 34)	-	2 180
De outros emissores	606 118	994	( 6 571)	( 15 351)	585 190
Acções	22 289	12 147	( 926)	( 1 740)	31 770
Outros títulos de rendimento variável	77 820	3 611	( 68)	( 5 498)	75 865
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>708 441</b>	<b>16 752</b>	<b>( 7 599)</b>	<b>( 22 589)</b>	<b>695 005</b>

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	22 589	26 200
Dotações	3 099	1 917
Utilizações	( 13 263)	( 3 776)
Reversões	( 68)	( 1 937)
Diferenças de câmbio e outras	157	185
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>12 514</b>	<b>22 589</b>

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda inclui 26 450 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2010: 106 733 milhares de euros) (ver Nota 40).

*Relatório e Contas 2011*

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	7 888	15 058
De 3 meses a um ano	14 499	147 206
De um a cinco anos	139 475	221 781
Mais de cinco anos	47 461	203 325
Duração indeterminada	93 897	107 635
	<b>303 220</b>	<b>695 005</b>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	3 916	-	3 916	2 180	-	2 180
De outros emissores	35 841	169 566	205 407	54 479	530 711	585 190
<b>Acções</b>	<u>6 626</u>	<u>8 564</u>	<u>15 190</u>	<u>18 761</u>	<u>13 009</u>	<u>31 770</u>
<b>Outros títulos de rendimento variável</b>	<u>10 492</u>	<u>68 215</u>	<u>78 707</u>	<u>-</u>	<u>75 865</u>	<u>75 865</u>
<b>Total valor de balanço</b>	<u>56 875</u>	<u>246 345</u>	<u>303 220</u>	<u>75 420</u>	<u>619 585</u>	<u>695 005</u>

## NOTA 20 - Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Outras aplicações	1 054	1 127
	<b>1 054</b>	<b>1 127</b>
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Aplicações de muito curto prazo	-	2
Empréstimos	-	3 788
Operações com acordo de revenda	217 727	343 488
Outras aplicações	28 140	24 416
	<b>245 867</b>	<b>371 694</b>
	<b>246 921</b>	<b>372 821</b>
Perdas por imparidade	( 230)	( 211)
	<b>246 691</b>	<b>372 610</b>

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	230 774	367 862
De 3 meses a um ano	15 093	44
De um a cinco anos	1 054	4 915
	<b>246 921</b>	<b>372 821</b>

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	211	286
Dotações	71	8
Reversões	( 63)	( 210)
Diferenças de câmbio e outras	11	127
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>230</b>	<b>211</b>

## NOTA 21 - Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	19 088	23 870
Empréstimos	728 679	849 801
Descobertos	28	97
Outros créditos	61 498	75 280
A particulares		
Habitação	671	770
	<b>809 964</b>	<b>949 818</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Empréstimos	1 466 171	1 235 922
Descobertos	-	280
Outros créditos	67 252	122 316
	<b>1 533 423</b>	<b>1 358 518</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 90 dias	5 075	1 235
Há mais de 90 dias	13 877	7 348
	<b>18 952</b>	<b>8 583</b>
	<b>2 362 339</b>	<b>2 316 919</b>
Perdas por imparidade	( 104 394)	( 72 077)
	<b>2 257 945</b>	<b>2 244 842</b>

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	70 342	166 660
De 3 meses a um ano	402 417	211 082
De um a cinco anos	674 415	660 836
Mais de cinco anos	1 196 213	1 269 758
Duração indeterminada	18 952	8 583
	<b>2 362 339</b>	<b>2 316 919</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	72 077	48 358
Dotações	84 757	45 270
Reversões	( 51 959)	( 15 163)
Utilizações	-	( 6 387)
Diferenças de câmbio e outras	( 481)	( 1)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>104 394</b>	<b>72 077</b>

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Taxa fixa	163 854	2 720
Taxa variável	2 198 485	2 314 199
	<b>2 362 339</b>	<b>2 316 919</b>



## NOTA 22 – Investimentos Detidos até à Maturidade

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Emissores públicos	656 043	632 907
De outros emissores	72 312	85 185
Perdas por imparidade	( 357)	( 356)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>727 998</b>	<b>717 736</b>

A rubrica de activos detidos até à maturidade inclui 5 532 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2010: 11 823 milhares de euros) (ver Nota 40).

A 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	318 464	3 102
De 3 meses a um ano	301 051	6 796
De um a cinco anos	47 066	651 665
Mais de cinco anos	61 417	56 173
	<b>727 998</b>	<b>717 736</b>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	656 044	-	656 044	632 907	-	632 907
De outros emissores	-	71 954	71 954	-	84 829	84 829
	<b>656 044</b>	<b>71 954</b>	<b>727 998</b>	<b>632 907</b>	<b>84 829</b>	<b>717 736</b>

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2011 é de 724 446 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 711 370 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	356	-
Dotações	1	356
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>357</b>	<b>356</b>

Os investimentos detidos até à maturidade incluem títulos transferidos durante o exercício de 2008 da carteira de negociação. Estas transferências foram efectuadas de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.6.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Activos e passivos ao justo valor através de resultados		
Impacto em resultados do exercício	(1 347)	(4.838)
Efeito fiscal	183	524
	<u>(1.164)</u>	<u>(4.314)</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2010 o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

## NOTA 23 – Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Derivados para gestão de risco activos</b>		
Contratos sobre taxas de juro	6 225	12 493
Contratos sobre acções/índices	76 591	89 748
Outros contratos	5 255	1 798
	<u>88 071</u>	<u>104 039</u>
<b>Derivados para gestão de risco passivos</b>		
Contratos sobre taxas de juro	4 781	8 394
Contratos sobre acções/índices	73 974	61 910
Outros contratos	48 827	10 952
	<u>127 582</u>	<u>81 256</u>
	<b>( 39 511)</b>	<b>22 783</b>

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos

*Relatório e Contas 2011*

financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

**a) Derivados de cobertura**

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	78 330	( 1 463)	( 734)	215	( 731)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	6 600	1 035	457	( 1 014)	( 131)
			<b>84 930</b>	<b>( 428)</b>	<b>( 277)</b>	<b>( 799)</b>	<b>( 862)</b>

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	137 687	( 727)	( 271)	1 104	1 801
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	11 644	100	( 164)	( 1 230)	( 313)
			<b>149 331</b>	<b>( 627)</b>	<b>( 435)</b>	<b>( 126)</b>	<b>1 488</b>

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

**b) Outros derivados para gestão de risco**

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

31.12.2011 (milhares de euros)								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	516 213	2 572	( 25 271)	15 371	23 203	334 881	349 886
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	127 331	( 48 306)	( 37 779)	22 287	14 514	219 839	238 524
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	36 349	1 870	( 1 897)	6 289	8 871	42 546	45 867
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	105 301	4 228	2 903	1 124	1 032	91 926	95 061
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	18 992	553	382	( 576)	( 515)	15 595	14 978
		<b>804 186</b>	<b>( 39 083)</b>	<b>( 61 662)</b>	<b>44 495</b>	<b>47 105</b>	<b>704 787</b>	<b>744 316</b>

31.12.2010 (milhares de euros)								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	366 519	26 300	( 23 899)	( 4 992)	24 135	216 724	206 873
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	19 780	1 556	1 503	( 1 268)	( 1 359)	21 065	19 639
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	124 819	( 10 446)	( 9 632)	7 779	10 536	131 640	137 637
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	156 235	4 745	332	( 2 582)	3 119	136 851	134 150
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	122 529	1 230	783	19	39	10 391	10 387
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	9 635	171	( 192)	( 21)	255	15 475	15 453
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate Swap + CDS	33 260	( 146)	( 47)	132	15	27 628	27 760
		<b>832 777</b>	<b>23 410</b>	<b>( 31 152)</b>	<b>( 933)</b>	<b>36 740</b>	<b>559 774</b>	<b>551 899</b>

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo é positiva e o respectivo valor acumulado em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 10 574 milhares (31 de Dezembro de 2010: 6 949 milhares de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

31.12.2011 (milhares de euros)				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	-	66 905	-	( 1 068)
De 3 meses a um ano	13 683	118 725	186	20 297
De um a cinco anos	41 653	586 216	526	( 58 312)
Mais de cinco anos	29 594	32 340	( 1 140)	-
	<b>84 930</b>	<b>804 186</b>	<b>( 428)</b>	<b>( 39 083)</b>

(milhares de euros)

31.12.2010				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	2 245	73 098	60	( 1 547)
De 3 meses a um ano	25 801	181 799	398	( 993)
De um a cinco anos	55 454	543 941	( 1 278)	26 821
Mais de cinco anos	65 831	33 939	193	( 871)
	<b>149 331</b>	<b>832 777</b>	<b>( 627)</b>	<b>23 410</b>

## NOTA 24 - Activos não Correntes Detidos para Venda

O valor registado nesta rubrica é referente aos imóveis registados no activo da participada detida pelo BESI em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 – Cominvest – SGII, SA.

## NOTA 25 - Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	646	646
Beneficiações em edifícios arrendados	7 892	8 642
Outros		
	<b>8 538</b>	<b>9 288</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	10 746	8 447
Instalações interiores	3 464	3 585
Mobiliário e material	3 862	3 497
Equipamento de segurança	379	381
Máquinas e ferramentas	2 326	2 352
Material de transporte	1 789	1 146
Outros	85	82
	<b>22 651</b>	<b>19 490</b>
	<b>31 189</b>	<b>28 778</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	29	122
Equipamento informático e outros	5 290	6 856
	<b>5 319</b>	<b>6 978</b>
	<b>36 508</b>	<b>35 756</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>( 16 193)</b>	<b>( 15 464)</b>
	<b>20 315</b>	<b>20 292</b>



O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>5 520</b>	<b>13 271</b>	<b>358</b>	<b>19 149</b>
Alteração Perímetro Consolidação				
Adições	3 582	6 146	6 952	16 680
Abates / vendas	( 137)	( 597)	-	( 734)
Transferências	94	238	( 332)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	229	432	-	661
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>9 288</b>	<b>19 490</b>	<b>6 978</b>	<b>35 756</b>
Alteração Perímetro Consolidação				
Adições	161	1 707	1 308	3 176
Abates / vendas	( 1 051)	( 1 779)	( 4)	( 2 834)
Transferências	189	2 688	( 2 877)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	( 49)	545	( 86)	410
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>8 538</b>	<b>22 651</b>	<b>5 319</b>	<b>36 508</b>
<b>Depreciações</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>2 535</b>	<b>7 886</b>	<b>-</b>	<b>10 421</b>
Depreciações do exercício	875	1 535	-	2 410
Abates / vendas	( 137)	( 597)	-	( 734)
Variação cambial e Outros Movimentos	385	2 982	-	3 367
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>3 658</b>	<b>11 806</b>	<b>-</b>	<b>15 464</b>
Depreciações do exercício	1 414	2 275	-	3 689
Abates / vendas	( 1 051)	( 1 788)	-	( 2 839)
Variação cambial e Outros Movimentos	( 698)	577	-	( 121)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>3 323</b>	<b>12 870</b>	<b>-</b>	<b>16 193</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>5 215</b>	<b>9 781</b>	<b>5 319</b>	<b>20 315</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>5 630</b>	<b>7 684</b>	<b>6 978</b>	<b>20 292</b>

## NOTA 26 - Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Goodwill</b>	<b>59 465</b>	<b>59 184</b>
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	16 133	13 514
Outras	915	915
	<b>17 048</b>	<b>14 429</b>
<b>Imobilizações em curso</b>	<b>6 519</b>	<b>1 975</b>
	<b>83 032</b>	<b>75 588</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(13 467)</b>	<b>(11 652)</b>
	<b>(13 467)</b>	<b>(11 652)</b>
	<b>69 565</b>	<b>63 936</b>

**Relatório e Contas 2011**

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>					
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>14 049</b>	<b>10 106</b>	<b>897</b>	<b>630</b>	<b>25 682</b>
Adições:					
Adquiridas a terceiros	46 046	3 611	18	1 398	51 073
Abates / vendas	-	( 395)	-	-	( 395)
Transferências	-	53	-	( 53)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	( 911)	139	-	-	( 772)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>59 184</b>	<b>13 514</b>	<b>915</b>	<b>1 975</b>	<b>75 588</b>
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	828	-	6 841	7 669
Abates / vendas	-	( 35)	-	-	( 35)
Transferências	-	1 703	-	(1 703)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	281	123	-	( 594)	( 190)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>59 465</b>	<b>16 133</b>	<b>915</b>	<b>6 519</b>	<b>83 032</b>
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	-	<b>8 497</b>	<b>624</b>	-	<b>9 121</b>
Amortizações do exercício	-	904	129	-	1 033
Abates / vendas	-	( 395)	-	-	( 395)
Variação cambial e outros movimentos	-	1 893	-	-	1 893
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	-	<b>10 899</b>	<b>753</b>	-	<b>11 652</b>
Amortizações do exercício	-	1 704	126	-	1 830
Abates / vendas	-	( 35)	-	-	( 35)
Variação cambial e outros movimentos	-	20	-	-	20
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	-	<b>12 588</b>	<b>879</b>	-	<b>13 467</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>59 465</b>	<b>3 545</b>	<b>36</b>	<b>6 519</b>	<b>69 565</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>59 184</b>	<b>2 615</b>	<b>162</b>	<b>1 975</b>	<b>63 936</b>

**NOTA 27 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS**

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
F. IBÉRIA	13 965	12 665	12	15	13 952	12 650	2 101	3 683	( 703)	1 948	10 530	10 530
BRB	14 899	12 247	12 596	10 029	2 303	2 219	3 537	5 070	84	108	10 659	10 659
OUTRAS											18 417	18 417
											<b>39 606</b>	<b>39 606</b>

	(milhares de euros)					
	% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
F. IBÉRIA	39%	39%	5 387	7 287	( 272)	753
BRB	25%	25%	335	243	21	27
OUTRAS	-	-	29 504	27 805	2 825	870
			<b>35 226</b>	<b>35 335</b>	<b>2 574</b>	<b>1 650</b>

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	35 335	29 182
Aquisições	30	6 086
Resultados de associadas	2 574	1 650
Alteração do perímetro de consolidação	( 2 713)	( 1 583)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>35 226</b>	<b>35 335</b>

## NOTA 28 - Outros Activos

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Devedores por operações sobre futuros	21 645	18 123
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	500 678	297 507
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	5 492	3 509
Sector público administrativo	802	821
Outros devedores diversos	28 157	47 026
	556 774	366 986
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 5 612)	( 5 496)
	<b>551 162</b>	<b>361 490</b>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 129	276
Outros activos	4 964	4 887
	<b>6 093</b>	<b>5 163</b>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>862</b>	<b>1 621</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>18 036</b>	<b>4 530</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	2 219	8 962
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	60 400	191 081
Outras operações a regularizar	38 946	79 180
	<b>101 565</b>	<b>279 223</b>
<b>Pensões de reforma</b>	<b>24 480</b>	<b>2 140</b>
	<b>702 198</b>	<b>654 167</b>

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem as operações realizadas com títulos registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	5 496	12 360
Dotações	4 106	6 200
Utilizações	( 723)	( 5 938)
Reversões	( 3 200)	( 8 050)
Transferências	-	356
Diferenças de câmbio e outras	( 67)	568
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>5 612</b>	<b>5 496</b>

## NOTA 29 - Recursos de Bancos Centrais

Em 31 de Dezembro de 2011 o saldo desta rubrica no montante de 64 007 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 264 604 milhares de euros) refere-se a recursos junto do Banco de Portugal.

O saldo desta rubrica encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 19).

## NOTA 30 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>No país</b>		
Mercado monetário interbancário	646 373	573 646
Depósitos	379 641	454 514
Empréstimos medio e longo prazo	-	31 545
Operações com acordo de recompra	17 607	30 389
Outros recursos	369 456	412 788
	<b>1 413 077</b>	<b>1 502 882</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Recursos a muito curto prazo	-	2
Depósitos	-	29
Empréstimos	19 601	1 024
Operações com acordo de recompra	927 855	686 995
Outros recursos	91 676	122 629
	<b>1 039 132</b>	<b>810 679</b>
	<b>2 452 209</b>	<b>2 313 561</b>

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	2 087 314	1 109 028
De 3 meses a um ano	1 371	717 384
De um a cinco anos	326 365	487 149
Mais de 10 anos	37 159	-
	<b>2 452 209</b>	<b>2 313 561</b>



### NOTA 31 - Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	4 271	14 568
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	725 424	983 309
<b>Outros recursos</b>		
Operações de venda com acordo de recompra	129 001	308 021
Outros Depósitos	108	32 696
Outros	443	171
	<b>129 552</b>	<b>340 888</b>
	<b>859 247</b>	<b>1 338 765</b>

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Exigível à vista</b>	4 714	14 739
<b>Exigível a prazo</b>		
Até 3 meses	373 585	383 036
De 3 meses a um ano	142 000	263 549
De um a cinco anos	338 948	668 428
Mais de cinco anos	-	9 013
	<b>854 533</b>	<b>1 324 026</b>
	<b>859 247</b>	<b>1 338 765</b>

### NOTA 32 - Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Euro Medium Term Notes	1 225 121	1 083 756
Obrigações de caixa	5 039	9 106
Outras Obrigações	66 560	76 440
Certificados de Depósito	2 899	2 979
	<b>1 299 619</b>	<b>1 172 281</b>

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 42.

Esta rubrica inclui 704 787 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 532 146 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Durante o exercício de 2011 o Grupo BESI procedeu à emissão de 904 369 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 613 951 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 1 049 847 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1 446 171 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	61 385	94 181
De 3 meses a um ano	175 281	183 539
De um a cinco anos	1 004 513	809 952
Mais de cinco anos	58 440	84 609
	<b>1 299 619</b>	<b>1 172 281</b>



**Relatório e Contas 2011**

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011						
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	1.428	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3.610	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND-EUSTOXX AUG14	a)	EUR	2.899	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a)	EUR	3.281	2014	aj)
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a)	EUR	10.535	2014	ao)
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015	a)	EUR	1.737	2015	Taxa fixa 1,8% + indexada ao ouro
ESIP	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	3.430	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	5.744	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	2.725	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	1.256	2015	Range accrual
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	234	2015	Range accrual
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4.829	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual
ESIP	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a)	EUR	8.996	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + g)
ESIP	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1.237	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ESIP	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	10.025	2035	Euribor 12 meses + i)
ESIP	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	3.330	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	a)	EUR	2.103	2017	Range accrual
ESIP	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	a)	EUR	13.839	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS
ESIP	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	4.061	2016	Euribor 12M
ESIP	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a)	EUR	8.423	2012	g)
ESIP	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	4.515	2017	j)
ESIP	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a)	EUR	2.835	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ESIP	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	342	2012	n)
ESIP	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a)	USD	1.171	2014	p)
ESIP	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a)	EUR	3.467	2012	am)
ESIP	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a)	EUR	312	2012	Commodity Linked
ESIP	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a)	EUR	2.786	2015	g)
ESIP	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a)	EUR	-	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ESIP	ESIP JAN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	3.666	2012	x)
ESIP	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a)	EUR	923	2012	y)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	1.877	2016	ZC + g)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a)	EUR	4.499	2016	Taxa Fixa 6.30% + g)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a)	EUR	1.107	2016	Euribor 3M + 2.20% + g)
ESIP	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a)	EUR	1.373	2013	Indexada a AEGON
ESIP	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a)	EUR	3.792	2013	an)
ESIP	ESIP JUL2014 EQL LINKED	a)	EUR	981	2014	Indexada a DT, TEF e France Telecom
ESIP	ESIP AUG2012 EQL LINKED	a)	EUR	3.964	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED	a)	EUR	2.573	2014	Indexada a BBVA e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a)	EUR	3.494	2012	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP OCT2014 BANKS EQL LINKED	a)	EUR	2.231	2014	Indexada a BBVA e Santander
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED 2	a)	EUR	607	2014	Indexada a BBVA e Santander
ESIP	ESIP DEC12 ENI LINKED	a)	EUR	975	2012	Indexada a ENI
ESIP	ESIP NOV2012 EQL LINKED	a)	EUR	316	2012	Indexada a Santander e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 BBVA LINKED	a)	EUR	2.012	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP DEC2014 EQL LINKED	a)	EUR	58	2014	Indexada a BNP e Credit Agricole
ESIP	ESIP DEC2013 SPANISH EQL LINKED	a)	EUR	281	2013	Indexada a BBVA e Repsol
ESIP	ESIP DEC2012 ENI LINKED 2	a)	EUR	6.908	2012	Indexada a ENI
ESIP	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	2.162	2022	Fixed Amounts
ESIP	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2.016	2016	EURIBOR3M +2% + g)
ESIP	ESIP MAY2012 SX5E LINKED	a)	EUR	1.227	2012	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP JUN2013 EQL LINKED	a)	EUR	42	2013	aa)
ESIP	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a)	EUR	1.698	2014	Indexada a Inflação
ESIP	ESIP AUG2012 BESI BRASIL LINKED	a)	EUR	4.354	2012	ak)
ESIP	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a)	EUR	-	2020	ad)
ESIP	ESIP SEP2014 OCIDENTE II EQL	a)	EUR	8.336	2014	ae)
ESIP	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a)	EUR	6.708	2014	g)
ESIP	ESIP OCT2014 EQL	a)	EUR	964	2014	Indexada a Gazprom, Nokia e DU PONT
ESIP	ESIP OCT2012 EQL LINKED	a)	EUR	1.965	2012	Indexada a Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
ESIP	ESIP 5.25% RANGE ACCRUAL OCT2016	a)	EUR	4.606	2016	Range accrual
ESIP	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a)	EUR	10.226	2014	g)
ESIP	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a)	EUR	3.341	2014	g)
ESIP	ESIP USD FTD IBERIA 5.5% DEC2014	a)	USD	2.552	2014	g)
ESIP	ESIP CIMPOR CLN EUR3M DEC2014	a)	EUR	3.781	2014	g)

(milhares de euros)

**31.12.2011**

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
ESIP	ESIP NOV 2012 CLN BESIBRASIL	a)	EUR	9.854	2012	g)
ESIP	ESIP DEC 2012 USDBRL LINKED	a)	USD	1.891	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP DEC 2014 SX5E LINKED	a)	EUR	3.220	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a)	EUR	3.529	2014	a)
ESIP	ESIP DEC 2012 EWZ + HSCE LINKED	a)	EUR	2.690	2012	Indexado a EWZ e HSCE
ESIP	ESIP BRAZIL EQL JAN 2015	a)	EUR	1.421	2015	b)
ESIP	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB 2014	a)	EUR	4.684	2014	d)
ESIP	ESIP WORST SOFT QMDT MAR 2013	a)	EUR	1.237	2013	k)
ESIP	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR 2015	a)	EUR	3.051	2015	indexado a Ishares DJ US Real State Index fund
ESIP	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR 2013	a)	EUR	2.418	2013	o)
ESIP	ESIP USDEUR FX LKD MAY 2015	a)	EUR	359	2015	indexado a EUR/USD
ESIP	ESIP CRDA GRI CL EUR6M+1.15 JUN 15	a)	EUR	2.840	2015	Euribor 6M ACT/360
ESIP	ESIP EDP BCP PT LKD JUN 2013	a)	EUR	1.436	2013	w)
ESIP	ESIP FTD CRD LINKED JUN 2015	a)	EUR	4.066	2015	x)
ESIP	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN 2013	a)	EUR	16.408	2013	ag)
ESIP	ESIP BRAZIL EQL MAY 2016	a)	EUR	2.776	2016	ac)
ESIP	ESIP SX5E MAY 14 EQL	a)	EUR	1.407	2014	Indexada a Eurostoxx
ESIP	ESIP JUN 2013 BASKET LINKED	a)	EUR	3.037	2013	5.70% + af)
ESIP	ESIP TELECOM LKD JUL 2013	a)	EUR	8.785	2013	ah)
ESIP	ESIP BASKET LKD JUL 2013	a)	EUR	3.884	2013	ai)
ESIP	ESIP BASKET LKD JUL 2014	a)	EUR	1.869	2014	ai)
ESIP	ESIP GOLD LKD FEB 2012	a)	EUR	441	2012	Indexada ao Gold
ESIP	ESIP SEP 2013 CURRENCIES LINKED	a)	EUR	867	2013	ap)
ESIP	ESIP AUG 13 RANGE ACCRUAL	a)	EUR	978	2013	Range accrual
ESIP	ESIP AUG 2013 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	718	2013	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP SEP 15 DIGITAL	a)	USD	1.101	2015	Digital US Libor 3M
ESIP	ESIP JAN 2011 DOW JONES INDUS LKD	a)	EUR	1.107	2013	Indexada a INDU
ESIP	ESIP ASIA INDEX LKD SEP 2014	a)	EUR	2.035	2014	ab)
ESIP	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC 2013	a)	EUR	5.377	2013	v)
ESIP	ESIP GOLD LKD OCT 2013	a)	EUR	2.453	2013	Indexada ao Gold
ESIP	ESIP EDP CRDLKD DEC 2013	a)	EUR	4.084	2013	Eurobor 6m + 3,5% + Indexada à EDP
ESIP	ESIP NOV 2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	1.569	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC 2015 CREDLINKED BSCH	a)	EUR	1.408	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ESIP	ESIP NOV 2013 SANTANDER LKD	a)	EUR	826	2013	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP SAN BBVA LINKED NOV 2013	a)	EUR	2.531	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC 2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	855	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP MAY 12 EURPLN LINKED	a)	EUR	695	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP NOV 2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a)	EUR	1.886	2013	u)
ESIP	ESIP NOV 2013 AMERLATIN BSKT LKD	a)	EUR	1.572	2013	t)
ESIP	ESIP MAY 2012 EWZ LINKED	a)	EUR	1.722	2012	Indexada ao EWZ
ESIP	ESIP TEF PT LKD APR 2014	a)	EUR	519	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ESIP	ESIP CABAZ BRASIL LKD FEB 14	a)	EUR	1.778	2014	b)
ESIP	ESIP FEB 16 5A EXPOSIC AFRICA LKD	a)	EUR	1.108	2016	c)
ESIP	ESIP EXPOSIÇÃO EURUSD LKD FEB 14	a)	EUR	1.448	2014	FX EUR/USD Linked
ESIP	ESIP DUAL 5% + AFRICA LKD FEB 15	a)	EUR	1.111	2015	s)
ESIP	ESIP 2 ANOS EURUSD LKD FEB 13	a)	EUR	1.484	2013	FX EUR/USD Linked
ESIP	ESIP CLN EDP MAR 2014	a)	EUR	9.155	2014	7% + CLN EDP
ESIP	ESIP STEP-UP FEB 2012	a)	EUR	4.807	2012	Fixed STEP-UP Rate
ESIP	ESIP WORST DIG COMM EQL MAR 2013	a)	EUR	922	2013	e)
ESIP	ESIP SX5E LKD FEB 14	a)	EUR	1.042	2014	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP MAR 14 BES EURUSD LINKED	a)	EUR	1.480	2014	FX USD/BRL Linked
ESIP	ESIP APR 2015 BES ENERGIA LINKED	a)	EUR	10.598	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ESIP	ESIP MAR 14 EUROCHF LINKED	a)	EUR	2.355	2014	FX EUR/CHF Linked
ESIP	ESIP CLN SANTANDER MAR 2014	a)	EUR	5.860	2014	6.35% + CLN BSCH SUB
ESIP	ESIP EDP MAR 2014 CLN	a)	EUR	13.530	2014	6.5% + CLN EDP
ESIP	ESIP SX5E SPX LKD MAR 2016	a)	EUR	1.389	2016	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP STEP-UP APR 2012	a)	EUR	4.344	2012	Fixed STEP-UP Rate
ESIP	ESIP APRIL 2014 HEALTH CARE LKD	a)	EUR	7.530	2014	Health Care Select Sector SPDR Fund Linked
ESIP	ESIP APR 2015 BES ENERGIA LKD	a)	USD	2.781	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ESIP	ESIP APR 2013 EURUSD LKD	a)	EUR	3.284	2013	FX EUR/USD Linked
ESIP	ESIP APR 2012 TELEFONICA LINKED	a)	EUR	2.924	2012	Telefonica Linked
ESIP	ESIP SX5E SPX LKD APR 2014	a)	EUR	2.042	2014	SX5E e SPX Linked
ESIP	ESIP HEALTH CARE LKD APR 2014	a)	EUR	2.792	2014	f)
ESIP	ESIP MAR 2014 TEF FT LINKED	a)	EUR	769	2014	Telefonica e France Telecom Linked
ESIP	ESIP SEP 2012 SANTANDER LINKED	a)	EUR	362	2012	BSCH Linked
ESIP	ESIP TEF PT LKD 26 APR 2014	a)	EUR	527	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ESIP	ESIP EDP CLN JUN 2014	a)	EUR	12.378	2014	7% + CLN EDP





**Relatório e Contas 2011**

(milhares de euros)

31.12.2011

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanco	Maturidade	Taxa de juro	
ESIP	ESIP STEP-UP APR2013	a)	EUR	2011	1.221	2013	Fixed STEP-UP Rate
ESIP	ESIP EUR CLN JUN2014	a)	EUR	2011	8.384	2014	6.75% + CLN PT
ESIP	ESIP APR2012 TELEFONICA II LINKD	a)	EUR	2011	4.327	2012	Telefonica Linked
ESIP	ESIP BES MOMENTUM JUN2015	a)	EUR	2011	6.537	2015	Espirito Santo Momentum Fund Linked
ESIP	ESIP INOV TECNOLÓGICA JUN2014	a)	EUR	2011	9.289	2014	l)
ESIP	ESIP BSCH CLN JUN2014	a)	EUR	2011	5.682	2014	6.1% + CLN BSCH
ESIP	ESIP BES PROTECÇÃO JUN2014	a)	EUR	2011	52.916	2014	m)
ESIP	ESIP JAN2013 BES BRASIL 18M	a)	EUR	2011	7.571	2013	EWZ Linked
ESIP	ESIP MAY2012 TEF LINKED	a)	EUR	2011	1.968	2012	Telefonica Linked
ESIP	ESIP BRAZIL NOTES LKD MAY2011	a)	EUR	2011	3.909	2016	11.50% + FX EUR/BRL Linked
ESIP	ESIP BES 5ANOS EFC ENERG JUNE16	a)	EUR	2011	4.337	2016	r)
ESIP	ESIP PETROBRAS CLN JUN2014	a)	USD	2011	2.227	2014	3-Month USD libor + 3.70% + CLN PETROBRAS
ESIP	ESIP PT II CLN JUN2014	a)	EUR	2011	6.732	2014	7% + CLN PT
ESIP	ESIP TEF PT JUN2014	a)	EUR	2011	1.019	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ESIP	ESIP JUN2012 ISHR BRAZIL LINKED	a)	EUR	2011	654	2012	iShares MSCI Brazil Index Fund Linked
ESIP	ESIP SANTANDER CLN JUN2014	a)	EUR	2011	2.669	2014	6.4% + CLN BSCH
ESIP	ESIP BRL FXL LINKED SEP2016	a)	EUR	2011	1.830	2016	Fx linked
ESIP	ESIP BES PROTECÇÃO II JUN2014	a)	EUR	2011	24.899	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ESIP	ESIP EUR PRICING POWER 5Y JUL14	a)	EUR	2011	1.773	2016	z)
ESIP	ESIP 2Y BULLISH CAB VS USD JUL13	a)	EUR	2011	2.007	2013	Fx linked
ESIP	ESIP ASCENDI CLN JUL2013	a)	USD	2011	5.260	2013	7.25% + Ascendi CLN
ESIP	ESIP AUG14 ES ROCKEFELLERGLD LKD	a)	EUR	2011	874	2014	Espirito Santo Rockfeller Linked
ESIP	ESIP BARCLAYS CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2.809	2014	6% + Barclays CLN
ESIP	ESIP SX5E JUL15 EQL	a)	EUR	2011	1.509	2015	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP SEP14 TRY LKD	a)	EUR	2011	1.423	2014	Fx linked
ESIP	ESIP AUG14 INFLATION LKD	a)	EUR	2011	42.837	2014	Inflation Linked
ESIP	ESIP AUG2014 ALEMANHA EQL LINKED	a)	EUR	2011	549	2014	q)
ESIP	ESIP ESFP CLN JUL2013	a)	USD	2011	5.826	2013	ESFP CLN
ESIP	ESIP BANCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2.992	2014	8.75% + POPULAR CLN
ESIP	ESIP BCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	1.587	2014	8.75% + POPULAR CLN
ESIP	ESIP SEP2014 INFLATION+EURIBOR	a)	EUR	2011	28.676	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ESIP	ESIP SEP2014 PSI20 EQL 4	a)	EUR	2011	2.118	2014	PSI20 Linked
ESIP	ESIP SEP2014 EUROSTOXX 50 EQL 5	a)	EUR	2011	1.530	2014	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP DEC2013 BES4% GLOBAL LINKED	a)	EUR	2011	27.786	2015	aq)
ESIP	ESIP BCO POPULAR CRDLK SEP2014	a)	EUR	2011	7.187	2014	9.40% + Banco Popular CLN
ESIP	ESIP OCT2014 WORLD INVESTM EQL 3	a)	EUR	2011	1.585	2014	j)
ESIP	ESIP AUTOCALLABLE 2014	a)	EUR	2011	2.635	2014	ar)
ESIP	ESIP PT CLN DEC2014	a)	EUR	2011	14.523	2014	11% + PT CLN
ESIP	ESIP TELECOM ITALIA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4.949	2014	7.25% + Telecom Italia CLN
ESIP	ESIP NOV2011 SPANISH NOTES	a)	EUR	2011	151	2016	as)
ESIP	ESIP AUTOCALL HIGH DIVD DEC2014	a)	EUR	2011	2.034	2014	at)
ESIP	ESIP EDP USD CLN DEC2014	a)	USD	2011	1.407	2014	8.5% + EDP CLN
ESIP	ESIP IBEX LINKED DEC2013	a)	EUR	2011	1.214	2013	IBEX Linked
ESIP	ESIP WORLD INVESTMENT II DEC2014	a)	EUR	2011	1.027	2014	j)
ESIP	ESIP TELEFONICA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4.480	2014	7.15% + Telefonica CLN
ESIP	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR	2011	16.815	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
ESIP	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR	2011	617	2018	au)
ESIP	ESIP UTILIT FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR	2011	2.620	2018	av)
BRA SİL	BES INVEST BRASİL 5.75% MAY2012	USD	2009	111.084	2012	Taxa fixa 5,75%	
BRA SİL	BES INVEST BRASİL	BRL	2010	513	2013	Taxa Fixa - 11,53%	
BRA SİL	BES INVEST BRASİL 5.625% MAR2015	USD	2010	368.320	2015	Taxa Fixa - 5.625%	
BRA SİL	49-LCA - Letra	BRL	2011	40.290	2012	Indexada ao CDI	
BRA SİL	53-LF LETRA FIN	BRL	2010	26.270	2013	Indexada ao CDI	
				1 299 619			

- a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido  
b) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco  
c) Indexado a cabaz de index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40  
d) Indexada a Cabaz de Ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e AB B LTD.  
e) Indexado a cabaz de commodities sobre Copper, Oil, Sugar, e Gold  
f) Indexado a cabaz de ações de Gilead sciences, Celgene corp, Mylan Inc, Teva Pharmaceutical Ind Ltd e Amgen Inc  
g) Indexado a risco de crédito  
h) Indexado a cupão anterior + spread - Euribor  
i) Indexado a reverse floater  
j) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225  
k) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Soybean  
l) Indexado a cabaz de ações de Apple, Samsung, Amazon e Google  
m) 4%+ indexado a Eurostat Consumer Price Index (CPI) (excl. To baco) for the Eurozone  
n) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP 500 e Topix  
o) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Sugar  
p) Indexado a cabaz composto pelas ações BBVA e BSCH  
q) Indexado a cabaz de ações Daimler, DB, E.ON  
r) Indexado a cabaz de ações de Philips, Siemens, Iberdrola e Veolia  
s) 5%+ indexado a cabaz de index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40  
t) Indexada a Cabaz de Índices MSCI Brasil, Chile e México  
u) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500  
v) Indexada a Crédito EDP, PT e CGD  
w) Indexada a Cabaz de Ações EDP, BCP e PT  
x) Indexada a Crédito (First to default) sobre Santander, PT INT FIN, EDP e Brisa  
y) Indexada a Cabaz de Ações BBVA, Repsol e Telefonica  
z) Indexado a cabaz de ações Oracle, SAP, Caterpillar, Komatsu, BHP Billiton, Mitsubishi  
aa) Indexada a cabaz de Ações BBVA, REPSOL e ENEL  
ab) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200  
ac) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco  
ad) Indexada a cabaz de Ações France Telecom e Deutsche Telekom  
ae) Indexada a cabaz de Índices Eurostoxx, SP 500, Nasdaq100 e iShares MSCI Brazil Fund  
af) Indexada a Crédito Brisa, EDP, PT e Crédito Agrícola  
ag) Indexada a Crédito PT, EDP e Brisa  
ah) Indexada a Cabaz de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone  
ai) Indexada a Cabaz de Ações Louis Vuitton, Nokia, Bayer e E.ON  
aj) Indexada a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50, SP 500, Nasdaq100 e EWZ  
ak) 1º ano: Taxa fixa, 2º ano e seguintes: Euribor 6M + 100bps, indexada ao BESI Brasil  
al) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco  
am) Indexada a Cabaz de Ações Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP  
an) Indexada a Cabaz de Ações Petróleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce  
ao) Indexada a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI, NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore  
ap) Indexada a Cabaz de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR  
aq) 4%+ Barclays Capital Armur EUR 7% Index  
ar) Indexada a Cabaz de Ações Ambev, TAM, Brasil Foods, Itau Unibanco, Gerdau e Cia Energética de Minas Gerais  
as) Indexada a cabaz de ações Telefonica, Banco Santander, BBVA e Banco Popular  
at) Indexada a cabaz de ações Vodafone Gro up PLC, Sanofi, Novartis AG e MacDonald's Corp.  
au) Indexada a Cabaz de ações Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telekom  
av) Indexada a cabaz de ações Telefonica, Banco Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telekom



### NOTA 33 – Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos

Esta rubrica no montante de 31 498 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 53 815 milhares de euros) refere-se a passivos por activos não desreconhecidos em operações de securitização.

### NOTA 34 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)
	<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2010</b>	<b>13 219</b>
Dotações	10 589
Reversões	( 383)
Diferenças de câmbio e outras	343
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>23 768</b>
Dotações	11 831
Reversões	( 4 406)
Utilizações	( 1 400)
Diferenças de câmbio e outras	( 6 130)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>23 663</b>

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

### NOTA 35 – Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 foi apurado pelo Grupo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2.5% referente à derrama estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do plano de estabilidade e crescimento (PEC) aprovadas pela Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho.

*Relatório e Contas 2011*

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de Capital Próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de Capital Próprio, não afectando o resultado do exercício.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2011 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	26%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	45,95%

As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil e na Irlanda, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 40%.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	<b>Activo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Líquido</b>	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Instrumentos financeiros derivados	3 214	-	( 26 772)	( 6 582)	( 23 558)	( 6 582)
Activos financeiros disponíveis para venda	3 129	1 512	-	( 3 270)	3 129	( 1 758)
Crédito a clientes	28 939	18 160	-	-	28 939	18 160
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	( 1 218)	( 1 113)	( 1 218)	( 1 113)
Provisões	12 995	9 516	( 146)	-	12 849	9 516
Pensões	2 183	2 177	( 6)	-	2 177	2 177
Outros	-	611	( 1 648)	( 2 160)	( 1 648)	( 1 549)
Prejuízos fiscais reportáveis	9 883	5 357	-	-	9 883	5 357
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>60 343</b>	<b>37 333</b>	<b>( 29 790)</b>	<b>( 13 125)</b>	<b>30 553</b>	<b>24 208</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	( 11 166)	( 9 428)	11 166	9 428	-	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>49 177</b>	<b>27 905</b>	<b>( 18 624)</b>	<b>( 3 697)</b>	<b>30 553</b>	<b>24 208</b>

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	<b>24 208</b>	<b>7 089</b>
Reconhecido em resultados	( 1 779)	6 439
Reconhecido em reservas de justo valor	4 238	6 232
Reconhecido em outras reservas	2 996	2 177
Variação cambial e outros	890	2 271
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>30 553</b>	<b>24 208</b>

O imposto diferido reconhecido em reservas – outro rendimento integral respeita aos desvios actuariais também reconhecidos nesta rubrica, conforme descrito na Nota 13.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 explica-se como segue:

(milhares de euros)				
	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>	
	<b>Reconhecido em resultados</b>	<b>Reconhecido em reservas</b>	<b>Reconhecido em resultados</b>	<b>Reconhecido em reservas</b>
<b>Impostos Diferidos</b>				
Instrumentos financeiros derivados	16 977	-	2 945	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	( 4 238)	( 291)	( 6 232)
Crédito a clientes	( 10 779)	-	( 7 274)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	105	-	-	-
Provisões	( 3 332)	-	( 3 721)	-
Pensões	-	-	-	( 2 177)
Outros	2 511	( 1 737)	( 163)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	( 3 703)	( 1 259)	2 065	-
	<b>1 779</b>	<b>( 7 234)</b>	<b>( 6 439)</b>	<b>( 8 409)</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>4 110</b>	<b>-</b>	<b>24 138</b>	<b>-</b>
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>5 889</b>	<b>( 7 234)</b>	<b>17 699</b>	<b>( 8 409)</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

*Relatório e Contas 2011*

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>15 162</b>		<b>82 474</b>
Taxa de imposto do BESl	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESl		4 397		23 917
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	23,5	3 565	(13,0)	( 1 972)
Dividendos excluídos de tributação	(0,8)	( 127)	(5,6)	( 854)
Mais-valias não tributadas	(26,6)	( 4 028)	(2,4)	( 362)
Proveitos não tributáveis	0,7	101	(1,4)	( 212)
Imposto sobre lucros das sucursais	(1,0)	( 146)	21,1	3 202
Alterações de estimativas	(2,8)	( 426)	0,0	
Alteração da taxa de imposto	(12,4)	( 1 887)	0,0	
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no exercício	(1,3)	( 202)	1,0	158
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	(9,7)	( 1 475)	(15,2)	( 2 312)
Benefícios fiscais	(1,3)	( 202)	0,4	59
Custos não dedutíveis	54,8	8 303	2,2	328
Outros	(13,1)	( 1 984)	(32,1)	( 4 866)
	<b>39,0</b>	<b>5 889</b>	<b>(12,0)</b>	<b>17 699</b>

No seguimento da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a contribuição sobre o sector bancário. A 31 de Dezembro de 2011 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1,5 milhões de euros, o qual foi incluído nos outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (Ver Nota 11).

### NOTA 36 - Passivos Subordinados

A rubrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Outros passivos subordinados</b>		
Obrigações de caixa	90 304	109 473
	<b>90 304</b>	<b>109 473</b>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

		(milhares de euros)				
		31.12.2011				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 954	Indexada à CMS	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	Euribor 3m + 0,95%	2015
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	42 494	Euribor 3m + 0,95%	2015
BSI BRASIL	VBES IA001	2007	22 766	22 766	1,300	2014
BSI BRASIL	VBES IA002	2008	10 348	10 348	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA003	2008	1 863	2 070	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA005	2008	828	828	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA006	2008	1 242	1 242	1,300	2015
<b>Sub-total</b>			<b>167 046</b>	<b>89 702</b>		
Juro Corrido				602		
			<b>167 046</b>	<b>90 304</b>		

		(milhares de euros)				
		31.12.2010				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 869	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	Euribor 3m + 0,95%	2015
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	58 235	Euribor 3m + 0,95%	2015
BSI BRASIL	VBES IA001	2007	21 901	24 801	1,300	2014
BSI BRASIL	VBES IA002	2008	9 955	11 273	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA003	2008	1 792	2 029	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA004	2008	199	226	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA005	2008	796	902	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA006	2008	1 195	1 353	1,300	2015
<b>Sub-total</b>			<b>165 838</b>	<b>108 688</b>		
Juro Corrido				785		
			<b>165 838</b>	<b>109 473</b>		

Durante os exercícios de 2011 e 2010 o Grupo BESI não emitiu nem reembolsou passivos subordinados.



### NOTA 37 - Outros Passivos

A rubrica outros passivos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	9 481	12 014
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	66 277	86 215
Credores por fornecimento de bens	1 778	3 062
Outros credores	13 837	28 420
	<b>81 892</b>	<b>117 697</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	1 832	1 845
Outros custos a pagar	18 258	15 967
	<b>20 090</b>	<b>17 812</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>1 596</b>	<b>1 292</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	60 208	190 853
Outras operações a regularizar	12 920	51 039
	<b>73 128</b>	<b>241 892</b>
	<b>186 187</b>	<b>390 707</b>

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

### NOTA 38 - Capital, Prémios de Emissão e Outros Instrumentos de Capital

#### Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu à emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital no montante de 46 269 milhares de euros, através da emissão de 9 253 800 acções com o valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Banco Espírito Santo, S.A., mediante entrada em espécie, constituída por 46 269 valores mobiliários emitidos pelo BESI com o valor nominal de 1 000 euros cada.

**Prémios de emissão**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes a prémios pagos pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

**Outros instrumentos de capital**

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros.

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do BESI, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

Durante o exercício de 2011 o Grupo efectuou o pagamento de juros no montante de 4 250 milhares de euros os quais foram registados como uma dedução a reservas. Adicionalmente foi efectuado o reembolso de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

**NOTA 39 - Reservas de Justo Valor, Outras Reservas e Resultados Transitados e Interesses que não Controlam****Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto.



## Relatório e Contas 2011

Durante os exercícios de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)</b>	26 145	( 7 699)	18 446	46 594	( 6 072)	13 543	149 010	203 075
Desvios actuariais	-	-	-	-	396	-	-	396
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 94)	( 94)
Alterações de justo valor	( 21 258)	5 594	( 15 664)	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	( 5 660)	( 5 660)
Diferenças cambiais	2 365	( 1 328)	1 037	2 302	-	10 417	5 119	17 838
Constituição de reservas	-	-	-	9 400	-	-	19 644	29 044
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	7 252	( 3 433)	3 819	58 296	( 5 676)	23 960	168 019	244 599
Desvios actuariais	-	-	-	-	5 445	-	-	5 445
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	( 3 175)	( 3 175)
Alterações de justo valor	( 13 513)	4 744	( 8 769)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	( 1 603)	774	( 829)	( 1 219)	-	( 15 544)	-	( 16 763)
Constituição de reservas	-	-	-	8 089	-	-	52 286	60 375
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	( 5 463)	( 5 463)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	( 7 864)	2 085	( 5 779)	65 166	( 231)	8 416	211 667	285 018

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam, no exercício de 2011 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	<b>3 819</b>	<b>18 446</b>
Variação de justo valor	( 7 417)	2 001
Alienações do exercício	-	( 20 894)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	( 2 181)	4 266
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>( 5 779)</b>	<b>3 819</b>

## Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES Investimento do Brasil	31 922	4 538	19 414	355
BES Securities	13 191	1 253	22 681	3 095
Bes Absolute Return	9 664	740	10 697	421
Bes Multimercado	721	721	11 651	502
Bes FIM Moderado	9 448	252	-	-
Espírito Santo Investment Holding	4 730	( 7 347)	12 085	11
Outras	9 646	55	4 199	16
	<b>79 322</b>	<b>212</b>	<b>80 727</b>	<b>4 400</b>

O movimento de interesses que não controlam nos anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser assim analisada:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Interesses que não controlam em 1 de Janeiro</b>	<b>80 727</b>	<b>59 983</b>
Alterações de perímetro de consolidação	-	12 075
Aumento/Redução de capital de subsidiárias	2 890	3 025
Dividendos distribuídos	( 2 234)	( 3 773)
Variação da reserva de justo valor	( 923)	( 2 926)
Variação cambial e outros	( 1 350)	7 943
Resultado líquido do ano	212	4 400
<b>Interesses que não controlam em 31 de Dezembro</b>	<b>79 322</b>	<b>80 727</b>

## NOTA 40 - Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	714 777	790 572
Activos financeiros dados em garantia	141 540	333 157
	<b>856 317</b>	<b>1 123 729</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos irrevogáveis	141 906	371 577
	<b>141 906</b>	<b>371 577</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 18 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 20 000 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 83 403 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 266 625 milhares de euros) (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 37 582 e 136 291 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011 e 2010);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 336 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 11 810 milhares de euros).

*Relatório e Contas 2011*

Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indeminização aos Investidores no montante de 1 813 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 2 900 milhares de euros).

Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 80 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 80 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Depósito e guarda de valores	6 273 217	5 012 634
Credito Securitizado sob gestão	-	780 100
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 316 989	5 626 102
	<u>9 590 206</u>	<u>11 418 836</u>



## NOTA 41 – Transacções com Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante global dos activos e passivos do Grupo BESl que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco) resume-se como segue:

	31.12.2011							31.12.2010						
	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total					Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total				
Banco Espírito Santo, S.A.	112 215	115 958	228 173	368 078	1 310 005	95 724	125 074	5 690	52 216	57 906	358 032	1 469 288	24 699	60 072
BES Finance	-	3 231	3 231	-	-	-	-	-	7 093	7 093	-	-	-	-
ESF(P)	-	20 635	20 635	-	-	170	-	-	35 758	35 758	-	-	-	-
ES Financial service	-	-	-	-	-	-	-	-	429	429	-	-	-	-
ESFG	-	4 878	4 878	-	-	-	-	-	152	152	-	-	-	-
ES Saúde	-	-	-	-	-	348	-	-	-	-	-	-	934	-
ES Tourism	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESCOM	-	-	-	-	-	289	-	-	-	-	-	-	260	-
ESEGU	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	60	7
ES PLC	-	-	-	-	-	87 711	2 440	-	-	-	-	-	7 148	555
ES Concessões	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	-	58	-
BES Venetie	-	-	-	-	-	39	-	-	4 585	4 585	-	30	-	-
BEST, S.A.	-	-	-	-	2 233	432	13	-	-	-	-	2 233	1 680	319
BES Vida, S.A.	-	-	-	-	16 108	290	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo FCR PME	-	-	-	-	7 864	403	-	-	-	-	-	80	408	14
FRIE-IMIT/BES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOCARENT	-	-	-	-	-	-	104	-	-	-	-	-	-	84
Bes Angola	2 970	-	2 970	-	-	-	-	2 111	-	2 111	-	-	87	-
<b>TOTAL</b>	<b>115 185</b>	<b>144 702</b>	<b>259 887</b>	<b>368 078</b>	<b>1 336 210</b>	<b>185 549</b>	<b>127 640</b>	<b>7 801</b>	<b>100 233</b>	<b>108 034</b>	<b>358 032</b>	<b>1 471 631</b>	<b>35 334</b>	<b>61 051</b>

## NOTA 42 – Justo Valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
<b>31 de Dezembro de 2011</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 893	-	-	-	1 893	1 893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75 716	-	-	-	75 716	75 716
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	785 316	1 191 735	-	1 977 051	1 977 051
Activos financeiros disponíveis para venda	-	56 875	219 241	27 104	303 220	303 220
Aplicações em instituições de crédito	246 691	-	-	-	246 691	246 691
Crédito a clientes	2 257 945	-	-	-	2 257 945	2 257 945
Investimentos detidos até à maturidade	727 998	-	-	-	727 998	724 446
Derivados para gestão de risco	-	-	88 071	-	88 071	88 071
<b>Activos financeiros</b>	<b>3 310 243</b>	<b>842 191</b>	<b>1 499 047</b>	<b>27 104</b>	<b>5 678 585</b>	<b>5 675 033</b>
Recursos de bancos centrais	64 007	-	-	-	64 007	64 007
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	791 761	-	791 761	791 761
Recursos de outras instituições de crédito	2 452 209	-	-	-	2 452 209	2 452 209
Recursos de clientes e outros empréstimos	859 247	-	-	-	859 247	859 247
Responsabilidades representadas por títulos	544 626	-	754 993	-	1 299 619	1 287 842
Passivos financeiros associados a activos transferido	31 498	-	-	-	31 498	31 498
Derivados para gestão de risco	-	-	127 582	-	127 582	127 582
Passivos subordinados	80 350	-	9 954	-	90 304	72 600
<b>Passivos financeiros</b>	<b>4 031 937</b>	<b>-</b>	<b>1 684 290</b>	<b>-</b>	<b>5 716 227</b>	<b>5 686 746</b>
<b>31 de Dezembro de 2010</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 078	-	-	-	12 078	12 078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 369	-	-	-	46 369	46 369
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	995 428	1 017 374	-	2 012 802	2 012 802
Activos financeiros disponíveis para venda	-	75 420	590 041	29 544	695 005	695 005
Aplicações em instituições de crédito	372 610	-	-	-	372 610	372 610
Crédito a clientes	2 244 842	-	-	-	2 244 842	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	717 736	-	-	-	717 736	711 370
Derivados para gestão de risco	-	-	104 039	-	104 039	104 039
<b>Activos financeiros</b>	<b>3 393 635</b>	<b>1 070 848</b>	<b>1 711 454</b>	<b>29 544</b>	<b>6 205 481</b>	<b>6 199 115</b>
Recursos de bancos centrais	264 604	-	-	-	264 604	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	626 472	-	626 472	626 472
Recursos de outras instituições de crédito	2 313 561	-	-	-	2 313 561	2 313 561
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 338 765	-	-	-	1 338 765	1 338 765
Responsabilidades representadas por títulos	550 166	-	622 115	-	1 172 281	1 157 681
Passivos financeiros associados a activos transferido	53 815	-	-	-	53 815	53 815
Derivados para gestão de risco	-	-	81 256	-	81 256	81 256
Passivos subordinados	99 604	-	9 869	-	109 473	85 264
<b>Passivos financeiros</b>	<b>4 620 515</b>	<b>-</b>	<b>1 339 712</b>	<b>-</b>	<b>5 960 227</b>	<b>5 921 418</b>

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

**Valores de cotação de mercado** – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

**Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado** – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado** – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2011 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2011, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	29 544	51 797
Aquisições	1 561	-
Saídas	-	( 6 520)
Variação de valor	( 4 001)	( 15 733)
Saldo no fim do exercício	27 104	29 544

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

### Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,33	0,11	0,43	0,45	0,30	0,58
1 mês	1,02	0,30	0,76	0,78	0,26	0,68
3 meses	1,36	0,58	1,09	1,01	0,30	0,82
6 meses	1,62	0,81	1,34	1,23	0,46	1,26
9 meses	1,79	0,97	1,59	1,37	0,62	1,42
1 ano	1,42	0,68	1,09	1,33	0,46	0,89
3 anos	1,38	0,82	1,36	1,95	1,30	1,95
5 anos	1,72	1,23	1,56	2,48	2,20	2,62
7 anos	2,07	1,63	1,86	2,89	2,84	3,10
10 anos	2,39	2,02	2,29	3,31	3,40	3,54
15 anos	2,68	2,37	2,65	3,64	3,86	3,88
20 anos	2,69	2,50	2,83	3,70	4,00	3,95
25 anos	2,63	2,55	2,94	3,67	4,08	3,95
30 anos	2,56	2,59	2,99	3,50	4,12	3,92

### Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)						
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
<b>Ano 2011</b>						
CDX USD Main	<b>17</b>	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	<b>16</b>	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	<b>16</b>	-	-	275,25	-	275,25
<b>Ano 2010</b>						
CDX USD Main	<b>15</b>	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	<b>14</b>	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	<b>14</b>	-	-	177,71	-	182,17

### Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	51,08	76,51	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,42	42,36	29,70	23,19	27,04	20,50

## Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2011	31.12.2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
EUR/PLN	4,4580	3,9750	10,95	12,30	13,10	13,43	13,60
EUR/RUB	41,7650	40,8200	11,75	12,60	13,50	14,05	14,50
USD/BRL a)	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY b)	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

## Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		
	31.12.2011	31.12.2010	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	-17,05	32,14	38,50	29,23
PSI 20	5 494	7 588	-27,60	23,53	27,79	-
IBEX 35	8 566	9 859	-13,11	30,60	35,06	-
FTSE 100	5 572	5 900	-5,55	20,99	26,58	19,26
DAX	5 898	6 914	-14,69	31,54	38,80	27,85
S&P 500	1 258	1 258	0,00	24,04	27,70	20,27
BOVESPA	56 754	69 305	-18,11	23,60	28,47	24,57

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:



**Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito**

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

**Crédito a clientes**

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

**Investimentos detidos até à maturidade**

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

**Recursos de outras instituições de crédito**

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

**Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

**Débitos representados por títulos e passivos subordinados**

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

**NOTA 43 – Gestão dos Riscos de Actividade**

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo BESI.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

### **Risco de Crédito**

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *Credit Default Swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.



## Relatório e Contas 2011

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BESl ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	324 281	434 041
Activos financeiros detidos para negociação	1 952 045	1 942 431
Activos financeiros disponíveis para venda	209 323	587 370
Crédito a clientes	2 257 945	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	727 998	717 736
Derivados para gestão de risco	88 071	104 039
Outros activos	201 520	356 660
Garantias e avais prestados	714 777	790 572
Compromissos irrevogáveis	141 906	216 102
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	7 025	16 626
	<b>6 624 891</b>	<b>7 410 419</b>

## Concentração de Riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2011					
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Valor bruto
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		Imparidade
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	-	-	-	368	-
Indústrias extractivas	20 625	-	2 363	-	1 157	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	50 054	-	-	-	619	-
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	720	-	217	-	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	343	5 029
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	525	4 154
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	55 839	168	-	2	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	29 213	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	2 264	-	143	-	16	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	44 037	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Outras Industrias Transformadoras	2 088	-	-	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	475 875	249	1 196	1	13 590	5 859
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	15 509	-	-	-	-	600
Construção	293 001	83	-	-	54 508	-
Actividades imobiliárias	401	116	-	-	9 700	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	90 069	-	1 429	-	2 621	-
Transportes e armazenagem	171 649	20	-	-	186 268	-
Alojamento, restauração e similares	43 369	2 082	2 820	1 271	3 254	-
Actividades de edição	25 311	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	3 406	-	-	-	690	-
Actividades de rádio e de televisão	12 402	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	87 747	12 427	501	4 343	9 519	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	13 864	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	518 520	88 365
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	156 278	283	33 567	3	51 715	-
Outras actividades financeiras e de seguros	171 922	-	-	-	2 439	97 673
Actividades imobiliárias	142 658	18	28 562	-	9 919	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	61 899	183	1 340	46	9 319	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	20 139	-	-	-	14 671	-
Viagens	24 859	-	-	-	5 833	-
Actividades de Aluguer	76 910	-	21 756	-	-	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	760 310	3 916
Actividades de saúde humana e apoio social	23 418	-	-	-	426	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	22 205	1 761	3 268	4	4 107	-
Outras actividades de serviços	218 849	1 562	1 546	16	299 854	110 138
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	2 897	-
Crédito à Habitação	671	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2 343 387</b>	<b>18 952</b>	<b>98 708</b>	<b>5 686</b>	<b>1 977 051</b>	<b>315 734</b>
						<b>12 514</b>

(milhares de euros)

	31.12.2010				
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda
	Valor bruto		Imparidade		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	1 108	-	( 1 108)	-
Indústrias extractivas	38 362	-	( 265)	-	815
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	55 862	-	( 2 072)	-	172
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	-	-	-	-	914
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	4 866	-	( 243)	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	810
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	178
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	33 321	-	( 3 988)	-	542
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	15 487	-	( 154)	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	38 122	-	( 179)	-	770
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	3 531
Indústrias transformadoras - Outras Indústrias Transformadoras	2 843	-	-	-	445
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	480 715	-	( 3 827)	-	14 831
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	29 949	-	( 623)	-	345
Construção	296 233	-	( 4 174)	-	8 624
Actividades imobiliárias	1 176	-	( 13)	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	105 528	915	( 1 083)	( 5)	4 065
Transportes e armazenagem	228 677	-	( 3 078)	-	138 332
Alojamento, restauração e similares	54 411	-	( 562)	-	1 333
Actividades de edição	30 981	-	( 329)	-	32 284
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	6 008	-	( 60)	-	-
Actividades de rádio e de televisão	12 520	-	( 125)	-	3 168
Actividades de telecomunicação	25 652	6 238	( 234)	( 1 560)	5 827
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	5 907
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	555 454
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	207 038	-	( 19 593)	-	31 118
Outras actividades financeiras e de seguros	68 192	-	( 959)	-	75 177
Actividades imobiliárias	80 403	-	( 19 308)	-	38
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	83 896	6	( 946)	-	3 233
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	33 090	-	( 16)	-	39
Viagens	26 261	-	( 262)	-	-
Actividades de Aluguer	74 926	-	( 1 308)	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	952 155
Actividades de saúde humana e apoio social	28 164	-	( 663)	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	21 860	-	( 1 928)	-	2 107
Outras actividades de serviços	223 023	316	( 3 346)	( 62)	171 947
Crédito à Habitação	770	-	( 4)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2 308 336</b>	<b>8 583</b>	<b>( 69 342)</b>	<b>( 2 735)</b>	<b>2 012 802</b>
					<b>717 594</b>
					<b>( 22 589)</b>

## Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3,42	3,69	5,82	2,95	3,78	4,14	2,23	2,64
Risco taxa de juro	7,56	6,41	8,12	5,47	5,16	5,32	4,16	5,52
Acções	1,99	2,38	2,43	2,77	3,81	4,38	10,29	3,29
Covariância	-5,06	-4,81	-5,46	-5,49	-6,14	-5,63	-3,73	-5,00
<b>Total</b>	<b>7,91</b>	<b>7,67</b>	<b>10,91</b>	<b>5,70</b>	<b>6,61</b>	<b>8,21</b>	<b>12,95</b>	<b>6,45</b>



## Relatório e Contas 2011

O Grupo BESI encerrou o ano com um VaR de 7,91 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um acréscimo de 20% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

31.12.2011							
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	2	2	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	322	46	272	-	4	-	-
Crédito a clientes	2 258	48	1 174	675	314	15	32
Títulos	1 033	89	459	65	304	93	23
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensa	501	-	501	-	-	-	-
Fora de balanço	98	-	3	12	36	30	17
<b>Total</b>		<b>185</b>	<b>2 409</b>	<b>752</b>	<b>658</b>	<b>138</b>	<b>72</b>
Recursos de bancos centrais	64	-	64	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	2 453	160	2 268	3	5	17	-
Depósitos	730	-	720	2	8	-	-
Repo's com clientes	129	-	129	-	-	-	-
Títulos emitidos	1 390	-	521	49	80	674	66
Outros instrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensa	6	-	6	-	-	-	-
Fora de Balanço	98	-	35	46	4	13	-
<b>Total</b>		<b>160</b>	<b>3 743</b>	<b>100</b>	<b>97</b>	<b>704</b>	<b>70</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>		<b>25</b>	<b>( 1 334)</b>	<b>652</b>	<b>561</b>	<b>( 566)</b>	<b>2</b>

(milhões de euros)

31.12.2010							
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	422	20	402	-	-	-	-
Crédito a clientes	2 246	20	1 194	959	25	48	-
Títulos	1 413	117	511	77	4	675	29
Fora de balanço	-	-	13	12	43	40	39
<b>Total</b>		<b>169</b>	<b>2 120</b>	<b>1 048</b>	<b>72</b>	<b>763</b>	<b>68</b>
Recursos de bancos centrais	265	-	265	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	2 313	6	2 252	53	-	2	-
Depósitos	1 030	15	1 005	-	5	5	-
Repo's com clientes	308	-	308	-	-	-	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	50	-	-	-	-	-	50
Fora de Balanço	-	-	44	74	8	22	-
<b>Total</b>		<b>30</b>	<b>4 536</b>	<b>257</b>	<b>84</b>	<b>371</b>	<b>118</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>		<b>139</b>	<b>( 2 416)</b>	<b>791</b>	<b>( 12)</b>	<b>392</b>	<b>( 50)</b>



O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

	<b>31.12.2011</b>		<b>31.12.2010</b>	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	22,6	(22,6)	26,2	(26,2)
Média do exercício	23,5	(23,5)	8,1	(8,1)
Máximo para o exercício	26,6	(20,2)	26,2	0,6
Mínimo para o exercício	20,2	(26,6)	(0,6)	(26,2)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	<b>31.12.2011</b>			<b>31.12.2010</b>		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	316 494	28 499	9,00%	763 057	39 875	5,23%
Crédito a clientes	2 201 681	123 775	5,62%	2 254 806	99 887	4,43%
Aplicações em títulos	2 378 069	231 887	9,75%	2 177 079	182 426	8,38%
<b>Activos financeiros</b>	<b>4 896 244</b>	<b>384 161</b>	<b>7,85%</b>	<b>5 194 942</b>	<b>322 188</b>	<b>6,20%</b>
Recursos monetários	2 375 079	135 341	5,70%	2 336 274	81 235	3,48%
Recursos de clientes	1 149 210	82 623	7,19%	789 162	77 740	9,85%
Outros recursos	1 907 403	89 700	4,70%	1 936 332	79 577	4,11%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>5 431 692</b>	<b>307 664</b>	<b>5,66%</b>	<b>5 061 768</b>	<b>238 552</b>	<b>4,71%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>76 497</b>	<b>2,19%</b>		<b>83 636</b>	<b>1,49%</b>

*Relatório e Contas 2011*

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

		31.12.2011			31.12.2010		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	52.119	(76.673)	(24.554)	22.948	13.816	36.764
GBP	LIBRA ESTERLINA	74.276	(73.715)	561	44.017	2.033	46.050
BRL	REAL BRASILEIRO	137.462	(135.950)	1.512	144.973	-	144.973
JPY	YEN	(311)	-	(311)	(63)	11.308	11.245
CHF	FRANCO SUICO	617	(972)	(355)	2.389	-	2.389
PLN	ZLOTI POLACO	(353)	-	(353)	(5.757)	5	(5.752)
	OUTRAS	5.036	(10.290)	(5.254)	10.048	(5.291)	4.757
		<b>268.846</b>	<b>(297.600)</b>	<b>(28.754)</b>	<b>218.555</b>	<b>21.871</b>	<b>240.426</b>

Nota: activo / (passivo)

## Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Apresentam-se de seguida os Indicadores de Liquidez ao nível Consolidado.

		(milhares euros)	
		Dez 11	Dez 10
Mismatch acumulado <sup>1</sup>		-699.905	-1.416.185
Buffer de activos líquidos <sup>2</sup>		807.642	879.080
Liquidez Global		107.737	-537.105

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

## Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

## Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Grupo concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Grupo BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

**Fundos Próprios de Base (Tier I):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

**Fundos Próprios Complementares:** Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

**Deduções:** Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o *Tier I* e determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar 50% do *Tier I*.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis de *Tier I*, em 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhares euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo do início do exercício	503.260	435.716
Capital realizado	46.269	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	( 46.269)	50.000
Reservas e resultados transitados	8.612	48.444
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto p	1.707	( 187)
Interesses que não controlam	( 4.315)	17.166
Diferença de reavaliação de activos disponíveis para venda	( 446)	( 805)
Activos intangíveis	( 5.426)	( 47.381)
Deduções aos FPB	( 14.098)	307
Saldo no final do exercício	489.294	503.260



O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESl para 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

	(milhares euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Total Activos Consolidados	6.559.785	7.012.269
Activos Ponderados	5.493.073	5.793.310
% Ponderação	83,60%	82,55%
Requisitos de Fundos Próprios	439.446	463.464
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	330.074	333.275
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	71.327	96.062
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	38.045	34.127
Fundos Próprios Elegíveis	522.258	577.949
Fundos Próprios Core Tier I	500.877	454.477
Fundos Próprios de Base	489.294	503.261
Fundos Próprios Complementares	32.989	75.417
Deduções	( 25)	( 729)
Excesso	82.812	114.485
Rácio de Solvabilidade	<b>9,5%</b>	<b>10,0%</b>
Rácio TIER I	<b>8,9%</b>	<b>8,7%</b>
Rácio CORE TIER I	<b>9,1%</b>	<b>7,8%</b>

#### **NOTA 44 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

No final do exercício de 2011 o Grupo tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (*Other comprehensive income – OCI*), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Grupo no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Grupo reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.





*Relatório e Contas 2011*

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Grupo a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

Balanço	1 de Janeiro de 2010			31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29 748	-	29 748	12 078	-	12 078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 940	-	31 940	49 369	-	49 369
Activos financeiros detidos para negociação	1 365 581	-	1 365 581	2 012 802	-	2 012 802
Activos financeiros disponíveis para venda	528 678	-	528 678	695 005	-	695 005
Aplicações em instituições de crédito	747 085	-	747 085	372 610	-	372 610
Crédito a clientes	2 072 859	-	2 072 859	2 244 842	-	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	436 445	-	436 445	717 736	-	717 736
Derivados para gestão de risco	111 126	-	111 126	104 039	-	104 039
Activos não correntes detidos para venda	1 311	-	1 311	1 283	-	1 283
Outros activos tangíveis	8 728	-	8 728	20 292	-	20 292
Activos intangíveis	16 561	-	16 561	63 936	-	63 936
Investimentos em associadas	29 182	-	29 182	35 335	-	35 335
Activos por impostos correntes	9 745	-	9 745	870	-	870
Activos por impostos diferidos	17 899	2 480	20 379	25 728	2 177	27 905
Outros activos	470 587	( 8 552)	462 035	661 675	( 7 508)	654 167
<b>Total de Activo</b>	<b>5 877 475</b>	<b>( 6 072)</b>	<b>5 871 403</b>	<b>7 017 600</b>	<b>( 5 331)</b>	<b>7 012 269</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	264 604	-	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	456 511	-	456 511	626 472	-	626 472
Recursos de outras instituições de crédito	1 657 092	-	1 657 092	2 313 561	-	2 313 561
Recursos de clientes	833 456	-	833 456	1 338 765	-	1 338 765
Responsabilidades representadas por títulos	1 941 066	-	1 941 066	1 172 281	-	1 172 281
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	53 815	-	53 815
Derivados para gestão de risco	54 879	-	54 879	81 256	-	81 256
Provisões	13 219	-	13 219	23 768	-	23 768
Passivos por impostos correntes	4 590	-	4 590	5 554	-	5 554
Passivos por impostos diferidos	10 810	-	10 810	3 697	-	3 697
Passivos subordinados	104 140	-	104 140	109 473	-	109 473
Outros passivos	274 956	-	274 956	390 707	-	390 707
<b>Total de Passivo</b>	<b>5 350 719</b>	<b>-</b>	<b>5 350 719</b>	<b>6 383 953</b>	<b>-</b>	<b>6 383 953</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	180 000	-	180 000	180 000	-	180 000
Prémios de emissão	8 796	-	8 796	8 796	-	8 796
Outros instrumentos de capital	-	-	-	50 000	-	50 000
Reservas de justo valor	18 446	-	18 446	3 819	-	3 819
Outras reservas e resultados transitados	209 147	( 6 072)	203 075	250 275	( 5 676)	244 599
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco	50 384	-	50 384	60 030	345	60 375
<b>Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>466 773</b>	<b>( 6 072)</b>	<b>460 701</b>	<b>552 920</b>	<b>( 5 331)</b>	<b>547 589</b>
Interesses que não controlam	59 983	-	59 983	80 727	-	80 727
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>526 756</b>	<b>( 6 072)</b>	<b>520 684</b>	<b>633 647</b>	<b>( 5 331)</b>	<b>628 316</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>5 877 475</b>	<b>( 6 072)</b>	<b>5 871 403</b>	<b>7 017 600</b>	<b>( 5 331)</b>	<b>7 012 269</b>

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	322 188	-	322 188
Juros e custos similares	238 552	-	238 552
<b>Margem financeira</b>	<b>83 636</b>	<b>-</b>	<b>83 636</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	2 385	-	2 385
Rendimentos de serviços e comissões	158 138	-	158 138
Encargos com serviços e comissões	( 18 395)	-	( 18 395)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	( 8 941)	-	( 8 941)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	23 810	-	23 810
Resultados de reavaliação cambial	25 155	-	25 155
Resultados de alienação de outros activos	2 592	-	2 592
Outros resultados de exploração	( 11 118)	-	( 11 118)
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>257 262</b>	<b>-</b>	<b>257 262</b>
Custos com pessoal	87 997	( 345)	87 652
Gastos gerais administrativos	46 741	-	46 741
Depreciações e amortizações	3 443	-	3 443
Provisões líquidas de anulações	10 206	-	10 206
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	30 107	-	30 107
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	139	-	139
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	( 1 850)	-	( 1 850)
<b>Custos operacionais</b>	<b>176 783</b>	<b>( 345)</b>	<b>176 438</b>
Resultados de associadas	1 650	-	1 650
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>82 129</b>	<b>345</b>	<b>82 474</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	24 138	-	24 138
Diferidos	( 6 439)	-	( 6 439)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>64 430</b>	<b>345</b>	<b>64 775</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>60 030</b>	<b>345</b>	<b>60 375</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>4 400</b>	<b>-</b>	<b>4 400</b>
	<b>64 430</b>	<b>345</b>	<b>64 775</b>

*Relatório e Contas 2011*

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)			
Demonstração do Rendimento Integral	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Resultado líquido do exercício</b>			
Atribuível aos accionistas do Banco	60 030	345	60 375
Atribuível aos interesses que não controlam	4 400	-	4 400
	<b>64 430</b>	<b>345</b>	<b>64 775</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Benefícios de longo prazo	-	396	396
Diferenças de câmbio	24 497	-	24 497
	<b>24 497</b>	<b>396</b>	<b>24 893</b>
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	725	-	725
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 23 474)	-	( 23 474)
Impostos diferidos	6 232	-	6 232
	<b>( 16 517)</b>	<b>-</b>	<b>( 16 517)</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>72 410</b>	<b>741</b>	<b>73 151</b>
<b>Atribuível aos accionistas do Banco</b>	<b>63 241</b>	<b>741</b>	<b>63 982</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>9 169</b>	<b>-</b>	<b>9 169</b>
	<b>72 410</b>	<b>741</b>	<b>73 151</b>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
<b>Valores brutos</b>				
1 de Janeiro de 2010	8 552	( 8 552)	( 8 552)	-
Perdas actuariais do exercício	( 628)	628	628	-
Amortização do exercício	( 345)	345	-	345
Outros	( 71)	71	71	-
31 de Dezembro de 2010	7 508	( 7 508)	( 7 853)	345
<b>Imposto</b>				
1 de Janeiro de 2010		2 480	2 480	-
Imposto do exercício		( 303)	( 303)	-
31 de Dezembro de 2010		2 177	2 177	-
<b>Efeito líquido</b>				
1 de Janeiro de 2010		( 6 072)	( 6 072)	-
31 de Dezembro de 2010		( 5 331)	( 5 676)	345

## NOTA 45 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO GRUPO

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

#### IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

## *Relatório e Contas 2011*

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

### Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

### **NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO GRUPO**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

#### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;



- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação. Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu controlo sobre a participada. Foi introduzido o conceito de “de facto control”.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IFRS 11 - Acordos conjuntos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations*; e 2) *Joint ventures*.

## **Relatório e Contas 2011**

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IFRS 13 - Mensuração do justo valor**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

### **IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

**IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para *joint ventures*.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), excepto de foram aplicadas as excepções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

**IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

**IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do  
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.  
relativos ao exercício de 2011**

Ao Accionista do  
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2011 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.



O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma reputada sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2011, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal reconhece ainda que tais resultados são consequência da envolvente negativa nacional e internacional.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2011, no montante de 9.377.433,18 euros.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

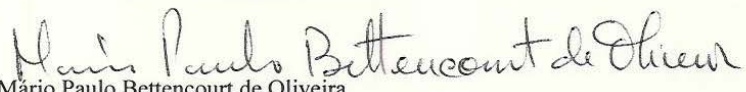


José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



**Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada**

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira  
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.****Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria**

(Contas Consolidadas)

**INTRODUÇÃO**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, do **"Banco Espírito Santo de Investimento, S.A."**, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 6.559.785 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao accionista de 527.096 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível ao accionista de 9.061 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

BESI - Consolidado  
CLC 2011

Rua Artimaria Lda, 104 - 4.º Esq.º - 1049 - 053 Lisboa - Portugal  
t. +351 21 384 16 00 • f. +351 21 385 50 24 • e-mail: geral@arcc-soc.com • www.arcc-soc.com  
Inscrita na lista das R.D.L. com o N.º 19 (sociedades)  
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

1/3



**Kreston International**  
A global association of independent accountants and business advisors





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BESI - Consolidado  
CLC 2011

Rua Artilharia 11m, 104 - 4.º Esq.º - 1099 - 058 Lisboa - Portugal  
t +351 21 384 76 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@rcs-sroc.com • www.rcs-sroc.com  
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)  
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 919



**Kreston International**  
A global association of independent accountants and business advisors

2/3



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do “Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012

José Maria Ribeiro da Cunha  
Em representação de:  
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

BESI - Consolidado  
CLC 2011

Rua Artilharia 101, 104 - 4.º Escº • 1099 - 053 Lisboa • Portugal  
t +351 21 384 15 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail [geral@acrc-sroc.com](mailto:geral@acrc-sroc.com) • [www.acrc-sroc.com](http://www.acrc-sroc.com)  
Inscrita na lista das R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)  
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319



Kreston International  
A global association of independent accountants and business advisors

3/3





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 6.559.785 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 527.096 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 9.061 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;







- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

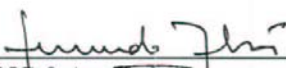
**Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

**Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 21 de Março de 2012

---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
*Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)*



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**  
**E**  
**NOTAS ÀS CONTAS**

## 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	86 847	93 149
Juros e custos similares	4	77 797	79 974
<b>Margem financeira</b>		<b>9 050</b>	<b>13 175</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		22	25 087
Rendimentos de serviços e comissões	5	70 424	116 347
Encargos com serviços e comissões	5	( 11 178)	( 13 158)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	22 842	8 103
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	36 300	3 656
Resultados de reavaliação cambial	8	( 16 244)	3 695
Resultados de alienação de outros activos financeiros	9	( 4 615)	( 385)
Outros resultados de exploração	10	( 5 527)	( 2 338)
<b>Proveitos operacionais</b>		<b>101 074</b>	<b>154 182</b>
Custos com pessoal	11	47 522	55 345
Gastos gerais administrativos	13	34 651	33 824
Depreciações e amortizações	23 e 24	2 965	2 407
Provisões líquidas de anulações	31	( 1 440)	13 426
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	31 067	20 958
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17, 18 e 19	1 000	( 104)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	606	( 797)
<b>Custos operacionais</b>		<b>116 371</b>	<b>125 059</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 15 297)</b>	<b>29 123</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	32	( 1 238)	( 4 979)
Diferidos	32	7 158	3 553
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>( 9 377)</b>	<b>27 697</b>
Resultados por acção básicos (em euros)	14	-0,34	0,77
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	-0,34	0,77

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas  
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração



**Demonstração Individual do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Resultado líquido do exercício</b>	( 9 377)	27 697
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>		
Benefícios de longo prazo	4 817	330
<b>Activos disponíveis para venda</b>		
Ganhos e perdas no exercício	29 948	( 5 013)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 35 309)	( 3 563)
Impostos diferidos	2 640	584
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>( 2 721)</b>	<b>( 7 992)</b>
	<b>( 7 281)</b>	<b>20 035</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

		(milhares de euros)		
	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso	01.01.2010 Reexpresso
<b>Activo</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 854	12 024	29 575
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	36 376	20 682	27 722
Activos financeiros detidos para negociação	17	872 579	977 148	891 059
Activos financeiros disponíveis para venda	18	106 769	253 455	229 759
Aplicações em instituições de crédito	19	175 207	487 533	714 101
Crédito a clientes	20	876 777	956 352	938 187
Investimentos detidos até à maturidade	21	39 730	42 029	39 003
Derivados para gestão de risco	22	649	2 207	901
Outros activos tangíveis	23	16 701	16 055	6 821
Activos intangíveis	24	8 796	2 966	1 862
Investimentos em subsidiárias e associadas	25	4 480	3 481	3 956
Activos por impostos correntes		2 770	3 071	9 691
Activos por impostos diferidos	32	35 231	24 094	20 291
Outros activos	26	1 079 147	942 200	631 396
<b>Total de Activo</b>		<b>3 257 066</b>	<b>3 743 297</b>	<b>3 544 324</b>
<b>Passivo</b>				
Recursos de bancos centrais	27	64 007	264 604	-
Passivos financeiros detidos para negociação	17	733 963	507 364	404 414
Recursos de outras instituições de crédito	28	1 507 011	1 653 266	1 477 926
Recursos de clientes	29	230 814	451 377	840 453
Responsabilidades representadas por títulos	30	23 570	28 690	195 348
Derivados para gestão de risco	22	949	260	790
Provisões	31	25 659	33 090	20 677
Passivos por impostos correntes		5 187	3 995	2 209
Passivos por impostos diferidos	32	2 373	3 298	3 355
Passivos subordinados	33	70 222	70 241	69 917
Outros passivos	34	268 701	392 046	237 110
<b>Total de Passivo</b>		<b>2 932 456</b>	<b>3 408 231</b>	<b>3 252 199</b>
<b>Capital Próprio</b>				
Capital	35	226 269	180 000	180 000
Prémios de emissão	35	8 796	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	35	3 731	50 000	-
Reservas de justo valor	36	( 8 082)	( 5 361)	2 631
Outras reservas e resultados transitados	36	103 273	73 934	62 310
Resultado do exercício		( 9 377)	27 697	38 388
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>324 610</b>	<b>335 066</b>	<b>292 125</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>		<b>3 257 066</b>	<b>3 743 297</b>	<b>3 544 324</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas

Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento Integral			Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
				Reservas de Justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento Integral	Total		
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)</b>	<b>180 000</b>	<b>8 796</b>	<b>-</b>	<b>2 631</b>	<b>62 310</b>	<b>64 941</b>	<b>38 388</b>	<b>292 125</b>
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 7 992)	-	( 7 992)	-	( 7 992)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	330	330	-	330
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27 697	27 697
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 7 992)</b>	<b>330</b>	<b>( 7 662)</b>	<b>27 697</b>	<b>20 035</b>
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 35)	-	-	50 000	-	( 94)	( 94)	-	49 906
Constituição de reservas	-	-	-	-	17 048	17 048	( 17 048)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	( 5 660)	( 5 660)	( 21 340)	( 27 000)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	<b>180 000</b>	<b>8 796</b>	<b>50 000</b>	<b>( 5 361)</b>	<b>73 934</b>	<b>68 573</b>	<b>27 697</b>	<b>335 066</b>
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	( 2 721)	-	( 2 721)	-	( 2 721)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	5 459	5 459	-	5 459
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	( 9 377)	( 9 377)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 2 721)</b>	<b>5 459</b>	<b>2 738</b>	<b>( 9 377)</b>	<b>( 6 639)</b>
Aumento de capital	46 269	-	-	-	-	-	-	46 269
Constituição de reservas	-	-	-	-	27 697	27 697	( 27 697)	-
Reembolso de instrumentos de capital	-	-	( 46 269)	-	-	-	-	( 46 269)
Juros de outros instrumentos de capital, líquido de imposto (b)	-	-	-	-	( 3 175)	( 3 175)	-	( 3 175)
Outro movimentos	-	-	-	-	( 642)	-	-	( 642)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>226 269</b>	<b>8 796</b>	<b>3 731</b>	<b>( 8 082)</b>	<b>103 273</b>	<b>95 833</b>	<b>( 9 377)</b>	<b>324 610</b>

<sup>(a)</sup> Corresponde a um dividendo por acção de 0,75 euros em 2010.

<sup>(b)</sup> Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BESf (ver Nota 35)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



*Relatório e Contas 2011*

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros e proveitos recebidos		86 847	93 149
Juros e custos pagos		( 75 650)	( 75 820)
Serviços e comissões recebidas		70 424	116 348
Serviços e comissões pagas		( 11 178)	( 13 158)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		( 82 173)	( 89 514)
		<b>( 11 730)</b>	<b>31 005</b>
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		10 168	17 546
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		351 731	24 389
Aplicações em instituições de crédito		312 326	226 578
Recursos de bancos centrais		( 200 597)	264 604
Recursos de instituições de crédito		( 146 255)	175 340
Crédito a clientes		74 944	( 18 165)
Recursos de clientes e outros empréstimos		( 220 563)	( 389 076)
Derivados para gestão de risco		4 529	( 2 539)
Outros activos e passivos operacionais		( 329 836)	( 188 316)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>( 155 283)</b>	<b>141 366</b>
Impostos sobre os lucros pagos		( 923)	4 606
		<b>( 156 206)</b>	<b>145 972</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		( 1 000)	-
Dividendos recebidos		22	25 087
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		( 12 366)	( 112 082)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		195 352	92 883
Investimentos detidos até à maturidade		2 315	( 3 026)
Compra de imobilizações		( 9 081)	( 12 746)
Venda de imobilizações		207	57
		<b>175 449</b>	<b>( 9 827)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Emissão de obrigações		1 875	14 937
Reembolso de obrigações		( 5 422)	( 181 117)
Aumento capital		-	-
Emissão de outros instrumentos de capital		-	50 000
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	( 27 000)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>( 3 547)</b>	<b>( 143 180)</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	-
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>15 696</b>	<b>( 7 035)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		<b>20 696</b>	<b>27 731</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		<b>36 392</b>	<b>20 696</b>
		<b>15 696</b>	<b>( 7 035)</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>			
Caixa	15	16	14
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	36 376	20 682
<b>Total</b>		<b>36 392</b>	<b>20 696</b>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



## 2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**

### NOTA 1 - ACTIVIDADE

**O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Espanha, Varsóvia e Nova Iorque, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

## **NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **2.1. Bases de apresentação**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010. Contudo, em 2011 o Banco alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 41.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 42, o Banco adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 42.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2012.

## **2.2. Operações em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## **2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

### **Classificação**

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

### **Reconhecimento e mensuração**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

## Relatório e Contas 2011

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 26) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

### Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.



Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

### **Derivados embutidos**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

### **2.4. Crédito a clientes**

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

### **Imparidade**

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a

*Relatório e Contas 2011*

informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

## 2.5. Outros activos financeiros

### Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 17 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

## **Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

## **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

## **Transferências entre categorias**

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados



até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

### **Imparidade**

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

### **2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos**

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço,

## *Relatório e Contas 2011*

sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

### **2.7. Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

### **2.8. Garantias financeiras**

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

## **2.9. Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

## **2.10. Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **2.11. Activos não correntes detidos para venda**

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

## 2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.



Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## **2.14. Locações**

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### **Locações financeiras**

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

## **2.15. Benefícios aos empregados**

### **Pensões**

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subseqüentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

## *Relatório e Contas 2011*

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 46, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 “Benefícios a empregados”, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefício definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

### **Prémios de antiguidade**

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

## **Relatório e Contas 2011**

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

### **Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

O BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

### **Remunerações variáveis aos empregados**

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

### **2.16. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em



resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

## **2.17. Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

## **2.18. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais

curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

## **2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões**

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

## **2.20. Reconhecimento de dividendos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

## **2.21. Reporte por segmentos**

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **2.22. Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

### **2.23. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

## **NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

### **3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

## **Relatório e Contas 2011**

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### **3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### **3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes**

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

### **3.4 Investimentos detidos até à maturidade**

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.



Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

### **3.5. Impostos sobre os lucros**

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### **3.6. Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Juros e proveitos similares</b>						
Juros de crédito	35 154	-	35 154	33 041	-	33 041
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 679	2 679	-	4 930	4 930
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	4 989	-	4 989	8 544	-	8 544
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	6 560	-	6 560	4 695	-	4 695
Juros de derivados para gestão de risco	-	33 442	33 442	-	39 343	39 343
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 422	-	1 422	1 251	-	1 251
Outros juros e proveitos similares	2 601	-	2 601	1 345	-	1 345
	<b>50 726</b>	<b>36 121</b>	<b>86 847</b>	<b>48 876</b>	<b>44 273</b>	<b>93 149</b>
<b>Juros e custos similares</b>						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	162	287	449	1 640	102	1 742
Juros de recursos de clientes	6 731	-	6 731	2 860	-	2 860
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	34 893	-	34 893	34 579	-	34 579
Juros de derivados para gestão de risco	-	33 599	33 599	-	38 940	38 940
Juros de passivos subordinados	1 848	-	1 848	1 333	-	1 333
Outros juros e custos similares	277	-	277	520	-	520
	<b>43 911</b>	<b>33 886</b>	<b>77 797</b>	<b>40 932</b>	<b>39 042</b>	<b>79 974</b>
	<b>6 815</b>	<b>2 235</b>	<b>9 050</b>	<b>7 944</b>	<b>5 231</b>	<b>13 175</b>

A rubrica de juros de crédito inclui 7.093 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1.128 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.1.8., os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.7.

## NOTA 5 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados	34 593	72 544
Por garantias prestadas	4 484	3 433
Por operações realizadas por conta de terceiros	31 347	40 370
	<u>70 424</u>	<u>116 347</u>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 687	1 744
Por operações realizadas por terceiros	9 485	11 414
Por garantias recebidas	4	-
Outros custos com serviços e comissões	2	-
	<u>11 178</u>	<u>13 158</u>
	<u>59 246</u>	<u>103 189</u>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Títulos detidos para negociação</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	10 173	4 827	5 346	2 843	1 194	1 649
De outros emissores	12 124	5 406	6 718	11 860	4 280	7 580
Acções	40 579	43 715	( 3 136)	56 204	59 560	( 3 356)
Outros títulos de rendimento variável	195	212	( 17)	10	18	( 8)
	<b>63 071</b>	<b>54 160</b>	<b>8 911</b>	<b>70 917</b>	<b>65 052</b>	<b>5 865</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>						
Contratos sobre taxas de câmbio	27 460	25 035	2 425	39 724	47 202	( 7 478)
Contratos sobre taxas de juro	492 358	484 070	8 288	357 669	350 766	6 903
Contratos sobre acções/índices	153 740	151 664	2 076	274 057	269 414	4 643
Contratos sobre créditos	61 642	60 538	1 104	68 594	67 702	892
Outros	-	875	( 875)	409	1 541	( 1 132)
	<b>735 200</b>	<b>722 182</b>	<b>13 018</b>	<b>740 453</b>	<b>736 625</b>	<b>3 828</b>
<b>Passivos financeiros ao justo valor através de resultados <sup>(1)</sup></b>						
Recursos de instituições de crédito	216	132	84	16	313	( 297)
Responsabilidades representadas por títulos	2 849	1 527	1 322	809	1 838	( 1 029)
Outros Passivos Subordinados	-	493	( 493)	-	264	( 264)
	<b>3 065</b>	<b>2 152</b>	<b>913</b>	<b>825</b>	<b>2 415</b>	<b>( 1 590)</b>
	<b>801 336</b>	<b>778 494</b>	<b>22 842</b>	<b>812 195</b>	<b>804 092</b>	<b>8 103</b>

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui um efeito positivo de 417 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 28 milhares de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver nota 22).



## NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	2 557	535	2 022
De outros emissores	2 242	3 134	( 892)	1 228	343	885
Instrumentos de capital	37 192	-	37 192	749	-	749
	<b>39 434</b>	<b>3 134</b>	<b>36 300</b>	<b>4 534</b>	<b>878</b>	<b>3 656</b>

## NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	18 205	34 449	( 16 244)	23 543	19 848	3 695
	<b>18 205</b>	<b>34 449</b>	<b>( 16 244)</b>	<b>23 543</b>	<b>19 848</b>	<b>3 695</b>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

## NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluía o montante de 4 632 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 385 mil euros) relativo a perdas reconhecidas no âmbito da venda de contratos de crédito.

## NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Outros serviços clientes	670	660
Impostos directos e indirectos	( 2 956)	( 1 225)
Perda na transferência das responsabilidades para a Segurança Social	( 439)	-
Outros resultados de exploração	( 2 802)	( 1 773)
	<u>( 5 527)</u>	<u>( 2 338)</u>

## NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	36 137	45 467
Remunerações	35 971	45 040
Prémios de antiguidade (ver Nota 11)	166	427
Custos com pensões de reforma (ver Nota 11)	1 681	1 551
Outros encargos sociais obrigatórios	5 962	5 132
Outros custos	3 742	3 195
	<u>47 522</u>	<u>55 345</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do BESI são como segue:

			(milhares de euros)
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
<b>2011</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	5 492	3 213	8 705
Prémios de antiguidade	64	14	78
Remunerações variáveis	1 943	2 629	4 572
<b>Total</b>	<b>7 499</b>	<b>5 856</b>	<b>13 355</b>
<b>2010</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 213	2 627	6 840
Prémios de antiguidade	37	-	37
Remunerações variáveis	1 936	1 342	3 278
<b>Total</b>	<b>6 186</b>	<b>3 969</b>	<b>10 155</b>

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Banco ascendia a 322 milhares de euros e 370 milhares de euros, respectivamente.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do BESI analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	264	211
Funções de chefia	4	3
Funções específicas	153	134
Funções administrativas	34	29
Funções auxiliares	10	7
	<b>465</b>	<b>384</b>

## NOTA 12 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os

## *Relatório e Contas 2011*

empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	2,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 menos 1 ano	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos	240	234
Reformados	20	21
Sobreviventes	7	5
<b>TOTAL</b>	<b>267</b>	<b>260</b>



**Relatório e Contas 2011**

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	3 612	301	3 913	8 045	523	8 568
Activos	29 070	1.398	30 468	22 779	1.481	24 260
	<b>32 682</b>	<b>1 699</b>	<b>34 381</b>	<b>30 824</b>	<b>2 004</b>	<b>32 828</b>
<b>Saldo dos fundos em 31 de Dezembro</b>			<b>46 686</b>			<b>34 956</b>
Excesso de cobertura/(Valores) a entregar ao fundo			12 305			2 128
Custo com serviço passados diferidos			12 175			-
<b>Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro (ver Nota 26)</b>			<b>24 480</b>			<b>2 128</b>
<b>Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>			<b>160</b>			<b>7 873</b>

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>30 824</b>	<b>2 004</b>	<b>32 828</b>	<b>28 738</b>	<b>1 868</b>	<b>30 606</b>
Custo do serviço corrente	1 700	120	1 820	1 563	112	1 675
Custo dos juros	1 659	110	1 769	1 549	103	1 652
Contribuições dos participantes	156	-	156	162	-	162
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	( 13 265)	( 535)	( 13 800)	-	-	-
- Alteração de pressupostos	( 4 600)	( 279)	( 4 879)	-	-	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	( 8 965)	( 256)	( 9 221)	( 611)	( 79)	( 690)
Pensões pagas pelo fundo	( 667)	-	( 667)	( 577)	-	( 577)
Responsabilidades por serviços passados associados a benefícios atribuídos durante o ano	12 275	-	12 275	-	-	-
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>32 382</b>	<b>1 699</b>	<b>34 081</b>	<b>30 824</b>	<b>2 004</b>	<b>32 828</b>

No âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Banco ao Estado ascendeu a 4 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 438 mil euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 4 milhões de euros, cerca de 3,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 438 mil euros directamente pelo Banco. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante do montante a liquidar, devendo o remanescente ser pago no primeiro semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 323 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 308 milhares de euros) e um acréscimo no custo do período (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 37 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 35 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 323 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 287 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 34 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo dos fundos em 1 de Janeiro</b>	<b>34 956</b>	<b>32 520</b>
Rendimento real do fundo	( 4 199)	1 692
Contribuições do Banco	16 447	1 159
Contribuições dos empregados	156	162
Pensões pagas pelo fundo	( 667)	( 577)
Outros	(7)	-
<b>Saldo dos fundos em 31 de Dezembro</b>	<b>46 686</b>	<b>34 956</b>

*Relatório e Contas 2011*

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	2011	2010
Obrigações	35,91%	61,90%
Acções	33,85%	28,70%
Investimento alternativo	4,14%	4,50%
Liquidez	26,10%	4,90%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro</b>	<b>7 873</b>	<b>8 479</b>
- Alteração de pressupostos actuariais	( 4 579)	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	( 3 114)	( 606)
Outros	( 20)	-
<b>Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>160</b>	<b>7 873</b>

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Custo do serviço corrente	1 820	1 675
Custo dos juros	1 769	1 652
Rendimento esperado do fundo	( 1 908)	( 1 776)
<b>Custos do exercício</b>	<b>1 681</b>	<b>1 551</b>

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	<b>2 128</b>	<b>1 914</b>
Custo do exercício	( 1 681)	( 1 551)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento	7 693	606
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	16 603	1 159
Outros	( 263)	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>24 480</b>	<b>2 128</b>

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
<b>Responsabilidades</b>					
Pensões de reforma	(32.682)	(30.824)	(28.738)	(27.648)	(26.431)
Benefícios de saúde	(1.699)	(2.004)	(1.868)	(1.797)	(1.719)
	(34.381)	(32.828)	(30.606)	(29.445)	(28.150)
<b>Saldo dos fundos</b>	<b>46.686</b>	<b>34.956</b>	<b>32.520</b>	<b>27.648</b>	<b>25.710</b>
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>12.305</b>	<b>2.128</b>	<b>1.914</b>	<b>(1.797)</b>	<b>(2.440)</b>
<b>(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades</b>					
Pensões de reforma	(8.965)	(611)	374	(190)	(404)
Benefícios de saúde	(256)	(79)	(15)	(49)	(63)
<b>(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo</b>	<b>(6.107)</b>	<b>84</b>	<b>(2.258)</b>	<b>7.940</b>	<b>770</b>

## Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio de antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

*Relatório e Contas 2011*

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Responsabilidades a 1 de Janeiro</b>	<b>1 382</b>	<b>1 382</b>
Custo do exercício (Ver Nota 10)	427	427
Prémios pagos	( 52)	( 52)
<b>Responsabilidades a 31 de Dezembro</b>	<b>1 757</b>	<b>1 757</b>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (ver Nota 33).

**Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)**

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 <sup>(a)</sup>
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700.000	1.159.988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1.806	

<sup>(a)</sup> Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital



Conforme a política contabilística descrita na nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 602 milhares de euros (597 milhares de euros – 2009). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o seu justo valor era nulo (2009: 55, 2 mil euros).

### NOTA 13 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e alugueres	6 172	5 362
Publicidade e publicações	1 704	1 784
Comunicações e expedição	6 132	4 941
Conservação e reparação	1 133	974
Deslocações e representação	6 091	6 946
Água, energia e combustíveis	618	520
Material de consumo corrente	252	307
Serviços especializados		
Informática	3 824	2 780
Mão-de-Obra eventual	379	319
Trabalho independente	1 837	2 461
Segurança e vigilância	251	246
Informações	363	285
Outros serviços especializados	3 946	4 828
Outros custos	1 949	2 071
	<b>34 651</b>	<b>33 824</b>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com banco de dados e recrutamento de pessoal.

**Relatório e Contas 2011**

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	943	1 008
De um ano a cinco	1 190	1 012
	2 133	2 020

Os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante os exercícios de 2011 e 2010 é de 81 e 78 milhares de euros respectivamente.

## NOTA 14 – RESULTADOS POR ACÇÃO

### Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido do exercício	( 12 395)	27 697
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	36 659	36 000
<b>Resultado por acção básico em milhares de euros</b>	<b>-0,34</b>	<b>0,77</b>

O resultado líquido do exercício encontra-se ajustado da remuneração das obrigações perpétuas as quais são registadas como um movimento de reservas

### Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

## NOTA 15 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	16	14
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 301	8 008
Outros bancos centrais no estrangeiro	537	4 002
	<b>1 838</b>	<b>12 010</b>
	<b>1 854</b>	<b>12 024</b>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa que totalizavam no final do exercício 9 168 milhares de euros. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1% (31 de Dezembro de 2010: 1%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 4 milhões de euros.

## NOTA 16 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	27 214	12 371
	<b>27 214</b>	<b>12 371</b>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	9 162	8 311
	<b>9 162</b>	<b>8 311</b>
	<b>36 376</b>	<b>20 682</b>

## NOTA 17 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Activos Financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	678	9 826
De outros emissores	57 207	348 629
Acções	20 283	65 543
Outros títulos	727	538
	<b>78 895</b>	<b>424 536</b>
<b>Derivados</b>	<b>793 684</b>	<b>552 612</b>
	<b>872 579</b>	<b>977 148</b>
<b>Passivos Financeiros detidos para negociação</b>		
<b>Títulos</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	9 485
<b>Derivados</b>	<b>733 963</b>	<b>497 879</b>
	<b>733 963</b>	<b>507 364</b>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Títulos detidos para negociação</b>		
Até 3 meses	28 509	342 406
De 3 meses a um ano	14 031	7 264
De um a cinco anos	15 295	8 650
Mais de cinco anos	50	135
Duração indeterminada	21 010	66 081
	<b>78 895</b>	<b>424 536</b>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	678	-	678	9 413	413	9 826
De outros emissores	-	57 207	57 207	-	348 629	348 629
<b>Acções</b>	<b>20 283</b>	<b>-</b>	<b>20 283</b>	<b>65 543</b>	<b>-</b>	<b>65 543</b>
<b>Outros títulos de rendimento variável</b>	<b>727</b>	<b>-</b>	<b>727</b>	<b>538</b>	<b>-</b>	<b>538</b>
<b>Total valor de balanço</b>	<b>21 688</b>	<b>57 207</b>	<b>78 895</b>	<b>75 494</b>	<b>349 042</b>	<b>424 536</b>

A rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados inclui 5 600 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2010: 14 775 milhares de euros).

Durante o exercício de 2011 e 2010 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	-	-
Dotações	-	5
Reversões	-	( 6)
Diferenças de câmbio e outras	-	1
Saldo final	-	-



*Relatório e Contas 2011*

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
<b>Contratos sobre taxas de câmbio</b>						
FX Swaps e Fxforward	1 105 329	939	-	429 015	-	1 040
CIRS	100 820	1 216	1 024	41 879	17 674	1 081
FX Options	802 468	3 835	4 209	938 405	5 442	6 329
	<b>2 008 617</b>	<b>5 990</b>	<b>5 233</b>	<b>1 409 299</b>	<b>23 116</b>	<b>8 450</b>
<b>Contratos sobre taxas de juro</b>						
Interest Rate Swaps	11 772 020	583 758	522 644	12 829 212	383 533	340 181
Swatons	170 500	-	-	197 000	-	-
Interest Rate Caps & Floors	4 305 524	18 905	18 810	3 698 337	19 819	19 818
Interest Rate Options	751 217	-	-	1 183 438	-	-
	<b>16 999 261</b>	<b>602 663</b>	<b>541 454</b>	<b>17 907 987</b>	<b>403 352</b>	<b>359 999</b>
<b>Contratos sobre acções/índices</b>						
Equity / Index Swaps	1 087 280	115 688	117 366	884 890	92 336	93 124
Equity / Index Options	398 697	13 282	12 558	331 967	16 616	17 754
Equity / Index Futures	141 579	-	-	47 984	-	-
	<b>1 627 556</b>	<b>128 970</b>	<b>129 924</b>	<b>1 264 841</b>	<b>108 952</b>	<b>110 878</b>
<b>Contratos sobre crédito</b>						
Credit Default Swaps	467 520	56 061	57 352	480 366	17 192	18 552
	<b>467 520</b>	<b>56 061</b>	<b>57 352</b>	<b>480 366</b>	<b>17 192</b>	<b>18 552</b>
<b>Total</b>	<b>21 102 954</b>	<b>793 684</b>	<b>733 963</b>	<b>21 062 493</b>	<b>552 612</b>	<b>497 879</b>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	23 538	20 959	9 488	10 130
De 3 meses a um ano	40 834	42 974	37 661	38 353
De um a cinco anos	230 725	220 948	202 468	200 756
Mais de cinco anos	498 587	449 082	302 995	248 640
	<b>793 684</b>	<b>733 963</b>	<b>552 612</b>	<b>497 879</b>

## NOTA 18 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 312	-	( 579)	-	3 733
De outros emissores	82 288	130	( 9 281)	-	73 137
Acções	3 920	-	( 257)	( 1 200)	2 463
Outros títulos	32 170	200	( 1 208)	( 3 726)	27 436
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>122 690</b>	<b>330</b>	<b>( 11 325)</b>	<b>( 4 926)</b>	<b>106 769</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 157		( 34)	-	2 123
De outros emissores	243 458	841	( 5 756)	( 12 609)	225 934
Acções	3 676	93	-	( 1 200)	2 569
Outros títulos	25 587	310	( 332)	( 2 736)	22 829
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>274 878</b>	<b>1 244</b>	<b>( 6 122)</b>	<b>( 16 545)</b>	<b>253 455</b>

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	16 545	20 228
Dotações	991	93
Utilizações	( 12 610)	( 3 776)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>4 926</b>	<b>16 545</b>

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 26 450 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2010: 22 980 milhares de euros), (ver Nota 37).

*Relatório e Contas 2011*

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Até 3 meses	7 479	11 459
De 3 meses a um ano	5 776	10 132
De um a cinco anos	27 330	40 253
Mais de cinco anos	36 285	166 213
Duração indeterminada	29 899	25 398
	<b>106 769</b>	<b>253 455</b>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>						
De emissores públicos	3 733	-	3 733	2 123	-	2 123
De outros emissores	35 252	37 885	73 137	53 754	172 180	225 934
<b>Ações</b>	<b>1 575</b>	<b>888</b>	<b>2 463</b>	<b>705</b>	<b>1 864</b>	<b>2 569</b>
<b>Outros títulos de rendimento variável</b>	<b>8 747</b>	<b>18 689</b>	<b>27 436</b>	<b>-</b>	<b>22 829</b>	<b>22 829</b>
<b>Total valor de balanço</b>	<b>49 307</b>	<b>57 462</b>	<b>106 769</b>	<b>56 582</b>	<b>196 873</b>	<b>253 455</b>

As principais contribuições para a reserva de justo valor e para o montante de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

		(milhares de euros)			
2011		Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
Descrição	Custo (1)	Positiva	Negativa		
OBRIGACOES TESOIRO 6.4% FEB2016	2 194	-	( 515)	-	1 679
BANCO COM PORT 5.625% APR2014	4 994	-	( 1 476)	-	3 518
BANCO COM PORT EUR3M+90 FEB2013	12 864	-	( 3 049)	-	9 815
BANCO COM PORT EUR3M+130 MAR2013	4 977	-	( 1 327)	-	3 650
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 999	-	( 451)	-	1 548
MAGEL 4 A EUR3M+14 PERPET	2 170	-	( 819)	-	1 351
BES 1.625% APR2013	3 014	-	( 576)	-	2 438
OUTROS	90 478	330	( 3 112)	( 4 926)	82 770
	<b>122 690</b>	<b>330</b>	<b>( 11 325)</b>	<b>( 4 926)</b>	<b>106 769</b>

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

(milhares de euros)

2010 Descrição	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 157	-	( 34)	-	2 123
BANCO COM PORT EUR3M+90 FEB2013	12 742	-	( 2 231)	-	10 511
BANCO COM PORT EUR3M+130 MAR2013	4 959	-	( 905)	-	4 054
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 000	-	( 155)	-	3 845
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	6 999	-	( 16)	-	6 983
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 998	-	( 490)	-	1 508
BANCO BPI CAY EUR3M+12.5 JAN2011	4 500	-	( 24)	-	4 476
OUTROS	237 523	1 244	( 2 267)	( 16 545)	219 955
	<b>274 878</b>	<b>1 244</b>	<b>( 6 122)</b>	<b>( 16 545)</b>	<b>253 455</b>

(1) custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida

## NOTA 19 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Aplicações de muito curto prazo	-	2
Empréstimos	-	3 787
Operações de compra com acordo de revenda	128 568	313 771
Outras aplicações	46 869	170 184
	<b>175 437</b>	<b>487 744</b>
Perdas por imparidade	( 230)	( 211)
	<b>175 207</b>	<b>487 533</b>

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	175 437	483 957
De 1 ano a 5 anos	-	3 787
	<b>175 437</b>	<b>487 744</b>

*Relatório e Contas 2011*

Os movimentos ocorridos no exercício em perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	211	286
Dotações	72	8
Reversões	( 63)	( 210)
Diferenças de câmbio e outras	10	127
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>230</b>	<b>211</b>



## NOTA 20 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Crédito interno</b>		
A empresas		
Créditos em conta corrente	519	23 870
Empréstimos	713 722	835 968
Descobertos	28	97
Outros créditos	61 553	75 280
A particulares		
Habitação	671	771
	<b>776 493</b>	<b>935 986</b>
<b>Crédito ao exterior</b>		
A empresas		
Descobertos	-	280
Créditos em conta corrente	19 385	-
Empréstimos	149 826	60 486
	<b>169 211</b>	<b>60 766</b>
<b>Crédito e juros vencidos</b>		
Até 90 dias	3 868	710
Há mais de 90 dias	167	1 108
	<b>4 035</b>	<b>1 818</b>
	<b>949 739</b>	<b>998 570</b>
<b>Provisão para imparidade do crédito</b>	<b>( 72 962)</b>	<b>( 42 218)</b>
	<b>876 777</b>	<b>956 352</b>

Adicionalmente, o Banco tem em 31 de Dezembro de 2011 - 25 623 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2010 – 27 359 milhares de euros), os quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (Ver Nota 31).

*Relatório e Contas 2011*

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 3 meses	17 443	67 087
De 3 meses a um ano	113 824	60 742
De um a cinco anos	216 872	231 946
Mais de cinco anos	597 565	636 977
Duração indeterminada	4 035	1 818
	<b>949 739</b>	<b>998 570</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Saldo a 1 de Janeiro	42 218	28 300
Dotações	61 379	25 773
Reversões	( 30 312)	( 4 815)
Transferências	( 206)	-
Diferenças de câmbio e outras	( 117)	( 654)
Utilizações	-	( 6 386)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>72 962</b>	<b>42 218</b>

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Taxa fixa	126 372	2 720
Taxa variável	823 367	995 850
	<b>949 739</b>	<b>998 570</b>

O Crédito a clientes repartido por tipo de garantia é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Créditos garantidos por hipoteca	164 816	68 933
Créditos garantidos por títulos cotados	71 364	97 687
Outras garantias	548 873	698 696
Créditos sem garantia	164 686	133 254
	<b>949 739</b>	<b>998 570</b>

## NOTA 21 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	39 730	42 029
	<b>39 730</b>	<b>42 029</b>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
De 3 meses a um ano	-	107
Mais de cinco anos	39 730	41 922
	<b>39 730</b>	<b>42 029</b>

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2011 é de 37 117 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 39 869 milhares de euros).

O Banco avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2011 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

A rubrica de Investimentos detidos até à maturidade inclui 1 556 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2010: 3 453 milhares de euros).

## NOTA 22 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Derivados para gestão de risco activos</b>	649	2 207
<b>Derivados para gestão de risco passivos</b>	949	260
	<b>( 300)</b>	<b>1 947</b>

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

### Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)							
31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	4 710	265	371	( 652)	213
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	6 600	1 035	457	( 1 014)	( 131)
			<b>11 310</b>	<b>1 300</b>	<b>828</b>	<b>( 1 666)</b>	<b>82</b>

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)							
31.12.2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado <sup>(2)</sup>	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto <sup>(1)</sup>	Variação do justo valor do elemento coberto no ano <sup>(1)</sup>
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	18 493	315	421	829	( 157)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	11 644	98	( 164)	( 1 230)	( 312)
			<b>30 137</b>	<b>413</b>	<b>257</b>	<b>( 401)</b>	<b>( 469)</b>

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados operacionais.

### Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	19 874	( 1 600)	( 3 146)	1 203	2 538	18 670	19 874
		<b>19 874</b>	<b>( 1 600)</b>	<b>( 3 146)</b>	<b>1 203</b>	<b>2 538</b>	<b>18 670</b>	<b>19 874</b>

(milhares de euros)

31.12.2010								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	19 780	1 556	1 503	( 1 585)	( 1 545)	5 216	4 977
Recursos de outras instituições de crédito	IRS e CDS	19 380	( 22)	77	131	15	27 628	27 760
		<b>39 160</b>	<b>1 534</b>	<b>1 580</b>	<b>( 1 454)</b>	<b>( 1 530)</b>	<b>32 844</b>	<b>32 737</b>

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 31 de Dezembro de 2011 a 575 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 158 milhares de euros).



*Relatório e Contas 2011*

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)				
<b>31.12.2011</b>				
	<b>Nocional</b>		<b>Justo Valor</b>	
	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>Outros derivados p/ gestão de risco</b>	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>Outros derivados p/ gestão de risco</b>
De 3 meses a um ano	6 600	-	1 035	-
De um a cinco anos	4 710	19 874	265	( 1 600)
	<b>11 310</b>	<b>19 874</b>	<b>1 300</b>	<b>( 1 600)</b>
(milhares de euros)				
<b>31.12.2010</b>				
	<b>Nocional</b>		<b>Justo Valor</b>	
	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>Outros derivados p/ gestão de risco</b>	<b>Derivados de cobertura</b>	<b>Outros derivados p/ gestão de risco</b>
Até 3 meses	-	21 161	-	( 33)
De 3 meses a um ano	8 305	17 999	( 53)	-
De um a cinco anos	9 850	-	423	1 567
Mais de cinco anos	11 982	-	43	-
	<b>30 137</b>	<b>39 160</b>	<b>413</b>	<b>1 534</b>

**NOTA 23 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS**

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Imóveis</b>		
De serviço próprio	643	643
Beneficiações em edifícios arrendados	7 753	7 436
	<b>8 396</b>	<b>8 079</b>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	7 221	4 400
Mobiliário e material	3 193	2 627
Máquinas e ferramentas	1 035	1 019
Instalações interiores	2 733	2 139
Material de transporte	98	51
Equipamento de segurança	325	325
Outros	81	78
	<b>14 686</b>	<b>10 639</b>
	<b>23 082</b>	<b>18 718</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
Imóveis	30	-
Equipamento	5 289	6 978
	<b>5 319</b>	<b>6 978</b>
	<b>28 401</b>	<b>25 696</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	( 11 700)	( 9 641)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>16 701</b>	<b>16 055</b>



*Relatório e Contas 2011*

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	4 808	9 883	357	15 048
Adições	3 177	744	6 954	10 875
Abates / vendas	-	( 227)	-	( 227)
Transferências	94	239	( 333)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	8 079	10 639	6 978	25 696
Adições	121	444	1 304	1 869
Transferências	189	2 688	( 2 877)	-
Outros movimentos	7	915	( 86)	836
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	8 396	14 686	5 319	28 401
<b>Depreciações</b>				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 044	6 183	-	8 227
Depreciações do exercício	570	1 050	-	1 620
Abates / vendas	-	( 206)	-	( 206)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	2 614	7 027	-	9 641
Depreciações do exercício	667	1 392	-	2 059
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	3 281	8 419	-	11 700
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	5 115	6 267	5 319	16 701
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	5 465	3 612	6 978	16 055

## NOTA 24 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistema de tratamento automático de dados	11 766	9 573
Outras	916	916
	<b>12 682</b>	<b>10 489</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		
	6 519	1 976
	<b>19 201</b>	<b>12 465</b>
<b>Amortização acumulada</b>		
	(10 405)	(9 499)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>8 796</b>	<b>2 966</b>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>9 048</b>	<b>897</b>	<b>629</b>	<b>10 574</b>
Adições:				
Adquiridas a terceiros	419	-	1 453	1 872
Transferências	106	19	( 106)	19
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>9 573</b>	<b>916</b>	<b>1 976</b>	<b>12 465</b>
Adições:				
Adquiridas a terceiros	371	-	6 841	7 212
Transferências	1 703	-	(1 703)	-
Outros Movimentos	119	-	( 595)	( 476)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>11 766</b>	<b>916</b>	<b>6 519</b>	<b>19 201</b>
<b>Amortizações</b>				
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>8 088</b>	<b>624</b>	<b>-</b>	<b>8 712</b>
Amortizações do exercício	658	129	-	787
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>8 746</b>	<b>753</b>	<b>-</b>	<b>9 499</b>
Amortizações do exercício	780	126	-	906
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>9 526</b>	<b>879</b>	<b>-</b>	<b>10 405</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>2 240</b>	<b>37</b>	<b>6 519</b>	<b>8 796</b>
<b>Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>827</b>	<b>163</b>	<b>1 976</b>	<b>2 966</b>

## NOTA 25 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euros)	Custo da participação
BRB INTERNACIONAL	133 000	19,00%	5,00	8.103	133 000	19,00%	5,00	8.103
PRO SPORT	1 900	19,00%	6,02	189	1 900	19,00%	6,02	189
APOLO FILMS	16 508	19,00%	6,01	582	16 508	19,00%	6,01	582
COMINVEST	375 000	25,00%	5,00	2.089	375 000	25,00%	5,00	2.089
COPORGEST	10 000	5,00%	5,00	50	10 000	5,00%	5,00	50
ESSI COMUNICAÇÕES SGPS, S.A.	10 000	100,00%	5,00	50	10 000	100,00%	5,00	50
ESSI INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.	410 000	100,00%	5,00	2.050	210 000	100,00%	5,00	1.050
ESPIRITO SANTO INVESTMENT PLC	164 994	100,00%	5,00	825	164 994	100,00%	5,00	825
				<b>13 937</b>				<b>12 938</b>
Perdas por imparidade				( 9 457)				( 9 457)
				<b>4 480</b>				<b>3 481</b>

*Relatório e Contas 2011*

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	9 457	8 987
Dotações	-	470
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>9 457</b>	<b>9 457</b>

**NOTA 26 – OUTROS ACTIVOS**

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:



	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	500 679	297 507
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	20 895	16 286
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	330 732	279 138
Sector público administrativo	100	90
Outros devedores diversos	-	20 152
	852 406	613 173
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	( 5 410)	( 5 401)
	<b>846 996</b>	<b>607 772</b>
<b>Outros activos</b>		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 129	275
Outros activos	4 359	4 459
	<b>5 488</b>	<b>4 734</b>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>2 577</b>	<b>2 344</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>15 628</b>	<b>1 903</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações cambiais a liquidar	109 889	73 101
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	61 523	201 781
Outras operações a regularizar	12 564	48 437
	<b>183 976</b>	<b>323 319</b>
<b>Pensões de reforma (ver Nota 11)</b>	24 480	2 128
	<b>1 079 145</b>	<b>942 200</b>

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar reflecte as operações realizadas com títulos na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, a aguardar liquidação.

*Relatório e Contas 2011*

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	5 401	11 966
Dotações	3 804	6 720
Utilizações	( 723)	( 5 939)
Reversões	( 3 198)	( 7 517)
Diferenças de câmbio e outras	126	171
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>5 410</b>	<b>5 401</b>

## NOTA 27 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 64 000 milhares de euros (31 de Dezembro 2010: 264 500 milhares de euros) e um juro corrido até a data de 7 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 104 milhares de euros).

O saldo desta rubrica encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 18).

## NOTA 28 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>No país</b>		
Mercado monetário interbancário	646 372	573 646
Depósitos	378 628	454 514
Empréstimos medio e longo prazo	-	35 287
Operações com acordo de recompra	17 607	30 389
Outros recursos	369 248	412 586
	<b>1 411 855</b>	<b>1 506 422</b>
<b>No estrangeiro</b>		
Depósitos	8	34
Empréstimos medio e longo prazo	3 894	-
Operações de venda com acordo de recompra	99	310
Outros recursos	91 155	146 500
	<b>95 156</b>	<b>146 844</b>
	<b>1 507 011</b>	<b>1 653 266</b>

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Até 3 meses	1 209 477	1 131 676
De 3 meses a um ano	-	30 699
De um a cinco anos	283 545	490 891
Mais de cinco anos	13 989	-
	<b>1 507 011</b>	<b>1 653 266</b>

## NOTA 29 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Depósitos à vista</b>		
Depósitos à ordem	18 654	20 988
<b>Depósitos a prazo</b>		
Depósitos a prazo	82 608	89 501
<b>Outros recursos</b>		
Operações com acordo de recompra	129 001	308 021
Outros Depósitos	108	32 696
Outros	443	171
	<b>129 552</b>	<b>340 888</b>
	<b>230 814</b>	<b>451 377</b>

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Exigível à vista	19 097	21 159
Exigível a prazo		
Até 3 meses	211 717	359 281
De 3 meses a um ano	-	5 202
De um a cinco anos	-	65 735
	<b>211 717</b>	<b>430 218</b>
	<b>230 814</b>	<b>451 377</b>

### NOTA 30 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Responsabilidades representadas por títulos</b>		
Obrigações de caixa	5 039	9 346
Outras Obrigações	15 553	16 286
Certificados de Depósito	2 978	3 058
	<b>23 570</b>	<b>28 690</b>

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 39.

Esta rubrica inclui 18 670 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 5 216 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 22).

Durante o exercício de 2011, o Banco procedeu à emissão de 1 875 milhares de euros de títulos (14 937 milhares de euros durante 2010) e reembolsou 5 422 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 181 117 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	-	1 724
De 3 meses a um ano	-	3 182
De um a cinco anos	23 570	23 784
	<b>23 570</b>	<b>28 690</b>

As características essenciais destes recursos, em 31 de Dezembro de 2011, são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor emitido	31-12-2011		Taxa de Juro
					Valor de Balanço	Maturidade	
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	29-03-2006	4 913	1 429	29-03-2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	31-03-2006	3 458	3 610	01-04-2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14 a)	EUR	25-08-2006	3 013	2 978	26-08-2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED a)	EUR	27-07-2010	3 500	3 281	05-09-2014	Indexada a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL a)	EUR	27-07-2010	12 500	10 535	05-09-2014	Indexada a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015 a)	EUR	03-10-2011	1 875	1 737	05-09-2014	Taxa Fixa 1,8%
<b>Total</b>				<b>29 259</b>	<b>23 570</b>		

a) Indexado a câmbio e taxa de juro

## NOTA 31 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para riscos gerais de crédito	Provisões para outros riscos e encargos	Total
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>19 207</b>	<b>1 470</b>	<b>20 677</b>
Dotações	14 960	5 695	20 655
Reversões	( 7 229)	-	( 7 229)
Utilizações	-	( 1 470)	( 1 470)
Diferenças de câmbio e outras	421	36	457
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>27 359</b>	<b>5 731</b>	<b>33 090</b>
Dotações	5 593	4 700	10 293
Reversões	( 7 401)	( 4 332)	( 11 733)
Transferências	206	( 1 400)	( 1 194)
Utilizações	-	( 1 400)	( 1 400)
Diferenças de câmbio e outras	( 134)	( 3 263)	( 3 397)
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>25 623</b>	<b>36</b>	<b>25 659</b>

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

## NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2010 foi apurado pelo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal e estadual de 28%, de acordo com a Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais).

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2011 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de IRC, derrama municipal e derrama estadual de 29%.



*Relatório e Contas 2011*

As declarações de autoliquidação do Banco, relativas aos exercícios de 2011 e anteriores, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 85.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	26%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	45.95%

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros detidos para venda	3 143	528	-	( 24)	3 143	504
Crédito a clientes	28 938	18 160	-	-	28 938	18 160
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	( 1 218)	( 1 113)	( 1 218)	( 1 113)
Provisões	967	1 519	-	-	967	1 519
Fundo de pensões	2 183	2 183	-	-	2 183	2 183
Outros	-	-	( 1 155)	( 2 161)	( 1 155)	( 2 161)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 704	-	-	-	1 704
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>35 231</b>	<b>24 094</b>	<b>( 2 373)</b>	<b>( 3 298)</b>	<b>32 858</b>	<b>20 796</b>

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	20 796	14 477
Reconhecido em resultados	7 158	3 553
Reconhecido em reservas de justo valor	2 640	584
Reconhecido em outras reservas	1 259	2 183
Variação cambial e outros	1 005	(1)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>32 858</b>	<b>20 796</b>

O imposto diferido reconhecido em outras reservas respeita aos desvios actuariais também reconhecidos nesta rubrica, conforme descrito na Nota 12.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 explica-se como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
<b>Impostos Diferidos</b>				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	3 227	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	( 2 640)	-	( 584)
Crédito a clientes	( 10 779)	-	( 7 275)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	105	-	-	-
Provisões	552	-	( 1 130)	-
Fundo de Pensões	-	-	-	( 2 183)
Prejuízos fiscais	2 964	( 1 259)	1 625	-
	( 7 158)	( 3 899)	( 3 553)	( 2 767)
<b>Impostos Correntes</b>	1 238	-	4 979	-
<b>Total do imposto reconhecido</b>	<b>( 5 920)</b>	<b>( 3 899)</b>	<b>1 426</b>	<b>( 2 767)</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 15 297)</b>		<b>29 123</b>
Taxa de imposto do BESI	29,0		28,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESI		( 4 436)		8 154
Imposto sobre lucros das sucursais	1,0	( 146)	(20,9)	3 202
Dividendos excluídos de tributação	0,0	-	45,9	( 7 024)
Tributação autónoma	(4,9)	753	(3,6)	547
Alterações da taxa de imposto	11,8	( 1 799)	0,0	-
Proveitos não tributáveis	(1,4)	-	(1,4)	( 415)
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízos fiscais do exercício	0,0	-	15,1	( 2 312)
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	9,6	( 1 475)	0,0	-
Benefícios fiscais	0,3	( 52)	0,3	( 52)
Custos não dedutíveis	(6,6)	1 015	(1,0)	152
Outros	(1,4)	220	5,4	( 826)
	<b>38,7</b>	<b>( 5 920)</b>	<b>4,9</b>	<b>1 426</b>

*Relatório e Contas 2011*

No seguimento da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a contribuição sobre o sector bancário. A 31 de Dezembro de 2011 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1,5 milhões de euros, o qual foi incluído nos outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 10).

**NOTA 33 – PASSIVOS SUBORDINADOS**

A rubrica Passivos subordinados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações de caixa	70 222	70 241
	<b>70 222</b>	<b>70 241</b>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)						
31.12.2011						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	10 178	Indexada à CMS	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	Euribor 3M + 0,95%	2015
<b>Sub-total</b>				<b>70 178</b>		
Juro Corrido				44		
				<b>70 222</b>		

(milhares de euros)						
31.12.2010						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	10 087	5,5000%	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	Euribor 3M + 0,95%	2015
<b>Sub-total</b>				<b>70 087</b>		
Juro Corrido				154		
				<b>70 241</b>		

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não houve emissões nem reembolsos de passivos subordinados.

## NOTA 34 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Credores e outros recursos</b>		
Sector público administrativo	3 638	5 567
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	61 123	81 200
Credores por fornecimento de bens	1 777	3 055
Outros credores	11 055	9 529
	<b>77 593</b>	<b>99 351</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	1 832	1 757
Outros custos a pagar	8 076	9 006
	<b>9 908</b>	<b>10 763</b>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	<b>1 110</b>	<b>939</b>
<b>Outras contas de regularização</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	58 379	190 500
Operações cambiais a liquidar	106 539	70 674
Outras operações a regularizar	15 172	19 819
	<b>180 090</b>	<b>280 993</b>
	<b>268 701</b>	<b>392 046</b>

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra em bolsa do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira.

## NOTA 35 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

### Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu a emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital no montante de 46 269 milhares de euros através da emissão de 9 253 800 acções, com o valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Banco Espírito Santo, S.A., mediante entrada em espécie, constituída por 46 269 valores mobiliários emitidos pelo BESI com o valor nominal de 1 000 euros cada.

**Prémios de emissão**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

**Outros instrumentos de capital**

O Banco emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros.

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do BESI, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Durante o exercício de 2011, o Banco efectuou o pagamento de juros no montante de 4 250 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas. Adicionalmente foi efectuado o reembolso de 46 259 milhares de euros de outros instrumentos de capital.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

**NOTA 36 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS****Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.



Durante os exercícios de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)							
	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)</b>	<b>3 584</b>	<b>( 953)</b>	<b>2 631</b>	<b>31 479</b>	<b>( 6 020)</b>	<b>36 851</b>	<b>62 310</b>
Desvios actuariais	-	-	-	-	330	-	330
Alterações de justo valor	( 8 576)	584	( 7 992)	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	3 839	-	( 5 658)	( 1 819)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	13 208	13 208
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 95)	( 95)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)</b>	<b>( 4 992)</b>	<b>( 369)</b>	<b>( 5 361)</b>	<b>35 318</b>	<b>( 5 690)</b>	<b>44 306</b>	<b>73 934</b>
Desvios actuariais	-	-	-	-	5 459	-	5 459
Alterações de justo valor	( 6 233)	3 512	( 2 721)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	2 735	-	25 579	28 314
Juros de instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	( 4 250)	( 4 250)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	( 184)	( 184)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>( 11 225)</b>	<b>3 143</b>	<b>( 8 082)</b>	<b>38 053</b>	<b>( 231)</b>	<b>65 451</b>	<b>103 273</b>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)		
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	122 533	276 312
Imparidade acumulada reconhecida	( 4 926)	( 16 545)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	117 607	259 767
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	106 769	255 144
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(10.838)	(4.623)
Impostos	2.756	(369)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>( 8 082)</b>	<b>( 4 992)</b>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, no exercício de 2011 pode ser assim analisada:

(milhares de euros)		
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>( 4 992)</b>	<b>2 631</b>
Variação de justo valor	(6.233)	(8.553)
Alienações do exercício	-	1.299
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	3.143	(369)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>( 8 082)</b>	<b>( 4 992)</b>

## NOTA 37 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	1 466 339	1 548 404
Activos financeiros dados em garantia	125 494	329 422
	<b>1 591 833</b>	<b>1 877 826</b>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos irrevogáveis	113 287	216 101
	<b>113 287</b>	<b>216 101</b>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 18 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 22.980 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 79 426 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 33 606 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011).

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 336 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1 533 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
<b>Responsabilidades por prestação de serviços</b>		
Depósito e guarda de valores	6 273 217	5 012 634
Credito Securitizado sob gestão	-	252 624
Outras responsabilidades por prestação de serviços	2 238 044	5 373 478
	<b>8 511 261</b>	<b>10 638 736</b>

### NOTA 38 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

	31.12.2011						31.12.2010					
	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
<b>Empresas subsidiárias</b>												
ESIP	18 752	114 601	68 989	-	37 546	1 241	121 651	478 553	43 476	-	195 076	87 700
ESSI INV SGPS	-	-	1 163	-	-	-	-	-	32	-	-	-
ES CAPITAL	-	-	8 982	135	1 792	200	-	-	7 807	135	1 729	180
ESSI SGPS	-	-	7 603	-	-	-	-	-	730	-	716	417
ESSI COMUNICAÇÕES	-	-	68	-	-	-	-	-	84	-	-	-
COMINVEST	-	-	5 450	60	-	-	-	-	5 459	18	13	-
KUTAYA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BES INVESTIMENTO BRASIL, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 888	-	-
INFRASTRUCTURE	-	-	-	-	1 389	-	-	-	694	-	1 321	-
ESSI FIN	-	3 231	10	-	-	-	-	-	3	-	-	-
	18 752	117 832	92 265	195	40 727	1 441	121 651	478 553	58 285	4 041	198 855	88 297

## NOTA 39 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o BESI, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
<b>31 de Dezembro de 2011</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 854	-	-	-	1 854	1 854
Disponibilidades em outras instituições de crédito	36 376	-	-	-	36 376	36 376
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	21 688	850 891	-	872 579	872 579
Activos financeiros disponíveis para venda	-	49 307	39 095	18 367	106 769	106 769
Aplicações em instituições de crédito	175 207	-	-	-	175 207	175 207
Crédito a clientes	876 777	-	-	-	876 777	876 777
Investimentos detidos até à maturidade	39 730	-	-	-	39 730	37 117
Derivados para gestão de risco	-	-	649	-	649	649
<b>Activos financeiros</b>	<b>1 129 944</b>	<b>70 995</b>	<b>890 635</b>	<b>18 367</b>	<b>2 109 941</b>	<b>2 107 328</b>
Recursos de bancos centrais	64 007	-	-	-	64 007	64 007
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	733 963	-	733 963	733 963
Recursos de outras instituições de crédito	1 507 011	-	-	-	1 507 011	1 507 011
Recursos de clientes e outros empréstimos	230 814	-	-	-	230 814	230 814
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	23 570	-	23 570	23 570
Derivados para gestão de risco	-	-	949	-	949	949
Passivos subordinados	60 044	-	10 178	-	70 222	50 799
<b>Passivos financeiros</b>	<b>1 861 876</b>	<b>-</b>	<b>768 660</b>	<b>-</b>	<b>2 630 536</b>	<b>2 611 113</b>
<b>31 de Dezembro de 2010</b>						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 024	-	-	-	12 024	12 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 682	-	-	-	20 682	20 682
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	75 494	901 654	-	977 148	977 148
Activos financeiros disponíveis para venda	-	56 582	174 337	22 536	253 455	253 455
Aplicações em instituições de crédito	487 533	-	-	-	487 533	487 533
Crédito a clientes	956 352	-	-	-	956 352	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	42 029	-	-	-	42 029	39 869
Derivados para gestão de risco	-	-	2 207	-	2 207	2 207
<b>Activos financeiros</b>	<b>1 518 620</b>	<b>132 076</b>	<b>1 078 198</b>	<b>22 536</b>	<b>2 751 430</b>	<b>2 749 270</b>
Recursos de bancos centrais	264 604	-	-	-	264 604	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	507 364	-	507 364	507 364
Recursos de outras instituições de crédito	1 653 266	-	-	-	1 653 266	1 653 266
Recursos de clientes e outros empréstimos	451 377	-	-	-	451 377	451 377
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	28 690	-	28 690	28 690
Derivados para gestão de risco	-	-	260	-	260	260
Passivos subordinados	60 036	-	10 205	-	70 241	44 040
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2 429 283</b>	<b>-</b>	<b>546 519</b>	<b>-</b>	<b>2 975 802</b>	<b>2 949 601</b>

Os activos e passivos ao justo valor do BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

**Valores de cotação de mercado** – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

**Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado** – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado** – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante os exercícios de 2011 e 2010, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	22 536	27 244
Aquisições	832	2 123
Variação de valor	( 5 001)	( 443)
Alienações	-	( 6 388)
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>18 367</b>	<b>22 536</b>

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2011 e 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

### Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,33	0,11	0,43	0,45	0,30	0,58
1 mês	1,02	0,30	0,76	0,78	0,26	0,68
3 meses	1,36	0,58	1,09	1,01	0,30	0,82
6 meses	1,62	0,81	1,34	1,23	0,46	1,26
9 meses	1,79	0,97	1,59	1,37	0,62	1,42
1 ano	1,42	0,68	1,09	1,33	0,46	0,89
3 anos	1,38	0,82	1,36	1,95	1,30	1,95
5 anos	1,72	1,23	1,56	2,48	2,20	2,62
7 anos	2,07	1,63	1,86	2,89	2,84	3,10
10 anos	2,39	2,02	2,29	3,31	3,40	3,54
15 anos	2,68	2,37	2,65	3,64	3,86	3,88
20 anos	2,69	2,50	2,83	3,70	4,00	3,95
25 anos	2,63	2,55	2,94	3,67	4,08	3,95
30 anos	2,56	2,59	2,99	3,50	4,12	3,92



### Spreads de Crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

		(pontos de base)				
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
<b>Ano 2011</b>						
CDX USD Main	<b>17</b>	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	<b>16</b>	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	<b>16</b>	-	-	275,25	-	275,25
<b>Ano 2010</b>						
CDX USD Main	<b>15</b>	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	<b>14</b>	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	<b>14</b>	-	-	177,71	-	182,17

### Volatilidades de Taxas de Juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	51,08	76,512	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,415	42,358	29,70	23,19	27,04	20,50

## Câmbios e Volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2011	31.12.2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
EUR/PLN	4,4580	3,9750	10,95	12,30	13,10	13,43	13,60
EUR/RUB	41,7650	40,8200	11,75	12,60	13,50	14,05	14,50
USD/BRL <sup>a)</sup>	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY <sup>b)</sup>	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

## Índices sobre Cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		
	31.12.2011	31.12.2010	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	- 17,1	32,14	38,50	29,23
PSI 20	5 494	7 588	- 27,6	23,53	27,79	-
IBEX 35	8 566	9 859	- 13,1	30,60	35,06	-
FTSE 100	5 572	5 900	- 5,6	20,99	26,58	19,26
DAX	5 898	6 914	- 14,7	31,54	38,80	27,85
S&P 500	1 258	1 258	- 0,0	24,04	27,70	20,27
BOVESPA	56 754	69 305	- 18,1	23,60	28,47	24,57

**Relatório e Contas 2011**

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito.

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

**Crédito a Clientes**

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

**Investimentos Detidos até à Maturidade**

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

**Recursos de outras Instituições de Crédito**

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

**Recursos de Clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

**Débitos Representados por Títulos e Passivos Subordinados**

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

**NOTA 40 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do BESl.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

### **Risco de Crédito**

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o BESI no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *Credit Default Swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do BESI, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.



*Relatório e Contas 2011*

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BESI ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	213 421	520 225
Activos financeiros detidos para negociação	851 569	911 067
Activos financeiros disponíveis para venda	76 870	228 057
Crédito a clientes	876 777	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	39 730	42 029
Derivados para gestão de risco	649	2 207
Outros activos	578 468	644 693
Garantias e avales prestados	1 466 339	1 548 404
Compromissos irrevogáveis	113 287	216 101
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	7 025	16 626
	<b>4 224 135</b>	<b>5 069 135</b>

**Concentração de Riscos**

A repartição do Crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011					
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Valor bruto
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		Imparidade
Indústrias extractivas	-	-	-	-	2	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	14	-
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	-	-	( 217)	-	-	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	525	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	34 587	168	-	( 2)	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	23 603	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	-	-	( 30)	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	154 789	174	( 1 195)	( 1)	11 013	832
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	600
Construção	33 714	45	-	-	-	-
Actividades imobiliárias	401	116	-	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1 984	-	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	115 325	-	-	-	2 854	-
Alojamento, restauração e similares	5 885	268	( 27)	-	-	-
Actividades e edição	25 311	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas tv	3 406	-	-	-	690	-
Actividades de rádio e de televisão	10 228	-	-	-	-	-
Actividades de informação e de comunicação - comunicação	6 307	-	( 165)	-	9 509	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	728 059	31 624
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	119 435	283	( 19 488)	( 3)	44 509	-
Outras actividades financeiras e de seguros	110 723	-	-	-	2 162	34 081
Actividades imobiliárias	68 506	-	( 27 627)	-	-	( 4 472)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	50 096	183	-	( 46)	-	-
Actividades de aluguer	18 336	-	( 21 749)	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	678	3 733
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	17 020	1 236	( 2 383)	( 4)	4 107	-
Outras actividades de serviços	145 377	1 562	-	( 25)	65 559	40 825
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	2 898	-
Crédito à Habitação	671	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>945 704</b>	<b>4 035</b>	<b>( 72 881)</b>	<b>( 81)</b>	<b>872 579</b>	<b>111 695</b>
						<b>( 4 926)</b>



(milhares de euros)

	31.12.2010					
	Crédito sobre clientes			Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor Bruto	Imparidade		Valor Bruto	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	1 108	-	( 1 108)	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	810	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	178	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	110	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	3 531	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	139	-
Produtos Químicos e de Borracha	33 321	-	( 3 300)	-	-	-
Electricidade, Gás e Água	140 682	-	-	-	10 210	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despol	-	-	-	-	705	-
Construção e Obras Públicas	62 922	-	-	-	8 624	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	-	-	183	-
Alojamento, restauração e similares	7 633	-	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	165 933	-	-	-	14 950	-
Actividades de edição	30 981	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo de produção	6 008	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo de produção	12 520	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicações	12 931	-	-	-	10 119	-
Actividades de intermediação monetária	-	391	-	-	35 451	40 288
Actividades de aluguer	19 173	-	-	-	-	-
Actividades das sociedades gestoras de participações	151 360	-	( 17 500)	-	7 313	-
Actividades Financeiras	34 440	-	-	-	809 561	60 121 ( 16 470)
Actividades Imobiliárias	57 197	-	( 18 600)	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	71 742	6	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4 281	-	-	-	26 686	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	9 826	2 123
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	16 415	-	( 1 700)	-	1 300	-
Serviços Prestados às Empresas	-	-	-	-	807	-
Outras actividades de serviços	168 443	313	-	( 10)	-	-
Crédito à Habitação	770	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	37 350	166 763 ( 75)
<b>TOTAL</b>	<b>996 752</b>	<b>1 818</b>	<b>( 41 100)</b>	<b>( 1 118)</b>	<b>977 148</b>	<b>270 000 ( 16 545)</b>

## Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

*Relatório e Contas 2011*

(milhões de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	1,09	1,58	0,99	1,09	0,66	1,74	1,32	1,65
Risco taxa de juro	3,78	3,66	3,37	3,78	3,50	4,17	5,97	2,62
Acções	1,86	2,18	4,84	1,86	3,65	4,12	9,85	1,99
Covariância	-3,13	-2,07	-1,95	-3,13	-2,27	-2,85	-2,63	-2,31
<b>Total</b>	<b>3,60</b>	<b>5,35</b>	<b>7,25</b>	<b>3,60</b>	<b>5,54</b>	<b>7,18</b>	<b>14,51</b>	<b>3,95</b>

O BESI encerrou o ano com um VaR de 3,6 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de 35% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	2	2	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	212	36	176	-	-	-	-
Crédito a clientes	950	109	285	415	97	12	32
Títulos	146	31	44	36	-	14	21
Colaterais	501	-	501	-	-	-	-
Fora de balanço	157	-	32	41	36	31	17
<b>Total</b>	<b>1 968</b>	<b>178</b>	<b>1 038</b>	<b>492</b>	<b>133</b>	<b>57</b>	<b>70</b>
Recursos de bancos centrais	64	-	64	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	1 508	87	1 396	3	5	17	-
Recursos de clientes	101	20	78	2	1	-	-
Repo's com clientes	129	-	129	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	95	-	60	-	10	25	-
Outros instrumentos de Capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais	6	-	6	-	-	-	-
Fora de balanço	157	-	39	46	24	31	17
<b>Total</b>	<b>2 064</b>	<b>107</b>	<b>1 772</b>	<b>51</b>	<b>40</b>	<b>73</b>	<b>21</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>	<b>( 96)</b>	<b>71</b>	<b>( 734)</b>	<b>441</b>	<b>93</b>	<b>( 16)</b>	<b>49</b>

\* Os montantes em risco estão ao valor nominal

(milhões de euros)

	31.12.2010						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	509	21	488	-	-	-	-
Crédito a clientes	999	60	484	405	10	40	-
Títulos	294	27	176	40	-	23	28
Fora de balanço	-	-	41	65	51	46	39
<b>Total</b>	<b>1 814</b>	<b>120</b>	<b>1 189</b>	<b>510</b>	<b>61</b>	<b>109</b>	<b>67</b>
Recursos de bancos centrais	265	-	265	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	1 653	1	1 570	80	-	2	-
Recursos de clientes	143	23	110	-	5	5	-
Repo's com clientes	308	-	308	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	98	-	62	-	13	21	2
Outros instrumentos de Capital	50	-	-	-	-	-	50
Fora de Balanço	-	-	53	74	33	45	37
<b>Total</b>	<b>2 517</b>	<b>24</b>	<b>2 368</b>	<b>154</b>	<b>51</b>	<b>73</b>	<b>89</b>
<b>GAP (Activos - Passivos)</b>	<b>( 703)</b>	<b>96</b>	<b>( 1 179)</b>	<b>356</b>	<b>10</b>	<b>36</b>	<b>( 22)</b>

\* Os montantes em risco estão ao valor nominal

*Relatório e Contas 2011*

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

	(milhões de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	(1,8)	1,8	6,3	(6,3)
Média do exercício	0,3	(0,3)	3,9	(3,9)
Máximo para o exercício	7,0	6,0	6,3	(1,2)
Mínimo para o exercício	(6,0)	(7,0)	1,2	(6,3)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do BESI, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	353 519	7 747	2,19%	804 019	10 293	1,28%
Crédito a clientes	841 456	35 154	4,18%	957 035	33 040	3,45%
Aplicações em títulos	436 411	10 661	2,44%	731 138	10 876	1,49%
<b>Activos financeiros</b>	<b>1 631 386</b>	<b>53 562</b>	<b>3,28%</b>	<b>2 492 192</b>	<b>54 209</b>	<b>2,18%</b>
Recursos monetários	1 578 469	34 893	2,21%	2 100 938	34 579	1,65%
Recursos de clientes	346 116	6 731	1,94%	473 328	3 075	0,65%
Outros recursos	94 899	2 582	2,72%	157 233	3 380	2,15%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2 019 484</b>	<b>44 206</b>	<b>2,19%</b>	<b>2 731 499</b>	<b>41 034</b>	<b>1,50%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>9 356</b>	<b>1,09%</b>		<b>13 175</b>	<b>0,67%</b>

Em especial no que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

		(milhares de euros)					
		31.12.2011			31.12.2010		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	74.974	2.420	77.394	(81.377)	82.668	1.291
GBP	LIBRA ESTERLINA	(74.181)	73.715	(466)	42.525	2.033	44.558
BRL	REAL BRASILEIRO	(74)	135.950	135.876	593	-	593
JPY	YEN	311	-	311	(63)	11.308	11.245
CHF	FRANCO SUICO	1.708	972	2.680	567	-	567
PLN	ZLOTI POLACO	1.052	-	1.052	(6.332)	5	(6.327)
CAD	DOLAR CANADIANO	19.141	(14.029)	5.112	(8.669)	-	(8.669)
	OUTRAS	(841)	977	136	17.322	(5.297)	12.025
		<b>22.090</b>	<b>200.005</b>	<b>222.095</b>	<b>(35.434)</b>	<b>90.717</b>	<b>55.283</b>

## Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

## Indicadores de liquidez individual

(milhares euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Mismatch acumulado <sup>1</sup>	-652.273	-657.887
Buffer de activos líquidos <sup>2</sup>	65.001	225.850
Liquidez Global	<b>-587.272</b>	<b>-432.037</b>

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano



## **Risco operacional**

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

## **Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade**

Os principais objectivos da gestão de capital no BESI são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do BESI em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do BESI.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Banco concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

**Fundos Próprios de Base (Tier I):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

**Fundos Próprios Complementares:** Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

**Deduções:** Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o *Tier I* e determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar 50% do *Tier I*.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis para efeitos de *Tier I*, em 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo do Início do exercício	338.123	272.332
Capital realizado	46.269	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	( 46.269)	50.000
Variação de Reservas e Resultados Transitados	( 2.416)	16.949
Variação de Desvios Actuariais a Deduzir a FPB	1.707	( 187)
Diferença Reavaliação ADV	( 708)	98
Activos intangíveis	( 5.830)	( 1.104)
Deduções	( 13.241)	35
Saldo no Fim do exercício	317.635	338.123

*Relatório e Contas 2011*

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do BESI para 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
Total Activos	3.257.066	3.743.297
Activos Ponderados	3.414.527	2.702.188
% Ponderação	104,83%	72,08%
Requisitos de Fundos Próprios	273.162	216.175
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	217.539	155.800
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	38.904	45.308
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	16.719	15.067
Fundos Próprios Elegíveis	358.931	404.506
Fundos Próprios Core Tier I	318.717	289.072
Fundos Próprios de Base	317.635	338.123
Fundos Próprios Complementares	41.321	66.912
Deduções	( 25)	( 529)
Excesso	85.769	188.331
Rácio de Solvabilidade	<b>10,5%</b>	<b>15,0%</b>
Rácio TIER I	<b>9,3%</b>	<b>12,5%</b>
Rácio CORE TIER I	<b>9,3%</b>	<b>10,7%</b>

## **NOTA 41 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

No final do exercício de 2011 o Banco tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (*Other comprehensive income* – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Banco no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Banco reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Banco a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

Balço	(milhares de euros)					
	1 de Janeiro de 2010			31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29 575	-	29 575	12 024	-	12 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27 722	-	27 722	20 682	-	20 682
Activos financeiros detidos para negociação	891 059	-	891 059	977 148	-	977 148
Activos financeiros disponíveis para venda	229 759	-	229 759	253 455	-	253 455
Aplicações em instituições de crédito	714 101	-	714 101	487 533	-	487 533
Crédito a clientes	938 187	-	938 187	956 352	-	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	39 003	-	39 003	42 029	-	42 029
Derivados para gestão de risco	901	-	901	2 207	-	2 207
Outros activos tangíveis	6 821	-	6 821	16 055	-	16 055
Activos intangíveis	1 862	-	1 862	2 966	-	2 966
Investimentos em associadas	3 956	-	3 956	3 481	-	3 481
Activos por impostos correntes	9 691	-	9 691	3 071	-	3 071
Activos por impostos diferidos	17 832	2 459	20 291	21 911	2 183	24 094
Outros activos	639 875	(8 479)	631 396	949 728	(7 528)	942 200
<b>Total de Activo</b>	<b>3 550 344</b>	<b>(6 020)</b>	<b>3 544 324</b>	<b>3 748 642</b>	<b>(5 345)</b>	<b>3 743 297</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	264 604	-	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	404 414	-	404 414	507 364	-	507 364
Recursos de outras instituições de crédito	1 477 926	-	1 477 926	1 653 266	-	1 653 266
Recursos de clientes	840 453	-	840 453	451 377	-	451 377
Responsabilidades representadas por títulos	195 348	-	195 348	28 690	-	28 690
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	790	-	790	260	-	260
Provisões	20 677	-	20 677	33 090	-	33 090
Passivos por impostos correntes	2 209	-	2 209	3 995	-	3 995
Passivos por impostos diferidos	3 355	-	3 355	3 298	-	3 298
Passivos subordinados	69 917	-	69 917	70 241	-	70 241
Outros passivos	237 110	-	237 110	392 046	-	392 046
<b>Total de Passivo</b>	<b>3 252 199</b>	<b>-</b>	<b>3 252 199</b>	<b>3 408 231</b>	<b>-</b>	<b>3 408 231</b>
<b>Capital Próprio</b>						
Capital	180 000	-	180 000	180 000	-	180 000
Prémios de emissão	8 796	-	8 796	8 796	-	8 796
Outros instrumentos de capital	-	-	-	50 000	-	50 000
Reservas de justo valor	2 631	-	2 631	(5 361)	-	(5 361)
Outras reservas e resultados transitados	68 330	(6 020)	62 310	79 624	(5 690)	73 934
Resultado líquido do exercício	38 388	-	38 388	27 352	345	27 697
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>298 145</b>	<b>(6 020)</b>	<b>292 125</b>	<b>340 411</b>	<b>(5 345)</b>	<b>335 066</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>	<b>3 550 344</b>	<b>(6 020)</b>	<b>3 544 324</b>	<b>3 748 642</b>	<b>(5 345)</b>	<b>3 743 297</b>



*Relatório e Contas 2011*

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	93 149	-	93 149
Juros e custos similares	79 974	-	79 974
<b>Margem financeira</b>	<b>13 175</b>	-	<b>13 175</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	25 087	-	25 087
Rendimentos de serviços e comissões	116 347	-	116 347
Encargos com serviços e comissões	( 13 158)	-	( 13 158)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	8 103	-	8 103
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3 656	-	3 656
Resultados de reavaliação cambial	3 695	-	3 695
Resultados de alienação de outros activos	( 385)	-	( 385)
Outros resultados de exploração	( 2 338)	-	( 2 338)
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>154 182</b>	-	<b>154 182</b>
Custos com pessoal	55 690	( 345)	55 345
Gastos gerais administrativos	33 824	-	33 824
Depreciações e amortizações	2 407	-	2 407
Provisões líquidas de anulações	13 426	-	13 426
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20 958	-	20 958
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	( 104)	-	( 104)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	( 797)	-	( 797)
<b>Custos operacionais</b>	<b>125 404</b>	<b>( 345)</b>	<b>125 059</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>28 778</b>	<b>345</b>	<b>29 123</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	( 4 979)	-	( 4 979)
Diferidos	3 553	-	3 553
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>27 352</b>	<b>345</b>	<b>27 697</b>

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral do exercício findos em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Demonstração do Rendimento Integral	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>27 352</b>	<b>345</b>	<b>27 697</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
Benefícios de longo prazo	-	330	330
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	( 5 013)	-	( 5 013)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	( 3 563)	-	( 3 563)
Impostos diferidos	584	-	584
	( 7 992)	-	( 7 992)
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	<b>19 360</b>	<b>675</b>	<b>20 035</b>



O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
<b>Valores brutos</b>				
1 de Janeiro de 2010	8 479	( 8 479)	( 8 479)	-
Perdas actuariais do exercício	( 606)	606	606	-
Amortização do exercício	( 345)	345	-	345
31 de Dezembro de 2010	7 528	( 7 528)	( 7 873)	345
<b>Imposto</b>				
1 de Janeiro de 2010		2 459	2 459	-
Imposto do exercício		( 276)	( 276)	-
31 de Dezembro de 2010		2 183	2 183	-
<b>Efeito líquido</b>				
1 de Janeiro de 2010		( 6 020)	( 6 020)	-
31 de Dezembro de 2010		( 5 345)	( 5 690)	345

## NOTA 42 – NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

### NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO BANCO

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

#### IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

*Relatório e Contas 2011*

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

***Annual Improvement Project***

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

**NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO BANCO**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

**IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

- O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:
- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando

que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 11 - Acordos conjuntos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations*; e 2) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IFRS 13 - Mensuração do justo valor**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

### **IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

### **IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

### **IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.



**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do  
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.  
relativos ao exercício de 2011**

Ao Accionista do  
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2011 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.



O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma reputada sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2011, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal reconhece ainda que tais resultados são consequência da envolvente negativa nacional e internacional.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2011, no montante de 9.377.433,18 euros.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

  
José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

  
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

  
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

**Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada**


A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:


- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira  
(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.**

**Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria**

(Contas Individuais)

**INTRODUÇÃO**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, do **"Banco Espírito Santo de Investimento, S.A."**, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 3.257.066 milhares de euros e um total de capital próprio de 324.610 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.377 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n. 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

BESI  
CLC 2011

Rua Artilharia 104 - 4º 604 - 1099 - 053 Lisboa - Portugal  
t +351 21 384 16 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@acrc-stoc.com • www.acrc-stoc.com  
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)  
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 919

1/3



**Kreston International**  
A global association of independent accountants and business advisors





Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BESI  
CLC 2011

Rua Artânia Lm, 106 - 4.º Esq.º - 1099 - 053 Lisboa - Portugal  
t +351 21 384 16 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail [geral@clc-iroc.com](mailto:geral@clc-iroc.com) • [www.clc-iroc.com](http://www.clc-iroc.com)  
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)  
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

2/3



Kreston International  
A global association of independent accountants and business advisors



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

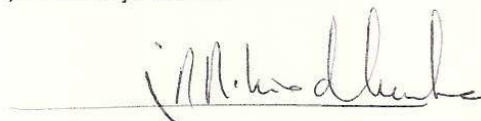
## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012



José Maria Ribeiro da Cunha  
Em representação de:  
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

BESI  
CLC 2011

3/3

Rua Artilharia 114, 4.º Esq.º - 1093 - 053 Lisboa - Portugal  
t +351 21 384 16 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@acrc-sroc.com • www.acrc-sroc.com  
Inscrita na lista das R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)  
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319



Kreston International  
A global association of independent accountants and business advisors





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 3.257.066 milhares de euros e um total de capital próprio de 324.610 milhares de euros), incluindo um resultado líquido negativo de 9.377 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.





- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

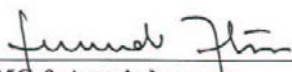
**Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal.

**Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012



**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
*Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)*

## **ANEXOS**





*Relatório e Contas 2011*

**ANEXO I - PARTICIPAÇÕES ACCIONISTAS E OBRIGACIONISTAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

(anexo a que se refere o número 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2010	Movimentos em 2011				Nº títulos à data de 31/12/2011
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	1.384.333		0	0		1.384.333
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	Acções BES	21.789		0	0		21.789
Francisco Ravara Cary	-						
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	Obrigações BES Finance 3% 2044 Obrigações BES 5,625% 2014	401 2	06-01-2011	0	401 0	71,61	0 2
Miguel António Igrejas Horta e Costa	-						
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	Acções BES	50.000		0	0		50.000
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Acções BES Obrigações BES 3,875% 2015 Obrigações BES 5,625% 2014	40.251 5 5	13-10-2011	25 <sup>(1)</sup> 0 0	0 0 0	1,90	40.276 5 5
Bernard Marcel Fernand Basecqz	Obrigações ESFG 5,05% Conv 2025 Obrigações BES 5,625% 2014	0 0	02-02-2011 02-02-2011	2 1		70,73 90,30	2 1
Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia <sup>(2)</sup>	Acções BES	496.000	05-12-2011	138.888		1,80	634.888
Christian Georges Jacques Minzolini	-						
Diogo Luís Ramos de Abreu	Obrigações BES 3,875% 2015	1		0	0		1
Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva	Acções BES Obrigações BES Finance Ltd. 2035	116.100 125		0 0	0 0		116.100 125
Félix Aguirre Cabanyes	-						
João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha	-						
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Acções BES Obrigações BES 5,625% 2014 Obrigações BES Finance 3% 2042	357.008 4 0	12-04-2011 29-04-2011 27-07-2011	10.000 0 284	0 0 284	2,93 70,01 70,08	367.008 4 0
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	-						
Moses Dodo	BES Investimento Brasil SR NT 5.625% 2014	0	18-10-2011	2.500		68,98	2.500
Paulo José Lameiras Martins	-						
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	Acções BES Obrigações BES 3,875% 2015 Obrigações BES 5,625% 2014 Acções BESI Brasil	4.484 2 1 1		0 0 0 0	0 0 0 0		4.484 2 1 1
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	Acções BES Obrigações BES Finance Ltd 6,25% 2011 Obrigações ES Financière 4,5% 2011 Obrigações Sub. ESI Plc. 1,179% 2015 Obrigações BES 5,625% 2014 Obrigações BES 3,875% 2015 Obrigações BES eur 3m+0,15% Float 2014	691 53 50 100 50 50 0	17-05-2011 31-05-2011 30-06-2011 01-07-2011	0 53 50 100 0 0 100	0 100,00 100,00 80,00 0 0 80,00	691 0 0 0 50 50 100	
Phillipe Gilles Fernand Guiral	-						
Nicholas Mark Finegold <sup>(3)</sup>	Acções Espírito Santo Investment Holdings Limited	4.524.727		0	0		4.524.727
José Manuel Macedo Pereira	-						
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	-						
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-						
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - SROC	-						
Nuno Espírito Santo Leite de Faria	Acções BES	238		0	0		238

(1) Acções atribuídas por 25 anos de banco - (2) Directamente e através de Sociedades onde exerce funções de gestão - (3) Directamente e através de fundos

**ANEXO II - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS**

(anexo a que se refere o número 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	% do Capital
Banco Espírito Santo, S.A.	100%

O capital social do Banco foi objecto de um aumento, no montante de 46.269.000 de euros, tendo sido integralmente subscrito pelo accionista único Banco Espírito Santo, S.A., mediante entrada em espécie constituída por valores mobiliários emitidos pelo Banco, que haviam sido objecto de oferta de troca realizada pelo dito accionista único. Não foram efectuadas quaisquer outras transacções envolvendo acções representativas do capital social do Banco.



## **ANEXO III - ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO *FINANCIAL STABILITY FORUM* (FSF) E DO *COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS* (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS**

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de Dezembro e Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF), bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nºs 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do CEBS e do FSF. No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios de 2010 e 2011.

### **I. MODELO DE NEGÓCIO**

#### **1. Descrição do modelo de negócio**

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividades e Resultados”, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Banco Espírito Santo de Investimento. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) é também apresentada na Nota Explicativa 4<sup>1</sup>.

#### **2. Estratégias e objectivos**

As estratégias e objectivos do Banco Espírito Santo de Investimento são divulgados no ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividades e Resultados”.

#### **3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio**

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividades e Resultados” e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

<sup>1</sup> Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

### 6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Banco Espírito Santo de Investimento. Também na Nota Explicativa 43 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma percepção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Banco Espírito Santo de Investimento e quais os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

## III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

### 8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Em 2010 e 2011 a actividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco, pelo que o Banco Espírito Santo de Investimento realizou um reforço total de provisões de 44,2 milhões de euros em 2011 (38,6 milhões de euros no exercício de 2010).

### 12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, com os activos e passivos ao justo valor através de resultados e com os activos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas Explicativas 7 e 8. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas Explicativas 19 e 39, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota Explicativa 19.

### 13. Turbulência financeira na cotação das acções

Não aplicável no universo do Banco Espírito Santo de Investimento.

### 14. Risco de perda máxima

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, e na Nota Explicativa 43 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

### 15. Responsabilidades do Banco Espírito Santo de Investimento emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 42 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

#### **IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA**

##### **16. Valor nominal e justo valor das exposições**

##### **17. Mitigantes do risco de crédito**

##### **18. Informação sobre as exposições do Banco Espírito Santo de Investimento**

Nos exercícios de 2010 e 2011, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro. A exposição do Banco Espírito Santo de Investimento no que se refere a títulos de dívida pública dos países afectados (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) totalizava, em 31 de Dezembro de 2010, 9.844.904 euros (Portugal: 2.179.935 euros; Grécia: 0 euros; Espanha: 2.800.428 euros; Irlanda: 4.864.541 euros).

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição em relação a títulos de dívida pública dos países referenciados totalizava 9.944.977 euros (Portugal: 3.931.982 euros; Grécia: 0 euros; Espanha: 989.423 euros; Irlanda: 5.023.572 euros).

##### **19. Movimentos nas exposições entre períodos**

Na Nota Explicativa 43 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos exercícios de 2010 e 2011. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

##### **20. Exposições que não tenham sido consolidadas**

Não aplicável no universo Banco Espírito Santo de Investimento.

##### **21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados**

O Banco Espírito Santo de Investimento não tem exposições a seguradoras *monoline*.

#### **V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO**

##### **22. Produtos estruturados**

Estas situações estão desenvolvidas na Nota Explicativa 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

##### **23. *Special Purpose Entities* (SPE) e consolidação**

Não aplicável no universo Banco Espírito Santo de Investimento.

##### **24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros**

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas Explicativas 2 e 42 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

## **VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO**

### **26. Descrição das políticas e princípios de divulgação**

O Banco Espírito Santo de Investimento, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus Accionista, Clientes, Colaboradores, Entidades de Supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade semestral, são preparadas tendo por base os IFRS que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

Sempre que necessário o Banco Espírito Santo de Investimento procede pontualmente à emissão de comunicados de factos relevantes.

## ANEXO IV - ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

(n.º 4 do Artigo 245º A do Código dos Valores Mobiliários)

- **Participações qualificadas no capital social da sociedade**

O capital social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (“Banco”) é integralmente detido pelo Banco Espírito Santo, S.A.

- **Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos**

O capital social do Banco é integralmente representado por acções ordinárias.

- **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial**

Podem participar nas Assembleias-gerais do Banco os Accionistas, ou conjuntos de Accionistas, que sejam titulares de um mínimo de cem acções, até aos cinco dias anteriores à data da Assembleia-geral em causa, a cada um dos quais corresponderá um voto.

- **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

Os membros dos órgãos de administração são eleitos em Assembleia-geral de Accionistas. Não existem regras específicas para a substituição de Administradores, que se deverá processar nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não se encontram consagradas regras específicas para alterações aos Estatutos do Banco, que deverão ser feitas nos termos gerais previstos no Código das sociedades.

- **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital**

O Conselho de Administração não possui actualmente quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos de capital social, tendo a previsão estatutária relativa a esta matéria cessado a sua vigência em resultado do último aumento de capital deliberado pelo Accionista Único.

- **Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

- **Sistema de Controlo Interno**

O Banco mantém e opera um sistema de controlo interno, cuja gestão está confiada ao Departamento de Compliance.



Neste contexto, o Departamento de *Compliance* tem por missão manter, em conjunto com os responsáveis pelos processos relevantes, a documentação relativa ao Sistema de Controlo Interno do Banco, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno de todo o Grupo liderado pelo Banco, contribuindo assim para o reforço da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos activos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete ainda ao Departamento de *Compliance* preparar e assegurar o reporte interno e externo às diversas entidades regulamentares, nacionais e internacionais, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno.

#### **- Sistema de controlo dos riscos**

No Grupo liderado pelo Banco a função do risco está organizada de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de *Compliance*.

A definição do perfil de risco é efectuada ao nível do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. sendo responsabilidade da Comissão Executiva do Banco assegurar o seu cumprimento e controlo, garantindo que para tal o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos traçados.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção de riscos, na actividade do Banco, são o Conselho de Crédito e Riscos, o Departamento de Risco, o Comité de Imparidade, o Departamento de *Compliance* e o Departamento de Auditoria e Inspeção (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 04 - Gestão Integrada dos Riscos do Relatório Consolidado de Gestão).

A nível operacional as equipas de análise e controlo de risco do Banco trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (DRG) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo Banco Espírito Santo quer ao nível da actividade doméstica, quer ao nível da actividade internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, taxa de juro, de balanço e operacional.

Dentro desse relacionamento a função de Gestão de Risco ao nível da Banca de Investimento assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a Solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, VaR e análises de sensibilidade e de posições;

*Relatório e Contas 2011*

- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus portfolios (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e supervisão de risco é efectuado pela Comissão Executiva do Banco, que delega respectivamente no Comité de Políticas de Risco e no Conselho de Crédito e Riscos (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento as políticas de gestão de balanço e de liquidez.

## ANEXO V - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES (SENIOR MANAGING DIRECTORS E COLABORADORES AFECTOS A ÁREAS DE CONTROLO NOS TERMOS DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL 5/2008)

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, indicam-se de seguida as remunerações pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2011.

### Conselho de Administração:

Membros Executivos do Conselho de Administração	BESI e Sucursais			Subsidiárias e Filiais			Total		
	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	450.721,00	211.926,00	662.647,00				450.721,00	211.926,00	662.647,00
Francisco Ravara Cary	320.000,00	172.264,00	492.264,00				320.000,00	172.264,00	492.264,00
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	280.000,00	120.065,00	400.065,00				280.000,00	120.065,00	400.065,00
Miguel António Igrejas Horta e Costa	280.000,00	18.746,00	298.746,00				280.000,00	18.746,00	298.746,00
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva			0,00	361.882,35	142.739,42	504.621,77 a)	361.882,35	142.739,42	504.621,77
Christian Georges Jacques Minzolini	260.000,00	59.144,00	319.144,00				260.000,00	59.144,00	319.144,00
Diogo Luís Ramos de Abreu	260.000,00	45.064,00	305.064,00				260.000,00	45.064,00	305.064,00
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	179.955,75	167.730,00	347.685,75	120.995,62 b)		120.995,62	300.951,37	167.730,00	468.681,37
Paulo José Lameiras Martins	260.000,00	167.588,00	427.588,00				260.000,00	167.588,00	427.588,00
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	260.000,00	86.868,00	346.868,00				260.000,00	86.868,00	346.868,00
Félix Aguirre Cabanyes	280.775,53	345.227,00	626.002,53				280.775,53	345.227,00	626.002,53
Moses Dodo	323.343,61	197.675,04	521.018,65 c)				323.343,61	197.675,04	521.018,65
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	260.000,00	27.934,00	287.934,00				260.000,00	27.934,00	287.934,00
Nigel Keith Purse	336.621,50	183.127,62	519.749,12 d)				336.621,50	183.127,62	519.749,13
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	119.873,61	139.767,00	259.640,61				119.873,61	139.767,00	259.640,61
<b>Total Agregado</b>	<b>3.871.291,01</b>	<b>1.943.125,66</b>	<b>5.814.416,66</b>	<b>482.877,97</b>	<b>142.739,42</b>	<b>625.617,39</b>	<b>4.354.168,98</b>	<b>2.085.865,08</b>	<b>6.440.034,06</b>

a) pagamento de BRL 1.173.708,19 ao câmbio médio de 2011 (2,3259)

b) pagamento de GBP 105.000,00 ao câmbio médio de 2011 (0,8678)

c) pagamento de USD 725.106,00 ao câmbio médio de 2011 (1,3917)

d) pagamento de GBP 451.021,40 ao câmbio médio de 2011 (0,8678)

### Remuneração Variável Diferida

(euros)						
Membros Executivos do Conselho de Administração	Numerário referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) referente ao Exercício de 2010 a ser paga em 2014	Numerário referente ao Exercício de 2011	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2011	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) referente ao Exercício de 2011 a ser pago em 2015
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	105.963,00	105.963,00	100.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Francisco Ravara Cary	86.131,75	86.131,75	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	60.032,50	60.032,50	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Miguel António Igrejas Horta e Costa	9.372,75	9.372,75	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	102.750,00	102.750,00	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Christian Georges Jacques Minzolini	29.572,00	29.572,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Diogo Luís Ramos de Abreu	22.532,00	22.532,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	83.865,00	83.865,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Paulo José Lameiras Martins	83.793,75	83.793,75	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	43.433,75	43.433,75	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Félix Aguirre Cabanyes	172.613,50	172.613,50	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Moses Dodo	96.820,50	96.820,50	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	13.967,00	13.967,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Nigel Keith Purse	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Agregado</b>	<b>910.847,50</b>	<b>910.847,50</b>	<b>825.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>675.000,00</b>

Todos os pagamentos das importâncias diferidas estão dependentes da verificação dos pressupostos de desempenho do Banco nos termos da Política de Remuneração em vigor.

## Relatório e Contas 2011

Os Administradores não Executivos:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado;  
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires;  
Bernard Marcel Fernand Basecqz;  
Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia;  
Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva;  
João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha;  
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva;  
Nicholas Mark Finegold; e  
Philippe Gilles Fernand Guiral,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2011.

### Conselho Fiscal:

(euros)

Membros do Conselho Fiscal	BESl e Sucursais
	Remuneração Total
José Manuel Macedo Pereira	12.000,00
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	9.000,00
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9.000,00

O membro suplente do Conselho Fiscal, Nuno Espírito Santo Leite de Faria não auferiu quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2011.

### Revisor Oficial de Contas:

(euros)

Revisor Oficial de Contas	BESl e Sucursais
	Remuneração Total
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC	81.000,00

### Colaboradores

(De acordo com definição constante do Artigo 2º do Aviso 11/2011 do Banco de Portugal)

(euros)

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Diferida	Remuneração Total
Senior Managing Directors	2.620.765,75	1.448.705,04	1.207.305,04	5.276.775,83
Função Controlo de Risco	729.373,00	304.607,91	85.000,00	1.118.980,91
Função Compliance	857.729,00	179.928,00	0	1.037.657,00
Função Auditoria Interna*	-	-	-	-

\*A Função Auditoria Interna é desenvolvida pelo Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do Banco Espírito Santo, S.A.